



Universidade de Brasília

Programa de Pós-graduação em História

Sarah Resende dos Santos

**A História através dos mapas: análise da cartografia presente em livros didáticos e
o diálogo entre Geografia e História**

Brasília, DF

Dezembro de 2016

Sarah Resende dos Santos

A História através dos mapas: análise da cartografia presente em livros didáticos e o diálogo entre Geografia e História

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

Brasília, DF

Dezembro de 2016

S237 Santos, Sarah Resende dos.

A história através dos mapas: análise da cartografia presente em livros didáticos e o diálogo entre Geografia e História / Sarah Resende dos Santos; Orientação: Prof. Dr. Tiago Luís Gil – Brasília, 2016.

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

1. Análise cartográfica. 2. Interdisciplinaridade .
3. Mapas.

I. Gil, Tiago Luís. II. Título.

Folha de aprovação

Título: A história através dos mapas: análise da cartografia presente em livros didáticos e o diálogo entre Geografia e História

Autora: Sarah Resende dos Santos

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Dissertação aprovada em: _____

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
Presidente (UnB / PPGHIS)

Prof. Dr. Adriana Dorfman
Membro externo (UFRGS / PPGGEA)

Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira (UnB)
Membro interno (UnB / PPGHIS)

Prof. Dr. Marília Steinberger
Membro externo (UnB / PPGGEA)

Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula
Suplente (UnB / PPGHIS)

Agradecimentos

Muitos são os agradecimentos que preciso fazer em função da finalização desse trabalho.

Não é possível elaborar uma pesquisa, da qual resulta uma dissertação de mestrado, sem a colaboração de um suporte humano coletivamente composto por colegas e amigos tão parceiros e amorosos.

Começo a agradecer ao Professor Dr. Tiago Luís Gil, que desde a graduação, vem realizando um ótimo trabalho de orientação, de motivação. Um historiador que, sem dúvida, é uma grande referência e que me ajudou, com muito empenho e sabedoria, a traçar esse caminho da pesquisa. Obrigada pela paciência, sensibilidade e gentileza de sempre.

Agradeço ao apoio e ao companheirismo de toda a equipe do Atlas, com quem dividi tantos momentos de incertezas, de alegrias, de bons resultados.

Aos amigos de trabalho, aos colegas professores que compartilham comigo a luta por uma educação de qualidade, por um mundo mais justo. Muito obrigada!!! A nossa união e as nossas conquistas são cada vez mais necessárias nesse período de incertezas e retrocessos.

Aos amigos do canal *Discutindo Resultados*, com quem tanto compartilhei momentos ao longo dos últimos dois anos, vocês são muito importantes na minha vida. Tenho tido aprendizados sensacionais que mostram todo o potencial da nossa luta.

Agradeço aos amigos e amigas que, mesmo longe, se fazem presentes com muitas mensagens de carinho e que torcem por mim.

Aos meus alunos que tanto me ensinam todos os dias. Vocês são essenciais para o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço à senhora Maria José, responsável pelo acervo da Biblioteca do Livro Didático (BLD), que sempre me recebeu com atenção e profissionalismo, aos professores e amigos Ronaldo Sartori, por disponibilizar sua coleção particular para a pesquisa, e Rafael Judeu, pela leitura realizada.

Aos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH), que ministraram a matéria Seminário de Pesquisa em História Social, e aos professores do Programa de Pós Graduação em História da UnB, pelo aprendizado tão valoroso.

E finalizo com um agradecimento muito especial à minha família, às pessoas que tantas vezes se colocaram dispostas a me ajudar, ao Thinassi, aos meus irmãos William, Mônica, ao meu irmão Flaviano, um grande incentivador e participador das minhas conquistas, e a minha mãe, Ivone Rosa, a minha base, o meu maior exemplo, a minha maior motivação. Agradeço a Deus pela presença de todos em minha vida.

Resumo

Esse trabalho se propôs investigar de que forma o conhecimento histórico é representado na cartografia presente nos livros didáticos de História e como essa representação nos ajuda a compreender o desenvolvimento da historiografia e a relação entre a Geografia e a História, em função das transformações teóricas ocorridas no desenvolvimento dessas ciências ao longo do século XX. As mudanças ocorridas no interior dessas disciplinas teriam sido refletidas na representação cartográfica e na elaboração dos mapas, que estiveram presentes nos livros didáticos de história utilizados pelos estudantes. A cartografia representada nesses livros também teria sido utilizada como um instrumento de legitimação da relação interdisciplinar da História com outras ciências humanas, na medida em que há um aumento do número de tipologias e conteúdos abordados nos mapas.

Palavras-chave: História. Geografia. Interdisciplinaridade. Cartografia. Livros didáticos. Transformações. Desenvolvimento. Tipologias.

Abstract

This dissertation proposes to investigate in which ways the historical knowledge is represented in cartography shown in History textbooks and how this representation helps to comprehend the development of historiography and the relation between Geography and History, based on the theoretical transformations occurred throughout the development of these sciences during the 20th century. The alterations that took place in those field areas can be reflected on the cartographical representation and the production of maps, which have been present in History textbooks used by students. The cartography represented in these books was also used as a instrument of legitimation of the multidisciplinary relations between History and other social sciences, in parallel with the increase of the number of typologies and content approached by the maps.

Keywords: History. Geography. Multidisciplinarity. Cartography. Textbooks. Transformations. Development. Typologies.

Lista de ilustrações

Figura 1 Livro: <i>História Contemporânea: desde de 1815 até 1865</i> (Anônimo 1866).....	57
Figura 2 <i>História do Brasil</i> - Alfredo M. Pinto 1892	57
Figura 3 <i>Minha Terra e Minha Gente</i> – Afrânio Peixoto 1916.....	60
Figura 4 <i>História do Brasil</i> - Rocha Pombo 1918	61
Figura 5 Mapa para a <i>História dos primeiros tempos do mundo</i> - FDT 1923.....	65
Figura 6 Mapa para a <i>História da formação do povo de Deus</i> - FDT 1923	65
Figura 7 Mapa da França conforme o <i>Tratado de Brétigny</i> -Gastão Ruch 1927	66
Figura 8 Mapa das Cruzadas - Gastão Ruch 1927.....	66
Figura 9 Mapa Político do Brasil - Duque-Estrada 1933.....	67
Figura 10 Rotas das grandes navegações - Duque-Estrada	67
Figura 11 Sumário do livro com índice de mapas - Jonathas Serrano 1935	68
Figura 12 Primeira viagem de Vasco da Gama - Jonathas Serrano 1935.....	68
Figura 13 Mapa em contexto de Guerra – Cesarino Jr. 1937	69
Figura 14 Mapa da Caldeia e Assíria – Cesarino Jr. e Sousa 1941.....	72
Figura 15 Mapa das colônias Carolíngias - Cesarino Jr. e Sousa 1941	72
Figura 16 Mapa de época do Brasil Colonial - Rocha Pombo 1941	73
Figura 17 Mapa de época com <i>Tratado de Tordesilhas</i> - Rocha Pombo 1941	73
Figura 18 Mapa de guerras do Uruguai e Paraguai - Rocha Pombo 1941	74
Figura 19 O Império Persa - Hermida 1966	77
Figura 20 Egito Anitgo - Hermida 1966.....	77
Figura 21 Mesopotâmia - Hermida 1966	78
Figura 22 Distribuição geográfica dos indígenas brasileiros	92
Figura 23 Novo e antigo império Maia.....	93
Figura 24 Principais grupos indígenas brasileiros.....	94
Figura 25 Mapa das entradas e bandeiras (mostra o ciclo da caça ao índio).....	95
Figura 26 Bandeiras do século XVII e XVIII - Bandeirismo de apresamento.....	96
Figura 27 Mão de obra e áreas de escravidão indígena até o século XVIII	97
Figura 28 Primeiros assentamentos humanos no Brasil.....	97
Figura 29 Os caminhos do massacre indígena durante a colônia	98
Figura 30 Projeto de ocupação da Amazônia com áreas indígenas representadas.....	99
Figura 31 Bandeirismo de apresamento e empresarial	99
Figura 32 Mapas com os principais grupos indígenas do Brasil.....	101
Figura 33 Povos indígenas do Brasil na época do descobrimento	102
Figura 34 Povos indígenas no Brasil atual.....	103
Figura 35 Principais Bandeiras (rotas de captura de índios).....	104
Figura 36 Povo indígenas do Brasil na época do descobrimento.....	105
Figura 37 Terras indígenas hoje	106
Figura 38 Principais bandeiras (capturas de índios)	106

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1 - A relação entre História e Geografia.....	16
Desenvolvimento da Geografia	21
Capítulo 2- Entendendo a Cartografia.....	37
Breve histórico sobre a Cartografia	37
O desenvolvimento da Ciência Cartográfica	39
A evolução da Cartografia no Brasil	41
O desenvolvimento da Cartografia no século XX e sua relação com a Geografia	44
O movimento de renovação da Geografia e a abordagem cartográfica em livros didáticos de Geografia	47
Capítulo 3 - Análise das fontes.....	54
Capítulo 4 Análise dos mapas com temáticas indígenas	91
Considerações finais	110
Fontes.....	112
Fontes do século XIX	112
Fontes de 1900 a 1919	112
Fontes de 1920 a 1939	113
Fontes de 1940 a 1959	114
Fontes de 1960 a 1979	114
Fontes de 1980 a 1999	115
Referências bibliográficas	115

Introdução

A pesquisa realizada nesse trabalho buscou compreender, como as mudanças nos conteúdos e temas dos debates historiográficos vão se remodelando ao longo do tempo e cedendo espaço para questões que estão cada vez mais direcionadas a levar o homem a uma orientação prática para a sua vivência em sociedade. A História é filha de seu próprio tempo, na medida em que ela envolve a trama dos acontecimentos, ligada por teias que conectam os diversos lugares e personagens, cujos fios que sustentam o peso do tempo saem de um centro que é representado pelo próprio ser humano e por suas ações.

A inquietação que resultou nesse estudo remete às escolhas do historiador na construção da historiografia, tendo em vista as mudanças de objetos de pesquisa e dos temas que são abordados em determinadas épocas, substituindo ou dando o lugar a novas abordagens de pensamento, influenciadas pelos movimentos do presente, que acabam por envolver e seduzir os historiadores. Sendo assim, o assunto escolhido para a pesquisa, consiste nas rupturas e continuidades entre a História e a Geografia, na maneira pela qual essas disciplinas compartilharam problemáticas, se envolveram e qual o objeto as manteve conectadas em função das transformações que as moldaram.

O primeiro capítulo discorre sobre o modo pelo qual a relação entre a História e a Geografia pôde ser percebida ao longo do século XX, com o objetivo de verificar se houve um afastamento entre as duas ciências. Há um destaque para indícios que apontam as transformações pelas quais passavam as ciências humanas e de que modo essa dinâmica influenciou as mudanças no interior das disciplinas citadas. Para evidenciar as questões propostas, foi realizado um trabalho de investigação baseado nas edições da revista *Annales*, publicadas na França, que eram referências no cenário da historiografia mundial.

A partir dessa pesquisa, certificou-se que, no decorrer do século XX, ocorreu uma diminuição significativa dos assuntos relacionados à Ciência Geográfica nos debates historiográficos. Em função desse resultado, foi possível perceber também, que outras ciências e temáticas passaram a interessar e a compor os assuntos trabalhados na História, tal como as questões antropológicas, principalmente a partir da década de 1970.

O capítulo evidencia ainda, outra importante constatação que pôde ser verificada, foi a de que a História e a Geografia passaram por dois momentos importantes de mudanças, no final do século XIX e na segunda metade do século XX. O capítulo expõe de que modo a fundação da Escola dos Annales, por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, influenciou na relação entre as duas ciências de maneira significativa, sendo responsável por transformações profundas no debate historiográfico, que podem ser divididas em dois momentos: o primeiro, entre as décadas de 1930 e 1960, que resultou em uma aproximação dos assuntos geográficos nos debates históricos. O segundo, que pode ser localizado após a década de 1970, foi o momento em que movimento dos Annales passou por modificações que influenciaram diretamente uma mudança de perspectivas nos debates acadêmicos em História.

Desse modo, para compreender como o contato mantido entre História e Geografia se refletiu em outros objetos, optou-se por verificar como a relação entre as duas ciências pode ser percebida na Cartografia. Para essa proposta, as fontes escolhidas para a análise foram os mapas dos livros didáticos utilizados pelos estudantes entre a segunda metade do século XIX e a década de 1990. Mas antes de adentrarmos na análise das fontes, se tornou necessário um breve estudo sobre a Ciência Cartográfica.

O segundo capítulo está voltado para os conceitos que definem a Cartografia e foi dividido em cinco tópicos. O primeiro traz um breve histórico, baseado nas definições de Salichtchev, Taylor, Jacques Bertin. O objetivo é salientar de que modo a linguagem cartográfica transmite a compreensão da realidade, do contexto sociocultural e das relações de poder que são estabelecidas pelos diferentes agentes, interlocutores e receptores nos diversos lugares.

O segundo e o terceiro tópicos enfatizaram a desenvolvimento da Ciência Cartográfica entre os séculos XVI e XIX e de que forma esse conhecimento evoluiu no cenário brasileiro. Remonta ao pioneirismo português, com a criação de instituições voltadas para os estudos cartográficos, com o objetivo de desenvolver técnicas de navegação mais eficientes. O modo de elaboração e a uniformização da linguagem dos mapas iniciada na Itália, na Holanda e na Inglaterra são apontados. As instituições estabelecidas no Brasil, os objetivos e as temáticas mais trabalhados nos mapas representando o território também são assinaladas.

O quarto e o quinto tópicos elucidam como o desenvolvimento da Cartografia esteve relacionado às transformações pelas quais passavam a Geografia e de que modo a produção cartográfica teria se inserido nesse movimento. Dessa forma, os trabalhos de dois geógrafos foram analisados para verificar a questão estabelecida. Os autores Fernanda Padovesi Fonseca e Clézio Santos trazem estudos sobre a maneira pela qual os mapas são representados nos livros didáticos de Geografia, o que contribuiu bastante para a análise trabalhada no capítulo três.

O terceiro e o quarto capítulos buscam entender como os mapas estão representados nos livros didáticos de História, como já indicado, entre a segunda metade do século XIX e a década de 1990. O recorte escolhido é extenso em função da necessidade de se utilizar a longa duração para esclarecimento e compreensão da realidade e das particularidades que se configuram no tempo histórico. As características e as descrições dos livros analisados consistem basicamente no fato de o livro apresentar ou não mapas, as características físicas da Cartografia exposta, a tipologia do mapa (o tema ou assunto indicado), a categoria do conteúdo do livro (se História Universal, da Civilização ou Geral e se História do Brasil), o ano de publicação e as características presentes na capa do livro. No quarto capítulo foi realizada uma análise mais detalhada com base na tipologia que aborda o contexto dos povos indígenas, que começa a aparecer nos mapas a partir da década de 1960. Sendo assim, buscou-se verificar de que modo a História se relaciona com a Cartografia, como o conhecimento histórico está representado através dos mapas, as mudanças nas estruturas de representações dos mesmos e de que maneira a relação entre a História e a Cartografia diz respeito às contribuições entre a primeira e a Geografia.

Por fim, a contribuição que se pretende com essa dissertação é mostrar aos leitores, como as mudanças que ocorrem nos debates historiográficos são frutos das percepções e necessidade de orientação e compreensão do tempo presente, tendo em vista interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento, o modo pelo qual a História se relaciona com outras ciências, principalmente com a Geografia, como a Cartografia simboliza essa relação e, enfim, de que forma os mapas nos contam a História estabelecendo uma conexão com o debate acadêmico.

Capítulo 1 - A relação entre História e Geografia

Na segunda metade do século XX, historiadores como Fernand Braudel e George Duby, problematizaram um possível afastamento entre a História e a Geografia, tendo em vista a dinâmica e recíproca colaboração entre essas disciplinas no século passado. Uma inquietação buscou uma resposta para essa possibilidade elucidada pelos historiadores. Será que de fato houve essa separação? Como ela teria ocorrido e por quê? Tornou-se necessário um trabalho de investigação que comprovasse, ou não, um afastamento entre essas disciplinas. Em função da elaboração dessa pesquisa questões sobre o trabalho e sobre as escolhas do historiador na construção da historiografia necessitaram de problematização. Como as disciplinas se relacionam no tempo presente? Por que em determinadas épocas há temas que estão em grande evidência e como esses mesmos temas entram em declínio na historiografia? Quando um determinado assunto deixa de estar em evidência, outro tema o substitui? Por quê?

Falar em um possível afastamento entre a História e a Geografia não é uma novidade da segunda metade do século XX. Há indícios de que esse fato ocorreu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Já no final do século XIX, momento no qual as duas disciplinas andavam juntas, havia uma percepção de que elas poderiam se separar e, de acordo com Langlois, pelo visto, a geografia não era tão indispensável à História, mas o inverso não é verdadeiro, tendo em vista que o mesmo autor afirma que os geógrafos se interessavam pela história mais do que os historiadores pela geografia como demonstra o trecho a seguir:

A geografia foi durante muito tempo, na França, considerada como ciência intimamente ligada à história. Ainda hoje temos uma fusão de história e geografia e os mesmos professores ensinam, em nossos liceus, história e geografia. Muitos insistem em pensar que esta xipofagia é legítima e se espantam com a possibilidade de um divórcio entre as duas ordens de conhecimento, que acreditam ligadas por relações necessárias. Mas ficaria em mau lençóis quem quisesse provar, por fatos da experiência e razões aceitáveis, que um professor de história, um historiador, seria capaz de realizar obra tanto mais sólida quanto mais conhecesse geologia, oceanografia, climatologia e todo o grupo das ciências geográficas. Realmente, é fato provado que os estudantes de história se submetem com impaciência e sem proveito direto aos seus estudos de geografia que lhes são impostos pelos programas ao passo que os estudantes que prezam sinceramente a geografia alijariam de bom grado a história. A união artificial da história e da geografia remonta, entre nós, a uma época em que a geografia, mal definida e mal constituída, era tida por toda a gente como disciplina sem importância. É um vestígio que urge destruir, de um estado de coisa mais antigo”¹

¹LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. Tradução: Laerte de Almeida Morais. Introdução aos estudos históricos. São Paulo: Editora Renascença, 1946, p. 35.

A História estava definindo seu papel como ciência em conjunto com as transformações pelas quais estavam passando as ciências humanas, tal como a sociologia. A Geografia estava também em momento de formação, ainda não tinha um objeto de estudo completamente definido. O que, ao que parece, fez com que, ainda no final do século XIX, História e Geografia não se reconhecessem indispensáveis uma a outra (principalmente por parte da história). O que faz sentido em pensar que um dos motivos para que Lucien Febvre e Marc Bloch quisessem reforçar a aproximação da História com a Geografia a partir de 1929 foi fato de que as duas disciplinas poderiam estar dando sinais de afastamento (além, é claro, de toda a influência que La Blache, Ritter – ao mesmo tempo geógrafos e historiadores – tiveram sobre os primeiros e da importância de aproximar a História das ciências sociais). Então, essas ciências tiveram uma aproximação maior entre 1930 e 1960 e, a partir de então, o afastamento que poderia ter ocorrido no final do século XIX, mas que talvez tenha sido adiado pela criação dos *Annales*, tenha ressurgido como possibilidade na segunda metade do século XX. Esse fato pode ser explicado por uma série de motivos, inclusive em função de uma grande renovação e mudança de perspectiva da Geografia e de outras ciências sociais e as mudanças pelas quais passou a própria História. Transformações essas, nas ciências humanas de forma geral, que são bastante influenciadas pelos contextos históricos mais diversos (Nova Ordem Mundial, descobertas científicas, avanços tecnológicos - fatores que são responsáveis por se pensar em uma nova forma de fazer ciência). Desse modo, os *Annales*, em sua primeira fase, teriam adiado um possível afastamento entre História e Geografia, porém, ao mesmo tempo, a própria renovação dos *Annales* na década de 1970 demonstra um afastamento entre as disciplinas, no que diz respeito ao âmbito acadêmico e tendo como ponto de partida a historiografia, tendo em vista a evolução e aproximação da História com outras ciências humanas (tal como a relação que a última passa a ter com a Antropologia, por exemplo).

Como uma tentativa de responder a essas questões e, também, para investigar se de fato a História e a Geografia se separaram na segunda metade do século XX, foi escolhida uma fonte, a revista *Annales*, em função do fácil acesso aos artigos, tendo em vista que no site *Persée*, estão disponibilizados os artigos digitalizados desde o ano de

1929, início das publicações da revista, até 2002, época do fim das digitalizações². Com o objetivo de verificar se a revista a ser analisada trazia características que confirmavam a separação das disciplinas, foi feito um banco de dados. A sua elaboração ocorreu da seguinte forma: foram escolhidas três palavras que estão diretamente relacionadas aos conceitos da Geografia e três palavras para o grupo de controle³. As primeiras três palavras foram *espaço*, *região*, e a própria palavra *geografia*. As palavras para o controle foram *cultura*, *política* e *antropologia*. A partir das palavras escolhidas, foi realizado um trabalho manual de compilação de cada uma dentro dos títulos constantes dos sumários das edições da revista *Annales*. Para cada palavra, buscou-se saber em quantos artigos e em que anos ela estava presente. Não foi possível realizar a leitura de cada artigo, em função do tempo e da objetividade pretendida. Portanto, apenas os títulos de cada artigo foram analisados, tendo em vista que o título também é um bom indicador do assunto a ser trabalhado, tornando o método empregado eficaz para evidenciar a problemática proposta e despertar o interesse e a reflexão sobre o tema⁴.

Um total de 916 artigos teve seus títulos verificados. A frequência com que cada palavra aparece no período estudado é a seguinte: geografia - 163 vezes, espaço - 99 vezes, região - 67 vezes, cultura - 211 vezes, política - 334 vezes e antropologia - 42 vezes. Tendo em vista os resultados encontrados, foi feito um gráfico com o objetivo de mostrar, considerando-se as décadas, quais palavras aparecem mais em que momento, ou seja, quando determinada palavra (assunto) está em evidência e quando não está e qual assunto estava entrando em destaque no momento em que o outro entrava em decadência.

O gráfico é apresentado da seguinte forma:

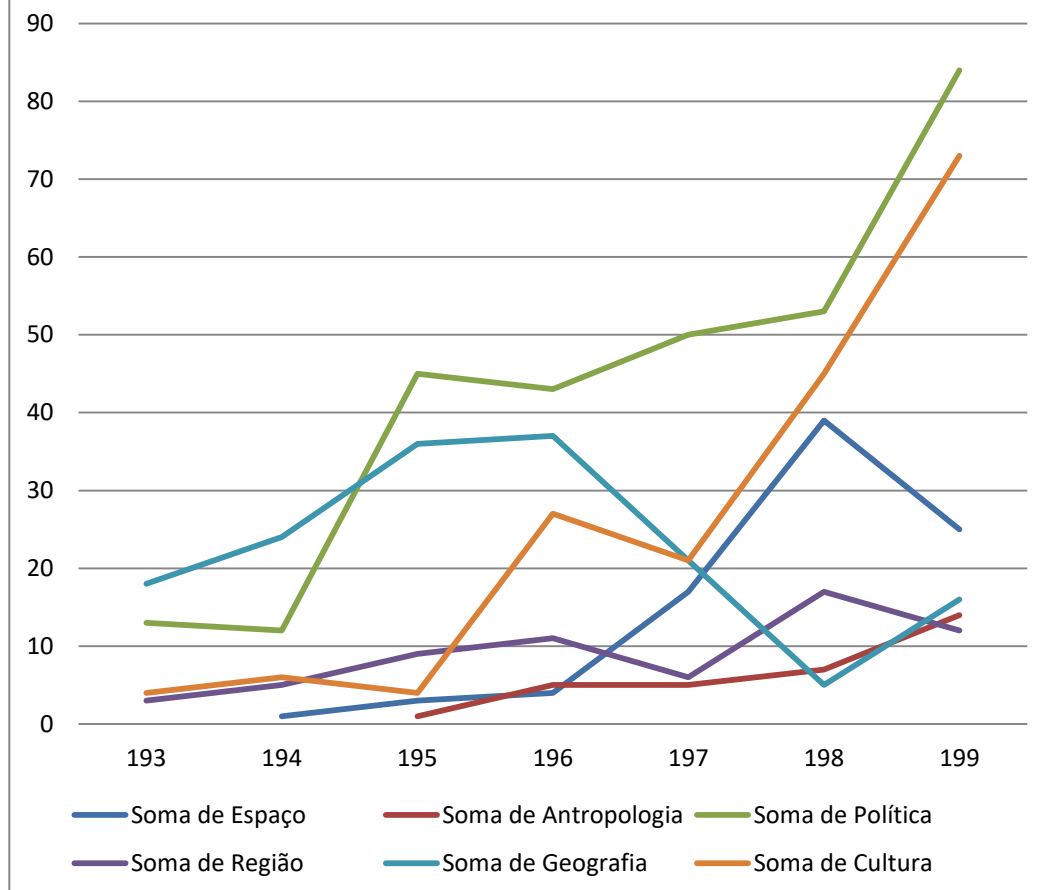
(obs.: os anos de 1929, 2000, 2001 e 2002 não foram inseridos no gráfico, tendo em vista que representam apenas o final e o início dessas décadas).

² O período de 1929 a 2002 foi mantido, tendo em vista a necessidade de se analisar se houve ou não um afastamento a partir de momentos anteriores à 1950 e posteriores à 1990. A Revista *Annales* foi escolhida tendo em vista a influência da escola histórica francesa no cenário da historiografia mundial, inclusive no Brasil, através da Universidade de São Paulo (USP).

³ As palavras do grupo de controle não tem uma vinculação imediata com os assuntos relacionados aos temas da Ciência Geográfica.

⁴ A metodologia base para essa pesquisa se encontra em FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Temas escolhidos, nos títulos da revista "Annales", por década, entre 1930 e 1999



A partir do que foi apresentado, é possível verificar que, por exemplo, a palavra *geografia*, mesmo ultrapassada pela palavra *política* no final dos anos 40, apareceu de forma significativa principalmente nas décadas de 50 e 60. Os assuntos sobre política se mantiveram com um crescimento superior às demais ao longo de todo o período analisado, demonstrando que era um assunto muito frequente na maioria dos artigos. Mas observando as demais variáveis nota-se, também, que a partir da década de 70, aproximadamente, os assuntos geográficos começam a entrar em declínio, momento em que a palavra cultura começa a despontar em maior quantidade e em que a Antropologia está em ascensão.

O resultado obtido por essa investigação trouxe a conclusão de que, pelo menos na França, a partir das publicações da revista *Annales*, que era uma referência de temas relacionados à história, os assuntos que envolviam a Geografia entraram em declínio na historiografia. A Geografia estava entre as ciências vizinhas mais próximas da história. O próprio Febvre tinha grande simpatia pela Geografia na medida em que também teve influência do geógrafo Paul Vidal de La Blache, que foi seu professor. Febvre se interessava pela Geografia Histórica, (como por exemplo, no que diz respeito aos controles da região). Seu interesse era bastante a ponto de levá-lo a publicar um estudo geral sobre o assunto com o título de “*La terre et l’évolution humaine*”⁵. Além de Febvre, Fernand Braudel, tinha grande admiração pela geografia histórica. Peter Burke afirma que “permanece uma conquista pessoal de Braudel combinar um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos”⁶. Esses aspectos podem ser evidenciados em uma de suas grandes obras, *O Mediterrâneo*, publicada em 1949. A grande contribuição dessa obra está em conscientizar os leitores sobre as noções de tempo e espaço na história. É significativa a maneira pela qual ele divide o tempo histórico em tempo geográfico, tempo social e tempo individual. Burke afirma que Braudel tinha o “objetivo de demonstrar que todas as características geográficas tem sua história, ou melhor, são parte da história, e que tanto a história dos acontecimentos quanto a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem elas”⁷. Estudar o homem em relação ao meio, as relações que são estabelecidas em função das possibilidades que a geografia do local permite que sejam realizadas. É ao que Braudel chama de geohistória que ele dedica a primeira parte de *O Mediterrâneo*, descrevendo montanhas e planícies, litorais e ilhas, o clima, as rotas por terra e por mar.

Diante do que foi exposto, podemos observar que a inovação que Braudel trouxe, com as concepções de tempo e espaço em sua obra, pode ter influenciado vários autores a voltar seus estudos para as questões e contribuições advindas da geografia, fato que poderia explicar o número expressivo que observamos de publicações de artigos em que o título estava relacionado a assuntos sobre geografia nas décadas de 50

⁵ BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 1997.

⁶ Ibid., p. 55.

⁷ Ibid., p. 49.

e 60, logo após Braudel publicar sua obra. Cabe ressaltar que as questões geográficas não foram trazidas apenas por ele no fim da década de 40, pois o próprio Febvre, como já foi apresentado, tinha essa preocupação.

Mas antes de nos debruçarmos um pouco mais sobre as mudanças pelas quais a história passou nas últimas décadas do século XX, é preciso entender também as mudanças que transformaram a Geografia e sua relação com a História. Desse modo, faz-se necessário voltar um século e perceber como a relação entre as duas disciplinas era percebida ao final do século XIX e início do XX. Não é a intenção de o presente capítulo fazer um histórico completo sobre a história da geografia e mesmo a história da história. O que será apresentado consiste em um panorama geral de algumas das principais mudanças na evolução dessas ciências humanas e no modo pelo qual as mesmas foram, ou não, se entrelaçando e conectando.

A seguir, será feito um breve relato da maneira como a Geografia era percebida no final do século XIX e início do XX.

Desenvolvimento da Geografia

Fernanda Padovesi Fonseca destaca os caminhos percorridos que levaram ao desenvolvimento da ciência geográfica no segundo capítulo da sua tese⁸. A autora traz um panorama histórico da Geografia, apresentado como “as três realidades do passado como próprias do conhecimento geográfico”. A primeira dessas realidades consiste na *Paleogeografia*, que trazia um olhar empírico e teórico, marcado por especulações teóricas em função dos limites da capacidade de locomoção. Teria prevalecido da Grécia Antiga à Renascença Europeia buscando a compreensão do formato da Terra e a posição de pontos, realizando referências às medidas astronômicas (“Paradigma Zenital”). Haveria nesse momento, um entrelaçamento entre a Geografia e a Cartografia. A partir do início da Renascença há um aprofundamento sobre o

⁸ FONSECA, Fernanda Padovesi. A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da cartografia. 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

funcionamento físico dos lugares, com destaque para a figura de Humboldt, há uma preocupação em procurar, situar, identificar, nomear e explicar as localizações, as localidades e os lugares. Essas novas informações poderiam ser encontradas em guias de viagem, enciclopédias, reportagens de tipo documentário. A partir de então surge a segunda realidade do passado, *Arqueogeografia*. Passa-se a buscar um saber geográfico que apoiava a exploração e a descrição sistemática da terra, aplicada ao contexto das grandes descobertas, da colonização. Foi praticada por gregos, pela China Imperial, por Árabes e potencializado na Europa até o século XIX. Até o século XVIII, os procedimentos implicavam numa continuação da observação astronômica, uso de material de arquivo e biblioteca e muita presença no terreno.

A terceira realidade consiste na *Protogeografia*, quando ocorre uma institucionalização do saber geográfico na segunda metade do século XIX indo até a primeira metade do século XX. Nesse momento, há a possibilidade de medição dos meridianos sem estudo de terreno. A Cartografia passa a ser dominada pelos geodésicos, por engenheiros Cartógrafos e matemáticos, o que traz, também, uma crise na Geografia em função das novas práticas. A Geografia passa a ser um campo onde se invoca nas explicações as situações da paisagem natural associadas às latitudes, à altitude, à maior ou menor proximidade com os mares, os ventos dominantes, as correntes marinhas, as modalidades de erosão.

De acordo com Moraes⁹, até o final do século XVIII, não havia um conhecimento geográfico padronizado, não havia uma unidade temática da Geografia. A sistematização desse conhecimento ocorre no início do século XIX, tendo em vista a dependência dos pressupostos históricos, principalmente no que diz respeito ao modo de produção capitalista¹⁰. Nesse sentido, poder-se-ia falar em pressupostos materiais para o aparecimento de uma geografia unitária tais como: o conhecimento efetivo da real extensão do planeta, a existência de um repositório de informações sobre vários lugares da Terra e o aprimoramento de técnicas cartográficas, sendo que essas últimas eram, por

⁹ MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 20^o ed. São Paulo: Annablume, 2007.

¹⁰ Ibid., p. 50

excelência, instrumentos dos geógrafos¹¹. Esses pressupostos materiais ainda não garantiam à Geografia uma clara definição de um objeto de estudo específico.

A contribuição de filósofos iluministas no século XVIII, de grandes pensadores do século XIX trouxe uma preocupação com a valorização dos temas de geografia a partir de questões ideológicas e da evolução do pensamento. Desse modo, cabe enfatizar as contribuições de Kant e Leibniz, que enfatizavam as questões sobre o espaço, Hegel e Herder, que destacaram as questões da influência do meio sobre a evolução das sociedades, Herder que colocou a Terra como um teatro da humanidade¹². Ainda antes, no século XVIII, pensadores iluministas como Rousseau, que já trazia questões sobre a relação entre a gestão do Estado, as formas de representação e a extensão do território de uma sociedade, e Montesquieu que, em “O Espírito das Leis”, dedica um capítulo a ação do meio no caráter dos povos, representaram grandes influências. O papel dos economistas políticos também merece destaque, pois, nesse momento, abordavam temas tais como a produtividade do solo, a dotação diferenciada dos lugares, no que diz respeito aos recursos minerais. Falam ainda de fatores como a distância e o aumento populacional¹³. Alguns estudiosos traziam as contribuições de Adam Smith e Malthus para a sistematização do conhecimento geográfico.

As teorias evolucionistas tiveram grande destaque para o reconhecimento dos temas relacionados à Geografia, fornecendo “o patamar imediato da legitimação científica dessa disciplina”¹⁴, enfatizando o papel desempenhado pelas condições ambientais. As bases dessa legitimação estavam principalmente nas teorias de autores como Darwin e Lamarck (evolucionismo) e Haeckel (ecologia).

A geografia passou por grandes mudanças ao longo do século XIX e do século XX. A unidade da Geografia Tradicional baseava-se no modelo positivista, a partir das correntes não-dialéticas¹⁵. Essa vertente pretendia trabalhar com os fenômenos naturais e humanos, sendo que os estudos deveriam, tendo em vista a influência positivista, pautar-se nos aspectos visíveis do real. Dessa forma, a geografia era feita a partir da descrição, enumeração e classificação dos fatos, seguindo regras de procedimento

¹¹ Ibid., p. 51.

¹² Ibid., p. 54.

¹³ Ibid., p. 55.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid., p. 39.

baseadas nos seguintes princípios: o da unidade terrestre, o da individualidade, o da atividade, o da conexão, o da comparação, o da extensão e o da localização¹⁶. Essas regras de procedimento garantiam a unidade para a Geografia que, nesse momento, era tida como “uma ciência de contato entre o domínio da natureza e o da humanidade”¹⁷, nesse caso o homem aparece como mais um elemento da paisagem. A Geografia discutia fatores referentes à superfície da terra, um espaço concreto, considerado finito e delimitável.

A transformação e a sistematização da Geografia, o que a possibilitou o status de uma ciência particular e autônoma, segundo Moraes, “foi um desdobramento das transformações operadas na vida social pela emergência do modo de produção capitalista”¹⁸. Em determinados países da Europa, de acordo com o autor, essa disciplina “foi instrumento de uma etapa final do processo de consolidação do capitalismo”¹⁹. Nesse sentido, a sistematização da Geografia ocorre a partir de um processo singular de desenvolvimento do modelo capitalista, tendo como referências as transformações ocorridas na Alemanha, casa dos que são considerados os pais da Geografia: Humboldt e Ritter. É na Alemanha onde aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas à Geografia, onde se formam as primeiras correntes de pensamentos e as diferentes metodologias. A Alemanha, nesse momento, pensava a questão do espaço como fato primordial²⁰. Humboldt, geólogo e botânico, buscou abarcar todo o globo terrestre, mas sem privilegiar o homem. Ritter, filósofo e historiador, tinha como base uma Geografia regional e antropocêntrica. As obras desses autores deram suporte a toda Geografia Tradicional.

Sem sair da Alemanha, outro nome aparece como um dos responsáveis pelo revigoramento da sistematização da Geografia: Friedrich Ratzel, que baseia suas formulações em função do contexto histórico de sua época. Ratzel publicou em 1882 o livro *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*. Nessa obra, funda a Geografia Humana e expõe seu objeto como o “estudo da influência que

¹⁶ Ibid., p. 42.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid., p. 57.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid., p. 61.

as condições naturais exercem sobre a humanidade”²¹. Como desdobramentos de suas propostas surgiram o Determinismo Geográfico, a Geopolítica e a Escola Ambientalista.

Como resposta às formulações de Ratzel, que colocou o homem no centro dos debates nas análises geográficas, Paul Vidal de La Blache fundou a Escola Francesa de Geografia e deslocou para a França o eixo da discussão geográfica, antes na Alemanha, com o intuito de rebater algumas ideias de Ratzel. La Blache traz em suas formulações a valorização da História e o aumento da carga humana do estudo geográfico. Buscou compreender o resultado da ação humana na paisagem estabelecendo a “relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem”²². Ao nome dessa corrente inaugurada por La Blache, Lucien Febvre dá o nome de Possibilismo. Moraes afirma que o “processo de historicização do conceito de região expressou o próprio fortalecimento da Geografia Humana, tal como proposto por La Blache”²³. O principal desdobramento da proposta vidalina foi a Geografia Regional, da qual foram possíveis vários desdobramentos (Geografia: Urbana, das Indústrias, da População, do Comércio, Econômica).

La Blache teve grande influência sobre os historiadores, principalmente os franceses e, dentre eles, sobre Lucien Febvre, no que diz respeito à Geografia e a sua relação com a História. Febvre escreveu *A Terra e a Evolução Humana*, obra na qual confronta ideias de Ratzel e La Blache, em resposta às críticas feitas contra a Geografia Humana, por E. Durkheim. Febvre criou os termos Determinismo e Possibilismo, expondo sua simpatia com o último²⁴. Na historiografia, a partir dos desdobramentos das propostas de La Blache, apareceu a Geografia Histórica, que se dedicou a temas como a organização do espaço na Antiguidade, as vias de comércio da Europa na Baixa Idade Média, entre outros²⁵. Em 1940, o autor que avançou as formulações de La Blache foi Max Sorre, colocando que a Geografia “deve estudar as formas pelas quais os homens organizam seu meio, entendendo o espaço como a “morada do homem””²⁶. Para esse autor, a ideia de espaço geográfico consistia em “espaços sobrepostos (o

²¹ RATZEL, 1882 apud MORAES, 2007, p. 69.

²² Ibid., p. 80.

²³ Ibid., p. 87.

²⁴ Ibid., p. 90.

²⁵ Ibid.

²⁶ Ibid.

físico, o econômico, o social, o cultural, etc.) em inter-relação”²⁷. A partir da década de 1950, algumas propostas favoreceram ao estabelecimento de uma Geografia Humana (Regional/ Tradicional) tais como as de Le Lannou, que reforçou o caráter humano do estudo geográfico “estudo dos agrupamentos e dos estabelecimentos humanos no planeta”²⁸, e Cholley, para o qual a Geografia era uma ciência de complexos, pretendia restaurar a unidade entre a Geografia Física e a Humana.

Além desses autores, outras perspectivas do pensamento geográfico surgiram, tal como a Geografia Racionalista de A. Hettner (alemão) e R. Hartshorne (estadunidense). Enquanto Ratzel e La Blache demonstraram a influência do positivismo de Augusto Comte, Hettner e Hartshorne foram influenciados pelo neokantianismo de Rickert e Windelband. Essa corrente da Geografia Racionalista não rompeu com o Empirismo, embora o tenha empregado menos²⁹. Hettner pensava a Geografia como um “estudo das formas de inter-relação dos elementos no espaço terrestre”³⁰, ou seja, da diferenciação das áreas que compõem esse espaço. Hartshorne introduziu os pensamentos de Hettner nos Estados Unidos, desenvolvendo-os e aprimorando-os. Para ele, “as ciências se definiriam por métodos próprios, não por objetos singulares”³¹. Ele não foi em busca de um objeto para a Geografia. Ele a entendeu como um ponto de vista, uma interpretação. A Geografia seria, então, um estudo da variação das áreas. A produção de Hartshorne que desenvolve essas questões está basicamente no *livro A Natureza da Geografia*, de 1939 e em *Questões sobre a Natureza da Geografia*, de 1959.

Após as obras de Hartshorne, de Cholley e de Le Lannou, teve início a fase de superação da Geografia Tradicional. A crise do positivismo clássico também foi uma das razões da crise da Geografia, que nele se fundamentava. “O movimento de renovação vai buscar novas técnicas para análise geográfica”³². As grandes contribuições do modelo Tradicional foram a identificação e levantamento de questões e problemas e a herança de um grande acervo empírico e do levantamento de diferentes realidades.

²⁷Ibid., p. 92

²⁸Ibid.

²⁹Ibid., p. 95.

³⁰Ibid., p. 96.

³¹Ibid., p. 97.

³²Ibid., p. 105.

Enquanto a Geografia Tradicional dava lugar às renovações advindas da Geografia Crítica, a História também passava por transformações a partir da década de 1970, início da terceira geração dos *Annales*. Peter Burke coloca que há dificuldades em traçar o perfil dessa terceira geração. Após Braudel se aposentar em 1972, Jacques Le Goff assume o seu lugar e em 1977 é substituído por François Furet. Burke afirma que as mudanças intelectuais foram significativas e que alguns autores, como Dosse, chegaram a falar em uma possível fragmentação dos *Annales*. Burke explica que o policentrismo prevaleceu, que essa foi a primeira geração a incluir a participação de mulheres, que o contato com o exterior, como com os EUA, por exemplo, fez com que buscassem uma síntese entre a tradição do *Annales* e as tendências intelectuais norte-americanas. O centro do pensamento desloca-se de Paris e se espalha por outros lugares³³. Burke expõe que as mudanças relacionadas aos *Annales* são decorrentes de reações contra Braudel e que o roteiro intelectual de alguns historiadores foi da base econômica à superestrutura cultural.

No final da década de 70, as reações em torno das transformações no contexto da produção historiográfica podem ser observadas a partir de três perspectivas: ocorreu uma mudança antropológica, um retorno à política, o renascimento da história das mentalidades e um renascimento da narrativa. Essas mudanças podem estar diretamente relacionadas com a quantidade de produção de artigos com os temas que diziam respeito à cultura, significativamente na década de 80, e um pouco mais tarde, o aumento de produções de caráter antropológico.

Outro estudo sobre as mudanças de concepções historiográficas que cabe ressaltar é o do historiador Georges Duby que, em seu livro *A História Continua*, procura entender as mudanças que ocorreram na escola histórica francesa, (que teriam levado a um deslocamento dos objetos historiográficos, que poderiam nos indicar um caminho para responder a questão sobre o distanciamento entre a História e a Geografia), diante dos seus olhos e sendo ele mesmo uma personagem dessas mudanças. Duby fala do ofício do historiador a partir de um ensaio de ego-história. A partir de então, o autor faz um relato das mudanças no modo pelo qual os historiadores passaram a realizar a pesquisa histórica tendo em vista o seu próprio trabalho de

³³ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 1997.

investigação. Desse modo, Duby relata as transformações ocorridas em relação ao próprio objeto com o qual o historiador faz a história, como o fato se materializa em função de “ouvir novamente vozes extintas”³⁴.

O historiador apresenta que a história passou a se interessar mais pelas relações do que pelos fatos, pois a ideia de verdade em história se modificou em função do deslocamento do objeto³⁵. Não há uma objetividade total que possa ser alcançada. Há a subjetividade das fontes e do próprio historiador. Duby reforça essa afirmação a partir de dois argumentos. Primeiro, a história se interessa não apenas pelos acontecimentos, mas pela totalidade de elementos que os envolvem, “fixa sua atenção no fundo a partir do qual eles parecem surgir e o que repercutem, ou seja, fixa em conjuntos vagos que não tem limites precisos”³⁶. Em segundo lugar, a história nova busca a correlação entre os fenômenos, as ações de reciprocidade entre eles, “não está mais em condições de discernir as relações de causalidade simples como as que se estabelecem entre os acontecimentos”³⁷. Em função do deslocamento do objeto do historiador, tornou-se necessária uma busca por novos métodos, que atendessem a necessidade de um novo tipo de trabalho de investigação.

Duby é filho de seu tempo e de seu espaço. Na França, em 1960, houve uma aceleração na demolição dos monumentos que ainda existiam da civilização tradicional, e um aumento do desejo de recuperar esse mundo que estava desaparecendo tomou de conta dos historiadores e também de outros cientistas sociais. Nesse momento a ruralidade assumiu um lugar de objeto de estudo, apresentava-se o problema da relação entre a cidade e o campo, “crescia aos poucos... o gosto pelas coisas da terra”³⁸. Uma nova arqueologia trouxe a preocupação com uma “cultura material”. Os países da África negra necessitavam superar o subdesenvolvimento, os sobressaltos causados pela descolonização. Dessa forma, surgiu, também, entre os pesquisadores em ciências humanas, “a preocupação de melhor compreender as primeiras etapas do crescimento econômico europeu, contra o pano de fundo do campesinato, para ajudar o terceiro

³⁴ DUBY, Georges. A história continua. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 62.

³⁵ Ibid., p. 59.

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid., p. 74.

“mundo”³⁹, segundo Duby. A pergunta sobre o que havia acontecido às culturas camponesas na Europa também se tornou uma importante questão no sentido de conhecer o que teria acontecido a elas sobre o domínio dos poderosos.

Em função desses acontecimentos, em 1960, Braudel criou uma nova revista *Études Rurales*, implantada no Laboratório de Antropologia Social conduzida no Collège de France por Claude Lévi-Strauss. Isaac Chiva coordenava a redação e Daniel Faucher e Duby eram os diretores⁴⁰. Segundo Duby, “Faucher era um dos últimos representantes da grande escola francesa de geografia, cuja fertilidade decorria da íntima imbricação entre geografia humana e geografia física”⁴¹. A aliança entre a geografia física e humana estava sendo desfeita. A revista criada por Braudel pretendia “salvar o que fosse possível... unir os geógrafos aos historiadores, mas também aos antropólogos, economistas, sociólogos, agrônomos, convencidos de que precisávamos aplicar – no estudo deste imenso campo, o dos campos e camponesatos – a parte do programa dos *Annales*... que exortava todas as ciências humanas à cooperação”. O que pode ajudar a explicar o fato de as décadas de 1960 e 1970 apresentarem um grande número de publicações historiográficas relacionadas à Geografia ao mesmo tempo em que esta última também cedia lugar às demais ciências, que em função dos acontecimentos do próprio tempo presente, passaram a ser cada vez mais próximas e necessárias em suas contribuições aos estudos históricos, realçando, assim, uma relação de necessária interdisciplinaridade entre as ciências sociais, num momento em que, de acordo com Braudel, havia uma crise geral das ciências do homem e que a Geografia e a História se encontravam a beira de um divórcio.

Os programas de pesquisa histórica nas décadas de 1950 e 1960, na França, baseavam-se na ideia de progresso e mesmo na crise que esse fenômeno já tornava evidente. Alguns autores se utilizavam do marxismo como um instrumento de análise, como no caso de Duby, com o objetivo de “examinar mais de perto como as riquezas

³⁹ Ibid., p. 75.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

são produzidas e distribuídas no interior de uma formação social, e tudo que enraíza na matéria”⁴².

Duby coloca que na década de 1960 houve uma reviravolta na escola histórica francesa. O estruturalismo, a pesquisa etnográfica, são fatores que desencadearam em uma nova abordagem na pesquisa histórica, semelhante às transformações que ocorreram em 1929 com Lucien Febvre e Marc Bloch a partir da publicação da *Annales*. O historiador afirma que a antropologia “*tomava o lugar da geografia em declínio*”⁴³ e que sua formação de geógrafo o induzia a voltar-se para a antropologia. Nesse momento, a pesquisa etnográfica voltava para a França em função da descolonização. A função desempenhada pela geografia humana deu lugar a uma etnologia francesa e as obras e desafios que os antropólogos lançavam envolveram os historiadores. Ao recorrer à antropologia, os historiadores viram a necessidade em empreender, também, uma história das mentalidades. Claude Lévi- Strauss, um dos grandes nomes na antropologia, afirmou que “o historiador sabe, cada vez mais, que se deve socorrer de todo o aparelho de elaboração inconsciente”⁴⁴.

Desse modo, Duby lançou-se a esse caminho. Era necessário ir além do estudo que se limita a falar sobre os fatores materiais, sobre a produção, sobre as técnicas. Os sistemas de representações mentais também seriam determinados por condições materiais. “O estudo a longo prazo desse sistema não deve em hipótese alguma ser isolado do estudo da materialidade”⁴⁵. Lucien Febvre propôs as mentalidades como um novo objeto de estudo. Também Marc Bloch, em suas obras *Les Rois Thaumaturges* e *La Société Féodale*, traz a importância de se considerar “a atmosfera mental”⁴⁶. Duby afirma que “os próprios marxistas mostravam-nos o caminho, pois reconheciam que uma classe só existe eficazmente no momento em que os que a constituem tomam consciência disso”⁴⁷. Crescia um interesse pelos pensamentos individuais, o que levaria a entender que cada época tem uma visão de mundo particular, maneiras variadas de pensar e sentir. A busca pelo indivíduo faz do trabalho do historiador semelhante ao do etnógrafo. Há, desse modo, um retorno à narrativa, no sentido de estudar um

⁴² Ibid., p. 80.

⁴³ Ibid., p. 81.

⁴⁴ LÉVI-STRAUSS, apud DUBY, 1993, p. 84.

⁴⁵ Ibid., p. 89.

⁴⁶ Ibid., p. 87.

⁴⁷ Ibid., p. 89.

personagem para tentar entender a sociedade de sua época. O particular só seria interessante quando informava, dava pistas sobre o coletivo ⁴⁸, o indivíduo não poderia ser isolado do corpo social no qual se inseria. O termo mentalidades, segundo Duby, designava “o conjunto vago de imagens e certezas não conscientizadas ao qual se referem todos os membros de um mesmo grupo.”⁴⁹

Duby fala do cuidado que é necessário ao realizar a leitura de um texto de história. É mais importante questionar não sobre os fatos, mas sobre a maneira como foram relatados, deveria haver uma preocupação com a ideologia do autor do texto. Na década de 1960, o historiador afirma que houve um crescimento do interesse por parte do grande público pela história factual, pela história das maneiras de viver.⁵⁰ O mercado do livro de história se ampliou, houve uma adaptação da maneira de escrever a história, para alcançar e tocar novos leitores. Houve um retorno ao político, ao fato, à narrativa, à biografia em função da abordagem de pesquisas como as de etnografia, das problemáticas trazidas pela antropologia, mas também em função de se atender bem as expectativas de um novo público. Essa propagação da história para além dos muros universitários mostrou-se como um benefício para os historiadores e para “o progresso do conhecimento histórico”.⁵¹ O retorno a essas novas abordagens tinha como motivação servir-se desses elementos (a narrativa, o fato, a biografia) em função de buscar entender algo revelador, “acidentes factuais” que interessam para compreender as estruturas, o que está encoberto.⁵²

Duby, como vários historiadores do seu tempo, pretendia avaliar o peso do mental no destino das sociedades humanas, pretendia compreender essa ideologia das imagens, queria “vislumbrar como uma imagem... é construída, se difunde, se desgasta, apagando-se bruscamente diante de uma outra ou ajustando-se aos poucos para não ceder lugar, até modificar-se completamente”.⁵³ Nesse momento, a história das

⁴⁸ Ibid., p. 139.

⁴⁹ Ibid., p. 91. De acordo com Duby, essas certezas não conscientizadas não são o mesmo que inconsciente coletivo.

⁵⁰ Ibid., p. 106.

⁵¹ Ibid., p. 108.

⁵² Ibid., p. 110.

⁵³ Ibid., p. 113.

sociedades deveria levar em consideração um estudo das ações mentais dos indivíduos.⁵⁴

Desse modo, Duby afirma ter estabelecido um novo programa de trabalho mais atento ao presente. Nessa nova etapa do seu trabalho, aumentou-se a necessidade pelos antropólogos. O próprio Duby afirma que “os antropólogos vieram constantemente ao nosso encontro... tínhamos grande necessidade deles”.⁵⁵ Com o foco voltado para o estudo das atitudes mentais, o historiador foi levado a questionar sobre o papel dos defuntos e das mulheres. A arqueologia e a historiografia eram “dois terrenos de pesquisa em que proliferam as inovações”.⁵⁶ As articulações da memória e da retórica passaram a ser a base da construção da história da história. Ao fazer do testemunho o principal objeto de investigação, os historiadores perceberam a necessidade de adaptar os métodos de análise e crítica, o que determinou um “frutífero deslocamento dos ângulos de abordagem”.⁵⁷

Esse deslocamento também atingiu à Geografia Tradicional, que deixou de dar conta da complexa realidade, na qual os geógrafos se viram inseridos. Segundo Santos:

A geografia tradicional centrava seu estudo na observação, na descrição e na explicação da paisagem, buscando, a partir dela, respostas para as suas pesquisas sobretudo aquela ligada à agricultura e ao campo, que, segundo essa visão, eram mais dependentes das condições naturais. Tal concepção entrou em crise no pós-guerra, quando a comunidade científica procurou respostas e soluções para os problemas da destruição das cidades e das comunidades envolvidas no conflito [...] era necessária uma Ciência Geográfica preocupada com o momento histórico e preparada para as novas necessidades.⁵⁸

Fatores como a indefinição de um objeto, a falta de leis gerais que não possibilitava chegar a explicações mais genéricas fez com que a base de pensamento dessa disciplina sofresse com duras críticas já na década de 1950, levando a um movimento de renovação da Geografia nos anos seguintes. Houve um processo de renovação metodológica, dividido em duas vertentes: a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica.⁵⁹ Na década de 1970, os resquícios da Geografia Tradicional já

⁵⁴ Ibid., p. 141.

⁵⁵ Ibid., p. 143.

⁵⁶ Ibid., p. 156.

⁵⁷ Ibid., p. 157.

⁵⁸ SANTOS, Clézio. Saberes cartográficos. Nova Iguaçu: Agbook, 2013.

⁵⁹ Clézio Santos em seu livro “Saberes cartográficos” classifica as orientações e linhas de pensamento responsáveis pela renovação da Ciência Geográfica da seguinte forma: a primeira era a Geografia

indicavam a superação desse modelo, o que resultou na perda de unidade da disciplina devido à dispersão das perspectivas anteriores.⁶⁰ Entretanto, essa crise de identidade da Geografia, no que diz respeito ao significado e função dessa disciplina na sociedade, foi o que possibilitou a sua reformulação, dentro de um quadro político, social, econômico e cultural de grandes mudanças tais como a base social, no que diz respeito ao desenvolvimento do sistema capitalista que passava para a sua fase monopolista, o processo de revolução tecnológica, que requeria a necessidade de um real planejamento (com destaque para o que estava relacionado à regulação da vida econômica e a intervenção do Estado), o processo de urbanização estava cada vez mais acelerado e a globalização, que atingiu o espaço terrestre com fluxos grandiosos. Dessa forma, o movimento de renovação da Geografia buscou novas técnicas e instrumentos, de caráter mais tecnológico, no sentido de tornar a disciplina um meio utilitário e de intervenção social.

A Geografia Pragmática trouxe para a disciplina um movimento de renovação conservadora.⁶¹ A base teórica deslocou-se do positivismo clássico para o neopositivismo. Houve uma continuidade com a Geografia Tradicional através do conteúdo de classe. A renovação, dentro desse modelo, traz também algumas propostas diferenciadas, vias de objetivação com a Geografia: a Quantitativa, a Sistêmica, a Teorética e a Comportamental. O conhecimento utilitário da Geografia passou a ser orientado num sentido de criar uma tecnologia de intervenção da realidade com uma ação de planejamento voltada para o futuro⁶². Segundo Moraes, “o planejamento serve para a manutenção da realidade existente, atuando no sentido de neutralizar os conflitos e facilitar a ação do Estado”⁶³. A base de pensamento da Geografia Tradicional trazia a região como resultado de um processo histórico. A Geografia pragmática rompe com

Sistêmica/ Funcionalista, também conhecida como a Geografia Nova, iniciada nos EUA na década de 1950. Essa orientação tinha um caráter dualista na medida em que tratava do caráter descritivo e da concepção sistemática da Ciência Geográfica. A segunda orientação era a Materialista/Dialética, também chamada de Geografia Crítica ou Radical, iniciada entre as décadas de 1960 e 1970, que colocava o espaço como um produto social. A terceira orientação era a Geografia Humanística/Cultural, iniciada a partir da década de 1980, que trouxe a fenomenologia (ciência da experiência) como fundamental para o desenvolvimento da Ciência Geográfica.

⁶⁰MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 105.

⁶¹Ibid., p. 110.

⁶²Ibid., p. 115.

⁶³Ibid.

essa perspectiva. “Há assim, um empobrecimento advindo de um anti-historicismo, comum a todas as propostas da Geografia Tradicional”⁶⁴

A Geografia Crítica pretendeu uma ruptura com o pensamento anterior. Foi caracterizada como uma disciplina militante, como um “instrumento de libertação do homem”⁶⁵. Essa vertente criticou o empirismo exacerbado, de fundamentação positivista, e a estrutura acadêmica. Um dos autores que formulou a crítica mais radical da Geografia Tradicional foi Yves Lacoste. A Geografia deveria ser um instrumento de superação da ordem capitalista e não um instrumento de dominação da burguesia. Seria necessário “saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater”⁶⁶. A Geografia Crítica foi um movimento de renovação na teoria e na prática, com uma característica revolucionária. Não bastaria explicar o mundo, seria necessário agir para transformá-lo. Esse movimento teve suas raízes na perspectiva progressista da Geografia Regional Francesa, que se aproximou da História e da Economia, pois resgatava ideia de região “como um produto histórico e sua valorização como objeto primordial”⁶⁷. Essa perspectiva crítica trazia, também, uma Geografia Ativa, ou seja, de denúncia das realidades sociais e espaciais (que se opunha à Geografia Aplicada). Não houve, porém, uma ruptura com a Geografia Tradicional, mas o fato de descrever as injustiças sociais, as desigualdades e contradições, tornava o discurso um meio de ação política. O espaço era tido como “a base do sistema social, e sua organização como reflexo da atividade econômica”⁶⁸. A Geografia inovada tem como objeto o espaço geográfico, seu novo objeto de estudo, os espaços das sociedades, a dimensão espacial do social.

Além de Lacoste, outros autores também expuseram em suas obras novos horizontes para os geógrafos, no sentido de fazer com que esses buscassem uma atuação crítica diante da sociedade. Como exemplo há o livro *A Geografia Ativa*, que foi escrito por Lacoste, B. Kayser e R. Guglielmo. Pierre George foi o autor que introduziu alguns conceitos marxistas na discussão geográfica. David Harvey apontava “as formas

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid., p. 119.

⁶⁶ LACOSTE, Yves. *A geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Papyrus, 1988.

⁶⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 20º ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 124.

⁶⁸ Ibid.

espaciais como processos sociais, no sentido de que os processos sociais são espaciais”⁶⁹. Uma das propostas mais abrangentes e completas da Geografia Crítica está na obra de Milton Santos. Para ele, o espaço é um fato social e sua discussão e produção deveria ser o objeto da Geografia. “As formas espaciais são resultados de processos passados, mas são também condições para processos futuros”⁷⁰. O Estado Nacional é visto como a unidade de análise do geógrafo. Para Santos, “[...] as diferenças dos lugares são naturais e históricas [...] a variação da organização do espaço é fruto de uma acumulação desigual de tempo”⁷¹.

Diversas foram as aplicações no campo geográfico tanto no que diz respeito a uma unidade ética quanto a uma diversidade epistemológica. A teoria social de Karl Marx, como o materialismo histórico, e suas várias interpretações, era tida como a orientação metodológica mais adotada no processo de renovação da Geografia. Hoje há uma diversidade de orientações teóricas, “uma pluralidade de orientações e posicionamentos, onde os ecos do movimento renovador dos anos setenta aparecem como segmentos particulares do campo disciplinar”⁷².

A pesquisa realizada com os artigos da revista *Annales*, o relato de Burke e Duby, nos traz um panorama geral e objetivo do modo pelo qual esses autores enxergaram as mudanças que ocorriam dentro da própria história e também nas demais ciências sociais. Eles indicam que houve um deslocamento do objeto da história, alinhado às transformações das ciências vizinhas. Duby afirma que “o conjunto das ciências humanas constitui um sistema. Quando uma delas começa a movimentar-se, o movimento não demora a arrastar as demais”⁷³ e “o campo das ciências humanas é atravessado por correntes profundas, sutis, irresistíveis, que em dados momentos deslocam o conjunto das curiosidades”⁷⁴.

Compreender todas as variáveis que levaram ao processo de mudanças das perspectivas dos temas propriamente geográficos dentro da historiografia não é uma tarefa fácil. Pois no momento em que a História se direciona para outras áreas das

⁶⁹ HAVRVEY, xxxx apud MORAES, 2007, p. 126.

⁷⁰ SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

⁷¹ MORAES, op. cit., p.

⁷² Ibid., p. 139.

⁷³ DUBY, Georges. A história continua. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

⁷⁴ Ibid.

ciências sociais, como a Antropologia, a Geografia crítica, fruto do movimento de renovação, amplia sua diversidade epistemológica sem deixar a História para além de suas fronteiras.

Até aqui vimos algumas das principais transformações que ocorreram nas disciplinas entre o final do século XIX e o século XX. Mas para dar continuidade às reflexões propostas, um instrumento de análise fundamental foi escolhido para que seja possível melhor observar como o contato entre História e Geografia pode ser percebido com o passar do tempo. A relação entre as duas disciplinas está bastante ligada à concepção do espaço, à influência da paisagem, dos lugares. Em detrimento da pluralidade e das possibilidades de se analisar a contribuição entre História e Geografia, a Cartografia foi a escolha para continuar o estudo sobre o tema, pois, como já foi exposto, as técnicas cartográficas eram, por excelência, instrumentos dos geógrafos ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX ⁷⁵, e a História, como afirma Marc Bloch, é “a ciência dos homens no tempo” ⁷⁶, e claro, não podemos deixar de localizar o tempo em determinado espaço. E a forma mais comum de apropriação do espaço pela História é através do uso dos mapas. Nos capítulos seguintes buscar-se-á analisar como o conhecimento histórico é representado a partir da Cartografia e como a relação entre a história e a geografia e as mudanças de perspectivas que ocorreram nas duas disciplinas podem ser percebidas através dos mapas que estão presentes nos livros didáticos.

⁷⁵Paul Vidal De La Blache inicia, como já foi exposto, no final do século XIX, a Escola Regional, “importante matriz da organização e inspiração da Geografia científica brasileira. Nessa escola, a Cartografia era intensamente utilizada. A imagem cartográfica era o instrumento legitimador do método geográfico do momento, uma vez que a identidade da região era dada pela síntese obtida na sobreposição de mapas temáticos”. Ao longo do século XX, o mapa continuou sendo uma das principais formas de evidenciar a relação entre a História e a Geografia.

⁷⁶ BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Capítulo 2- Entendendo a Cartografia

Breve histórico sobre a Cartografia

A Cartografia é uma disciplina científica na qual proliferam inovações. Antes de estabelecer-se como ciência, a cartografia era utilizada como um instrumento de outras ciências que também trabalham com a concepção de espaço como um importante campo de estudo e, dentre elas, a geografia ⁷⁷. São diversos os produtos dos saberes cartográficos: mapas, cartas, cartogramas, globos, maquetes, fotografias aéreas e imagens de satélite. Dentre esses produtos, há um papel de grande destaque para o mapa, que será o principal objeto de pesquisa ao longo desse trabalho.

Muitos autores trabalharam e colaboraram para elaboração de um amplo conceito de Cartografia. Para Salichtchev

“[...] a Cartografia é a ciência dos mapas geográficos com um método especial de representação da realidade [...] da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, suas relações e suas transformações ao longo do tempo, por meio de representações cartográficas – modelos icônicos – que reproduzem este ou aquele aspecto de realidade de forma gráfica e generalizada, incluindo nas suas metas tanto o estudo completo de mapas geográficos como a formulação de métodos e processos da sua confecção e uso” ⁷⁸.

Para Taylor, “Cartografia seria a organização, apresentação, comunicação e utilização da informação georreferenciada nas formas visual, digital ou tátil, que inclui todos os processos de preparação de dados no emprego de todo e qualquer tipo de mapa” ⁷⁹. O autor afirma ainda que a Cartografia está além da técnica e da arte na medida em que desempenha um papel estruturador, organizador e comunicador de informação em diversas mídias, o que passa pelo processo de preparação dos dados envolvidos com os conteúdos específicos apresentados de acordo com os tipos de mapas.

De acordo com Jacques Bertin, a Cartografia é uma representação gráfica “constituída pelos homens para reter, compreender e comunicar observações indispensáveis à sobrevivência... é uma linguagem bidimensional, atemporal e destinada

⁷⁷SANTOS, Clézio. Saberes cartográficos. Nova Iguaçu: Agbook, 2013,

⁷⁸ Ibid., p. 60.

⁷⁹ Ibid., p. 59.

ao olhar”⁸⁰, o que se configura como sistema semiológico monossêmico. A Semiologia Gráfica tem como proposta formular e estabelecer as regras racionais do emprego dos signos da linguagem gráfica. A representação gráfica em geral, ainda segundo Bertin, “[...] deve ser entendida como uma linguagem, um dos meios fundamentais de o homem registrar e comunicar aos outros suas observações e reflexões”⁸¹. A Cartografia não pode ser separada da representação gráfica em geral.

O que vemos em comum nos conceitos apresentados é que a Cartografia é uma linguagem e, portanto, uma forma de expressão que o homem encontrou para transmitir a compreensão da realidade que o cerca. Mas como linguagem, há um diferente sentido de apresentação que depende do interlocutor e da mensagem que o mesmo pretende transmitir. Essa mensagem não se dissocia do contexto sociocultural e das relações de poder que são estabelecidas de modo diferente e nos mais diversos lugares e, que a todo instante, são passíveis de mudança, proporcionando uma nova significação dos estudos que os homens desenvolvem para buscar um sentido e uma orientação para sua existência. Desse modo, a Cartografia torna-se uma linguagem ampla e complexa, na medida em que a realidade social que é representada traz a necessidade de uma representação espacial, dos fenômenos naturais que, a todo o momento, influenciam o agir humano. A Cartografia expressa a realidade humana no tempo e no espaço, tendo em vista que os seres humanos agem conforme as condições sociais e naturais que lhes são estabelecidas e disponíveis.

Mas para chegar a esse significado e função tão complexos, a Cartografia passou por um longo processo de desenvolvimento nos mais diversos lugares e contextos históricos e ainda há certa dificuldade em se reconhecer a Cartografia como uma linguagem carregada de significados. A seguir, será realizada uma breve exposição sobre as mudanças nos usos e conceitos dessa ciência, principalmente entre os séculos XVI e XX.

⁸⁰ Ibid., p. 83.

⁸¹ Ibid.

O desenvolvimento da Ciência Cartográfica

A Cartografia pode ser considerada uma antiga forma de expressão humana tendo em vista a necessidade do homem em reconhecer e em aprender a dominar o território que o cerca, o possibilitando meios de viver e compreender o seu mundo. Mas a Cartografia em seu aspecto moderno começa a despontar em Portugal, nos séculos XV e XVI, tendo em vista os empreendimentos marítimos empregados por esse país a partir das expedições atlânticas, que ultrapassaram o Cabo da Boa Esperança e tornaram Portugal o líder na expansão territorial. Há um grande desenvolvimento da cosmografia náutica portuguesa com a introdução da escala de latitudes, considerada a mais importante da Europa naquele momento ⁸². Os portugueses foram os responsáveis por desenvolver a “arte de traçar cartas geográficas... durante os séculos XV, XVI e XVII, contribuindo de forma decisiva para a visão de mundo que temos hoje”⁸³. Os mapas produzidos ao longo do século XV e XVI traziam representações de parte de um mundo desconhecido, informações preciosas sobre os caminhos para as terras encontradas e suas riquezas. Portugal inaugurou a navegação astronômica, desenvolveu procedimentos para a conquista de novos mundos, realizou, ainda nos séculos XV e XVI, experiências de globalização (relações econômicas, políticas, culturais com outros povos). As cartas-padrão eram feitas por cartógrafos que inscreviam os novos conhecimentos percebidos pelo caminho, registrados por pilotos e navegadores em seus roteiros de viagens, o que trouxe a necessidade de uma atualização e uniformização de informações das cartas náuticas, que acabaram se tornando secretas e alvos de disputa e contrabando em função do valioso conhecimento que traziam sobre as expedições ⁸⁴.

Os portugueses também foram pioneiros em introduzir uma instituição para ensinar as matemáticas e ciências e formar fortificadores e arquitetos (como o Armazém da Guiné e a "Aula de Esfera", com Pedro Nunes). A elaboração das cartas e mapas até o século XV e XVI era realizada por cosmógrafos. O século XVI foi representado em

⁸² COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Dos roteiros de todos os sinais até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: _____. **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

Portugal por uma política expansionista que se converteu em política de conhecimento, controle e consolidação das terras ultramar. O século XVII foi marcado pela transição dos trabalhos dos cosmógrafos para os engenheiros militares que se consolidam ao longo do século XVIII, momento no qual o que estava em jogo era a interiorização das terras para o seu efetivo controle e posse. Desse modo, a figura do engenheiro-mor recebe destaque, tendo em vista que eram capazes de realizar levantamentos topográficos, corográficos, geográficos, hidrográficos e construir complexos sistemas de defesa militar. Ao longo dos séculos XVI e XVII, a cartografia dos militares era semelhante a dos cosmógrafos. As mudanças qualitativas e quantitativas ocorrem apenas no século XVIII, onde os cosmógrafos lideravam a Cartografia litorânea e os engenheiros a Cartografia Terrestre.

Entre os séculos XVI e XVII, ocorreu a passagem de uma cultura de latitude baseada na prática marítima para uma cultura de longitude, baseada na expansão terrestre. Desse modo, a linguagem dos mapas passou por um processo de uniformização iniciado na Itália, Holanda e na Inglaterra a partir do século XVI e culminando na França no século XVIII.⁸⁵ Houve uma passagem gradual de representação mais naturalista para um tipo mais abstrato. A natureza era representada por meio de pictogramas, ideogramas e outros símbolos gráficos e aos poucos, a parte escrita dos mapas foi restringindo-se ao título, topônimos e legendas. Há um aprimoramento do método de elaboração das cartas e mapas em função das inovações científicas que despontavam na Europa em função do Renascimento Cultural, do movimento Iluminista. Ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, os mapas apresentavam diversos elementos figurativos e ornamentos diversos. No século XVIII, os valores estéticos relativos à simplicidade e à simetria se tornam dominantes em relação à ornamentação. Os elementos figurativos eram associados à função de comunicação cartográfica, buscavam tornar inteligíveis as informações, mesmo que escassas e inusitadas, idealizadas ou generalizadas, integrando o novo mundo ao sistema das significações e relações lógicas já conhecidas e acumuladas sobre o velho mundo, recorrendo aos diferentes tipos de signos e expressões gráficas. Os elementos figurativos poderiam, também, visar à função de comunicação que se sobrepõe à de

⁸⁵ CORTESÃO, apud BUENO, 2007, p.

ornamentação, bem como a de prestação de homenagens (como, por exemplo, os emblemas heráldicos empregados para indicar conceitos como poder)⁸⁶.

A partir do século XVIII há uma simplificação dos desenhos nos mapas. A função da comunicação se torna efetiva se o usuário ou destinatário reconhece a expressão empregada e apreende o seu significado. Os signos diferem em relação aos tipos de mapas: uns falam o que devem significar; outros recebem a significação que mais agrada aos geógrafos. No século XIX há novas abordagens e definições da Cartografia. Há, também, uma diminuição do uso de signos-símbolos, um crescente emprego da visão vertical para o desenho dos signos, hachuras e sombreamentos para representar o relevo (técnicas desenvolvidas no final do século XVII e aprimoradas no XVIII, como a câmara escura). Há tipos de classificação de mapas e cartas. As Cartas Topográficas eram cartas particulares que representavam sobre um plano uma pequena parte da Terra. As Cartas Corográficas representavam sobre um plano, uma parte considerável da terra. As Cartas Grandes representavam uma das partes da Terra e a Carta Geral representava toda a superfície da terra em um plano, o que se denomina planisfério ou mapa mundi⁸⁷.

A evolução da Cartografia no Brasil

No que se refere ao Brasil, no século XVI houve pouca produção de cartas e mapas representando o Brasil por questões de segurança do território e questões estratégicas. O documento com a primeira representação cartográfica de parte do litoral do Brasil e de outras regiões do continente Americano, de todo o continente Africano e a representação da Índia foi o chamado Planisfério de Cantino, que data de 1502, sem autoria conhecida e apresentando uma multiplicidade dos espaços que centravam nos

⁸⁶ SANTOS, Márcia Maria Duarte. Técnicas elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império: elementos figurativos e ornamentos diversos: preceitos estéticos e técnicos da Cartografia. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

⁸⁷ Ibid.

oceanos Atlântico e Índico, assinalando os interesses portugueses⁸⁸. Mas a Cartografia dos Quinhentos não deixou de apresentar um reconhecimento e levantamento da vasta costa oriental atlântica do território português. A Cartografia dos Seiscentos traz uma representação da costa norte e dos territórios da região Amazônica e da Colônia de Sacramento ao Sul. Há um destaque para o pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, documento imprescindível para o entendimento do processo da conquista e ocupação da parte norte da América Portuguesa. Desse período também merece destaque o Mapa do Estado do Brasil ou Carta Geral do Brasil que traz os marcos divisórios do norte ao sul indicando os limites extremos do território português na América e mostra a distribuição das principais nações indígenas⁸⁹. Já no século XVII, a Cartografia introduz com maior frequência os topônimos indígenas para denominações geográficas substituindo a onomástica religiosa. Substituiu, também, as cartas de marear por outras contendo informações mais detalhadas dos primeiros caminhos em direção aos sertões e sobre a extensa rede hidrográfica, dando início à Cartografia Fluvial⁹⁰.

Até o século XVIII, o conhecimento do território brasileiro envolveu, com maior frequência, iniciativas de caráter privado. A partir de então, as iniciativas foram demandadas pelo Estado português com o objetivo de uma maior Cartografia do interior do território. Há um grande destaque para o engenheiro-cartógrafo e um avanço em Portugal no ensino de técnicas de engenharia militar e levantamentos cartográficos, no reinado de D. João V. O rei de Portugal pretendia promover o mapeamento da América Portuguesa e seu governo foi marcado por um movimento de renascimento da ciência e do desenho cartográfico. Ele promoveu uma política de estímulo à difusão da ciência geográfica em Portugal com o objetivo de realizar um novo Atlas do Brasil como uma precaução devido aos avanços portugueses em terras hispânicas onde foram descobertas as minas de Goiás e Mato Grosso. Em 1790, a rainha D. Maria I também cria em Portugal a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em Lisboa. A Academia se estendeu, em 1792, no Rio de Janeiro, na casa de Trem de Artilharia (hoje

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Dos roteiros de todos os sinais até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: _____. **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

⁹⁰ Ibid.

- Museu Histórico Nacional) ⁹¹. Os primeiros grandes mapas do Brasil só são gravados depois da chegada da família real na colônia em 1808. Nesse período foi fundado o Real Arquivo Militar destinado ao armazenamento e à conservação das cartas gerais, particulares geográficas ou topográficas do Brasil e demais limites ultramarinos. Em 1810, foi criada a Academia Real Militar do RJ, que substituiu a Academia de Artilharia, Fortificação e desenho de 1792. Seu ensino estava voltado para a formação de engenheiros geógrafos e topógrafos e para questões de engenharia civil. Após a independência a Academia Real Militar recebeu a nomenclatura de Academia Imperial Militar e junto com o Arquivo Militar formou a geração de engenheiros militares (geógrafos e topógrafos) habilitados nas práticas de Cartografia. Ao longo do Império brasileiro, bons trabalhos de cartografia foram feitos a partir da criação da Escola Central (1858) e da Escola Politécnica (1874), pondo fim a era dos engenheiros militares, pois, seguindo os moldes franceses, que no século XIX buscou aperfeiçoar e uniformizar a linguagem cartográfica, quiseram formar exclusivamente engenheiros civis e topógrafos. Entretanto, em função dos cinco séculos de tradição a elaboração das cartas geográficas permaneceu nas mãos de militares⁹².

As temáticas de grande importância da Cartografia no Brasil entre os séculos XVII e XIX correspondiam à Cartografia dos Jesuítas, à Cartografia de representação da conquista de Quilombos e Aldeias Indígenas, à Cartografia dos viajantes, aos Mapas dos regimentos militares e à defesa do território e as estratégias de combates. Porém, no século XIX não havia uma política de Estado para o conhecimento cartográfico de todas as partes do território brasileiro. No período imperial, não foram produzidos muitos documentos cartográficos para as províncias da região nordeste⁹³.

Até aqui vimos que a produção cartográfica no Brasil se iniciou no período colonial. Porém, é após a proclamação da República e ao longo do século XX que a Cartografia tem um intenso desenvolvimento. Desse modo, serão apresentadas algumas das transformações pelas quais passou essa disciplina no século passado.

⁹¹BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

⁹² Ibid.

⁹³ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Dos roteiros de todos os sinais até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: _____. **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

O desenvolvimento da Cartografia no século XX e sua relação com a Geografia

Na antiguidade, a Cartografia e a Geografia eram conhecimentos que se confundiam, pois “as atividades de registro, inventário e representação gráfica dos lugares receberam... a denominação de Geografia... por outro lado, no século XIX, a Cartografia separou-se da Geografia tomando corpo como área de estudo”⁹⁴. Segundo Clézio Santos, Max Eckert foi um dos primeiros autores a definir a Cartografia como uma área de conhecimento desvinculada da Geografia e a classificou como ciência e arte, “[...] ciência pela preocupação com a precisão, segundo as leis da matemática e da geometria; e arte pelo aspecto visual”⁹⁵. Mesmo sendo um ramo do conhecimento tão importante à Geografia, a Cartografia não foi realizada exclusivamente por cartógrafos. Como vimos, cosmógrafos, engenheiros militares, topógrafos, engenheiros – cartógrafos também realizavam trabalhos cartográficos. Mas na Escola Regional, fundada por La Blache, a imagem cartográfica continuava a ser um instrumento legitimador do método geográfico, tendo em vista que a identidade da região era apresentada a partir da síntese obtida na sobreposição de mapas temáticos⁹⁶. O século XX marca um grande desenvolvimento para a Cartografia em função do desenvolvimento tecnológico como a invenção dos aeroplanos e as tecnologias resultantes das duas guerras mundiais. Há nesse período a classificação da Cartografia em duas correntes: a Cartografia Sistemática ou Topográfica e a Cartografia Temática. O que difere as duas vertentes são os seus objetivos, os métodos e as técnicas aplicados na elaboração e formação dos mapas assim como o tipo de qualificação dos profissionais encarregados da realização desses trabalhos. O século XX também foi um período de intensas transformações na Geografia, como apresentado no capítulo I. Essas mudanças também contribuíram para que a Cartografia passasse a desempenhar papeis distintos em função da própria divisão da Geografia em Teórica (baseada em uma explicação sistêmica e funcionalista da realidade) e a Geografia Crítica (baseada em uma explicação materialista e dialética da realidade). Para a primeira, a Cartografia foi utilizada como suporte para a construção de modelos matemáticos, pela utilização maciça dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG's), trazendo uma maior sofisticação tecnológica, mas uma menor vinculação a um método geográfico. Já em

⁹⁴ SANTOS, Clézio. Saberes Cartográficos. Nova Iguaçu: Agbook, 2013, p. 24.

⁹⁵ ECKERT, apud SANTOS, 2013, p. 28.

⁹⁶ Ibid., p. 36.

relação à Geografia Crítica “recaíam sobre as atividades Cartográficas, e especialmente sobre os mapas nos trabalhos geográficos, as relações de poder e opressão. A Cartografia passou a ser considerada um instrumento a mais de opressão, tanto nas mãos de professores como nas mãos do Estado”⁹⁷. A própria Cartografia procurava no início do século XX, “... estruturar-se como campo específico do saber, requerendo para si o domínio de todas as etapas do processo cartográfico, da confecção ao estudo dos usos do mapa”⁹⁸. Desse modo, a Geografia foi deixando de ser uma construtora de mapas para ser uma usuária e, depois, uma consumidora de mapas⁹⁹.

No Brasil, com o início da Era Vargas houve uma renovação em toda a comunidade científica nacional, o que resultou na criação de cursos superiores nas universidades e, dentre eles, o curso de Geografia. Em 1934, foi criada a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse último composto por três conselhos: Geografia, Cartografia e Estatística e com o objetivo de “sistematizar a coleta de dados estatísticos e fornecer o conhecimento do território nacional”¹⁰⁰. Em relação a inclusão da Cartografia como disciplina dos cursos superiores de Geografia, só há a inclusão dessa disciplina pela primeira vez nove anos depois da criação dos cursos (em 1943 na Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP – e, em 1947, na Universidade de São Paulo – USP)¹⁰¹.

As grandes discussões a cerca das mudanças na produção cartográfica ocorrem após as duas guerras mundiais. Nesse momento, há a busca pela institucionalização da Cartografia e sua autonomia como uma área do conhecimento separada da Geografia, sendo que dessa última se originam os conhecimentos cartográficos (que eram realizados por geógrafos com especialização em mapeamento). Novos profissionais passam a trabalhar com a Cartografia em cursos como os de Engenharia de Agrimensura e de Engenharia Cartográfica, no final da década de 1950.¹⁰²No Brasil, a

⁹⁷ Ibid., p. 37.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ Ibid., p. 162.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid., p.163. “Segundo Girardi, os conhecimentos técnicos específicos desses profissionais pouco contribuíram para o conhecimento geográfico, principalmente quando tratados isoladamente. Eles não usavam seus conhecimentos para a explicação geográfica, que é o papel da linguagem cartográfica em Geografia. Além disso, a falta de identidade desses profissionais com a Geografia não propiciou seu engajamento nas discussões geográficas da época, o que resultou nos isolamento deles nos cursos de Geografia”.

primeira reunião de consulta sobre Cartografia ocorreu em São Paulo em 1958 e teve como resultado a fundação da Sociedade Brasileira de Cartografia, que interessou muito aos profissionais ligados à Geodésia e pouco aos geógrafos.

A discussão da Cartografia como ciência foi intensa nas décadas de 1960 e 1970. Girardi¹⁰³ (200:42) afirma que três grandes abordagens prevaleceram nos estudos de Cartografia: a abordagem como uma ciência formal, que tinha ênfase na forma de representação e não em seu conteúdo; como uma ciência reflexiva que só se realiza na interface com as ciências sociais e naturais e como uma ciência da comunicação que considera o campo da comunicação como a base científica. Já nas décadas de 1980 e 1990, a natureza subjetiva e retórica do mapa foi amplamente discutida. Autores como Harley (1989) foi um dos precursores nesse debate e propondo uma leitura da natureza da Cartografia a partir da concepção de que o mapa é uma construção social e era necessário que estivesse enraizado na teoria social¹⁰⁴. Harley defende uma leitura desconstrucionista do mapa a partir de três perspectivas: a primeira leva à desmistificação da Cartografia e do mapa como conhecimentos objetivos que refletem uma visão exata da realidade; a segunda diz respeito à importância de uma revisão histórica do mapa e a terceira busca que a história do mapa ganhe espaço na leitura interdisciplinar do texto e do conhecimento¹⁰⁵. O mesmo autor afirma, também, que os mapas são artefatos culturais e que é necessário ler nas entrelinhas do mapa, “nas margens do texto e, através de suas figurações, a descobrir os silêncios e as contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem. Começamos a aprender que os fatos cartográficos somente são fatos dentro de uma perspectiva cultural específica”¹⁰⁶. Os mapas são elaborados de forma que representam uma maneira particular do seu autor de expressar a sua compreensão de realidade que está assentada em um ponto de vista específico que reflete a influência da vida material e cultural da sociedade, que faz parte do processo de desenvolvimento social.

¹⁰³GIRARDI, apud SANTOS, 2013, p. 28.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵HARLEY, apud SANTOS, 2013 p. 69.

¹⁰⁶ Ibid., p. 68.

A renovação da Geografia e a abordagem cartográfica em livros didáticos de Geografia

Fernanda Padovesi Fonseca também faz um estudo sobre a relação entre o desenvolvimento da Geografia e sua relação com a Cartografia. A autora questiona sobre a existência de uma possível contradição relativa à perda de prestígio da Cartografia no interior da Geografia ao mesmo tempo em que a produção acadêmica voltada ao ensino de Cartografia escolar é considerável. Nesse sentido, haveria a necessidade de uma análise teórica das relações da Cartografia brasileira com a Geografia que ultrapassasse a Geografia escolar. Fonseca defende que, na Geografia brasileira, o uso da Cartografia é limitado e despido das discussões epistemológicas atuais. Desse modo, ela realiza um estudo do processo histórico de transformação e renovação da Geografia e de que modo a Cartografia esteve presente nesse processo¹⁰⁷.

Fonseca realiza um estudo do modo pelo qual a Cartografia se relacionava à Geografia e o que teria ocorrido após o movimento de renovação da última a partir das décadas de 70 e 80, tendo como base estudos elaborados por vários autores. Antes do movimento de renovação, a Cartografia e as narrativas verbais conviveram, com atritos, na Geografia, tendo a primeira supremacia sobre as segundas. Karl Ritter, segundo a autora, teria queixado-se, em seu tempo, que haveria uma “Ditadura da Cartografia”. Fonseca defende que haveria uma necessidade de desnaturalização da relação Cartografia/Geografia para um melhor direcionamento do estudo sobre as funções das mesmas, pois a Geografia não é a única disciplina que usa a Cartografia, como afirmou Milton Santos, e o mapa não é mais uma marca que distingue a produção geográfica, como afirma Yves Lacoste¹⁰⁸. A Cartografia anterior sofreu a recusa por parte de geógrafos renovadores. O Objeto da Geografia passa por transformações, o espaço passa a se entender como uma dimensão do social. Desse modo, há também um esforço de renovação teórica do mapa, que deve tornar-se um ponto de apoio “linguageiro” para que se produza conhecimentos científicos sobre o espaço. A

¹⁰⁷ FONSECA, Fernanda Padovesi. A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da cartografia. 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 11.

¹⁰⁸ LACOSTE, apud FONSECA, 2004, p. 22.

Geografia Crítica criou uma intertextualidade com as ciências humanas, com a filosofia, trazendo à tona a importância da interdisciplinaridade¹⁰⁹.

A Geografia inovada tem como objeto o espaço geográfico, seu novo objeto de estudo, os espaços das sociedades, a dimensão espacial do social. Mas há, também, uma nova e revigorada atenção para com a Cartografia no que diz respeito à necessidade de um esforço de renovação teórica, incluída nas discussões mais avançadas sobre a questão das linguagens. A teorização do espaço vai abalar a Cartografia convencional, que estará relacionada à Geografia Tradicional, em função de a mesma ser vista como uma via naturalizada de um espaço euclidiano congelado. A autora fala da necessidade de uma teorização, ela traz questionamentos sobre o fato de a Cartografia ter sido explorada de forma tão rígida e sobre o fato de haver uma indiferença grande quanto às necessidades de flexibilização diante da renovação da Geografia¹¹⁰.

Fonseca traz estudos de vários autores traçando um perfil da relação entre a Cartografia e a Geografia. A cartografia inicialmente teria sido deixada em segundo plano com o desenvolvimento da Geografia Crítica, sendo que alguns autores como Rosely Archela chegou a considerá-las como disciplinas distintas. Entretanto, Archela se mostra otimista em relação à Cartografia brasileira ao afirmar que, mesmo tendo sido deixada de lado com a Geografia Crítica, ela ressurgiu na década de 1990 em função do aparecimento das novas tecnologias, surgindo a necessidade, no período da globalização, de uma Cartografia de “qualidade tecnológica” no interior da Geografia. Ela também realça o “boom” da cartografia voltada para o ensino e afirma que esse fato é resultado de um aumento na interação maior do mapa com a sociedade¹¹¹.

Em relação à abordagem geográfica nos trabalhos de cartografia, a autora problematiza as mudanças ocorridas de acordo com o panorama histórico. Apresenta, de acordo com a abordagem de Gisele Girardi, que até meados do século XX a Cartografia e a Geografia eram um corpo “indissociável de conhecimento”. Teria sido após a Segunda Guerra Mundial que ocorreu um enfraquecimento nessa relação, em direção a uma ruptura. Com o posterior movimento de renovação da Geografia, haveria uma rejeição à Cartografia. Esse fato é bem problematizado pela autora, pois essa rejeição

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid., p. 46.

¹¹¹ Ibid., p. 58.

teria ocorrido mais no âmbito da Geografia Humana, tendo em vista que essa mesma referência não poder ser feita para a Geografia Física.

Fonseca sintetiza as ideias de Girardi relacionadas ao declínio da Cartografia no interior da Geografia em três categorias: 1. As mudanças renovadoras na Geografia tais como a quantitativa, a humanística, a radical, a crítica. 2. A institucionalização da Cartografia fora da Geografia e a conseqüente ênfase na comunicação cartográfica. 3. A informatização que ganha muita força em detrimento do pensamento visual. Nesse momento, Fonseca apresenta a necessidade de ressignificação da Cartografia geográfica. O mapa deve ser compreendido como instrumento de cognição e não só como meio de comunicação¹¹².

A autora cita outros trabalhos, como o de Jacques Bertin, que defende o estreitamento da relação entre Cartografia e Semiologia Gráfica. Essa última traria uma “produção de serviços às ciências” sociais através de um processo técnico. Há uma popularização da Cartografia nas mídias em função da exposição visual, gerada com maior rapidez, possibilitada pela Cartografia gerada por computador. Esse fato ajuda a valorizar o uso da Cartografia também no ambiente escolar, lugar de maior resistência desse saber. O fato de os professores de Geografia trabalharem com mapas no ambiente escolar mostra que, no ensino, a Geografia Crítica apresenta a Cartografia. Estando relacionada ao ensino, vários autores trazem a necessidade de se realizar uma “alfabetização cartográfica”, que estaria diretamente relacionada à psicogênese, às estruturas cognitivas, percorrendo o campo da pedagogia, principalmente a partir das ideias de Jean Piaget. Haveria ainda muitas lacunas nesse processo de alfabetização cartográfica (na leitura de mapas), o que precisa ser sanado, tendo em vista que a Geografia escolar passou a ser vista como campo próprio para a construção de uma Cartografia Geográfica. Nesse sentido, Fonseca expõe que os trabalhos de Cartografia que estariam presentes nos trabalhos acadêmicos é uma Cartografia fornecida pelo paradigma pedagógico e não propriamente renovada pela Geografia Crítica, que ainda transita com dificuldade pela Geografia escolar¹¹³.

¹¹² Ibid., p. 82.

¹¹³ Ibid., p. 140.

O pressuposto do trabalho de Fernanda P. Fonseca está na necessidade de redinamização da Cartografia em Geografia, na criação de novas inquietações retirando a Cartografia da posição de objeto pleno e acabado. Desse modo, a autora realiza um estudo sobre a produção acadêmica de Cartografia em Geografia e análises sobre trabalhos de Geografia Escolar, a partir das análises da Cartografia em livros didáticos e como assunto em trabalhos acadêmicos e conclui que há um uso significativo da Semiologia Gráfica nos materiais didáticos, buscando a construção de mapas multiinformacionais. Os mapas predominam entre os documentos que compõem os livros, porém, o que predomina é uma Cartografia de localização, ocorrendo uma subutilização qualitativa dos mapas nos livros didáticos. Ainda há predominância de uma Cartografia formalista e convencional na Geografia escolar. Fonseca concorda com a tríplice função que os mapas e gráficos deveriam apresentar, segundo Marcello Martinelli: registrar dados seria a primeira, tratar esses dados para descobrir como se organizam seria a segunda e, por último, comunicar o conteúdo da informação revelada.

Fonseca critica ainda que os avaliadores dos livros didáticos de Geografia não consideram os mapas como um real “veículo cognitivo”. Para eles, o aspecto localizacional é dominante. A Cartografia é tratada como auxiliar do texto verbal, não há comentários diretos sobre problemas com a linguagem, que, de acordo com Jacques Bertin, é um dos maiores desafios que a Cartografia encontra na atualidade. Fonseca critica os autores dos livros didáticos que tratam a representação cartográfica como uma ilustração (há um domínio dos “mapas para ler”, cheio de informações que não são trabalhadas, em detrimento dos “mapas para ver”, que facilitariam e agilizariam a aquisição das informações). Há, também, uma distância do que se pretende com a Geografia Crítica e com as perspectivas adotadas para os pareceres dos avaliadores, que ainda estariam presos às representações Cartográficas baseadas na Geografia Tradicional. Não houve ainda uma superação da fragmentação da Geografia em Física e Humana, o que reflete no processo da Cartografia escolar. Nesse sentido, Clézio Santos, que também realizou estudos sobre a Cartografia em livros didáticos de Geografia, afirma que os conteúdos passaram a ter ares de materiais elaborados para alunos e professores e que esses materiais como norteadores e interlocutores privilegiados do processo de ensino-aprendizagem. Porém, o autor também vê que a Cartografia é

apresentada nos livros didáticos mais como uma ilustração do que como um instrumento de compreensão da realidade social ¹¹⁴.

Padovesi faz uma explanação sobre os conceitos de representação, símbolos, linguagens, a forma como os atores sociais orientam as ações utilizando mapas. Ela entende que para a evolução da Cartografia ela deveria ser tratada como uma linguagem visual e que, para isso, dois planos associados devem se desenvolver: a pesquisa das linguagens visuais, que incluiria a admissão da Cartografia no campo das linguagens e o trabalho em associação com as elaborações teóricas, que seria o espaço representado.

Padovesi afirma que a boa parte do movimento de renovação da Geografia ignora a Cartografia, há uma deficiência da relação entre as duas. A renovação da Geografia estaria atuando de modo a eliminar as práticas cartográficas do interior da disciplina. Essa crise, porém, tem, segundo Fonseca, uma fundamentação teórica que “resiste vir à luz do dia”¹¹⁵. Haveria uma crise do mapa, um deslocamento do mesmo da origem geográfica. Jacques Levy detectou quatro aspectos dessa crise: 1. Função ideológica associada à Geopolítica e aos poderes hegemônicos; 2. Dificuldade de domínio para a informação reduzida; 3. Concorrência de outras mídias de alto teor tecnológico e 4. Incompatibilidade do espaço euclidiano (a submersão das cidades e das redes). O mapa deve ser entendido como uma linguagem que transmite e produz ideologias. Haveria, também, dificuldades em usar e dominar as técnicas do mapa, fato observado no tímido crescimento do uso do mapa na vida social. Desse modo, seria necessário multiplicar e usar tecnologias alternativas que obrigue um aperfeiçoamento do mapa, no que ele pode contribuir de diferente, a partir das práticas cartográficas em Geografia. A autora afirma ser necessário “desnaturalizar a relação da Cartografia com a Geografia visando sua flexibilização e renovação”¹¹⁶. O paradigma que é o espaço euclidiano, não é o próprio espaço geográfico, mas sua representação, que deve ser historicizada¹¹⁷.

¹¹⁴SANTOS, Clézio. Saberes Cartográficos. Nova Iguaçu: Agbook, 2013. p. 215.

¹¹⁵FONSECA, Fernanda Padovesi. A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da cartografia. 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 221.

¹¹⁶Ibid., p. 240.

¹¹⁷Ibid.

Clézio Santos afirma que a Geografia e a Cartografia são responsáveis pelo empreendimento humano de seu tempo e que “a Geografia é uma disciplina e uma prática coletiva” enquanto a “Cartografia é conhecimento e prática do coletivo”¹¹⁸. Desse modo, o autor também coloca que a Cartografia escolar vem se estabelecendo na interface entre Cartografia, educação e Geografia. Ainda de acordo com Santos, não se compreende o mundo moderno sem mapas. Desse modo, a Geocartografia seria a aplicação da Cartografia à Geografia na medida em que colabora para a formação de um profissional da Geografia mais comprometido com o seu tempo e seu contexto social. Em função disso, é necessário criar uma cultura do espaço, que para Clézio Santos pode ser entendida como educação cartográfica, tendo em vista que, sem essa cultura, “os cidadãos ficam desprovidos de identidade espacial”¹¹⁹.

Essa necessidade de uma educação/alfabetização cartográfica pôde ser percebida na produção de livros didáticos de Geografia, que é um material relacionado à Geografia Escolar e de significativo acesso à população. Na década de 1980, há um aumento das ilustrações em forma de mapa em função dos sofisticados sistemas de produção de infográficos das editoras, da tecnologia da indústria editorial. Clézio Santos afirma que outro fator que pode ter causado esse aumento estaria relacionado aos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN’s, que passaram a vigorar na década de 1990 e foram responsáveis por privilegiar os conceitos cartográficos, levando as obras didáticas a alterarem suas estruturas. Porém, apesar do aumento de ilustrações em formas de mapas na vida social, e mesmo com o incentivo de diretrizes governamentais, nas décadas de 1980 e 1990, algumas propostas curriculares (em Minas Gerais e São Paulo), privilegiam os conteúdos de Geografia Política e Geopolítica, reduzindo o número de mapas presentes em livros didáticos¹²⁰.

Clézio Santos traz o estudo de alguns autores que analisaram a estrutura dos mapas presentes em livros didáticos de Geografia e nos apresenta algumas conclusões que foram feitas por alguns autores como Santos e Le San (1985, p.82): “Os livros didáticos a partir dos anos de 1980 apresentam um número considerável de mapas como

¹¹⁸ SANTOS, op. cit., p. 92

¹¹⁹ Ibid., p. 223.

¹²⁰ Ibid., p. 217.

simples ilustração, em torno de 78%, contra 14% de gráficos”¹²¹. Os mesmos autores concluem que “65% das representações cartográficas dos livros didáticos referem-se basicamente a mapas sobre recursos minerais, divisões políticas, relevo, agricultura, indústria e clima... mapas de população, históricos e de vegetação representam 18,7%”¹²². Desse modo, Clézio afirma que prevalece mapas estáticos, onde as mudanças causadas pelo homem não são representadas, e não mapas dinâmicos, que abordariam essa representação.

Tanto Clézio Santos como Fernanda Padovesi Fonseca concluem que a relação entre Geografia e Cartografia, atualmente, é mais forte no contexto educacional, a partir da abordagem da Cartografia em livros didáticos, mesmo que a última ainda seja, muitas vezes, considerada como uma ilustração.

Tendo em vista o que foi até aqui apresentado, a partir de agora, o objetivo desse trabalho é procurar estabelecer como a História se relaciona com a Cartografia, de que modo o conhecimento histórico é representado através dos mapas, e de que forma a relação entre História e Cartografia também diz respeito à relação da primeira com a Geografia. Em função disso que esse segundo capítulo procurou descrever os conceitos básicos da Cartografia e seu desenvolvimento e a relação que a mesma estabelece com a Geografia. Essas análises nos ajudarão a ler o conhecimento histórico que está sendo apresentado na Cartografia também presente em livros didáticos produzidos ao longo do século XX com o objetivo de melhor evidenciar essa problemática, assim como de buscar saber se nos livros de História também há uma subutilização da informação cartográfica, tal como ocorre com os livros didáticos de Geografia e, também, de estabelecer uma relação entre a História e a Geografia a partir dos estudos realizados através dos mapas.

¹²¹ SANTOS; LE SAN, 1985 apud SANTOS, 2013, p. 216.

¹²² Ibid.

Capítulo 3 - Análise das fontes

Com o objetivo de verificar como a História se relaciona com a Cartografia, de que modo o conhecimento histórico é representado através dos mapas, e de que forma a relação entre História e Cartografia também diz respeito à relação da primeira com a Geografia, a partir das tipologias dos mapas analisados, foi feito um trabalho de análise panorâmica da cartografia presente em livros considerados didáticos, destinados aos estudantes dos níveis primário e secundário (atuais Fundamental e Médio), de décadas e editoras diferentes entre a segunda metade do século XIX e a década de 1990. A escolha de uma análise panorâmica se deve ao interesse sobre a longa relação entre a História, a Geografia e a Cartografia e a necessidade de compreender as mudanças pelas quais passaram, principalmente a partir da segunda metade do século XX, que influenciaram profundamente a relação entre essas áreas de conhecimento, como foi visto nos capítulos anteriores.

A escolha da amostra utilizada para a realização da pesquisa ocorreu em função dos livros que estão disponíveis para consulta na Biblioteca do Livro Didático, que faz parte do acervo da biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Também foram analisados livros adquiridos em sebos na cidade de Porto Alegre (RS) e de coleções particulares. A elaboração do livro didático traz consigo os padrões de circulação, tendo em vista que o mesmo é mais do que uma ferramenta de ensino, é uma mercadoria, que está inserida na lógica de produção e evolução das técnicas de edição, o que possibilita que o resultado final de um livro esteja marcado por interferências diversas, tais como: os interesses dos autores, que necessitam realizar a articulação entre a linguagem, o conteúdo e a iconografia (que precisam estar adequados a um prático método de aprendizagem), os interesses dos editores em elaborar um produto atraente para o consumo e com um vantajoso custo de produção e, também, os interesses do público que os consome, que busca um produto que seja uma eficiente ferramenta que vai contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.

As características e as descrições dos livros analisados consistem basicamente no fato de o livro apresentar ou não mapas. Quando houver mapas, entender como esses mapas foram feitos (aspectos físicos apresentados), a tipologia do mapa, o contexto que

estão representando na cartografia exposta, a categoria do conteúdo (se História Universal, da Civilização ou Geral e se História do Brasil), ao ano de publicação e às características presentes na capa do livro¹²³. Algumas informações que diferenciam algum livro, em detrimento dos livros publicados na mesma época, também serão apontadas, assim como imagens das capas e/ou de mapas. A descrição das fontes está disponibilizada nas tabelas que estão distribuídas ao longo do capítulo. São ao todo seis tabelas divididas em períodos de duas décadas cada uma. Os livros totalizam 59 exemplares, 32 que abordam o conteúdo de História do Brasil e 27 abordando História Universal, da Civilização ou Geral.

Tabela com a descrição dos livros do século XIX

Categoria de Conteúdo Histórico	Autor	Título	Ano	Capa	Tipologia dos Mapas	Características dos mapas
Brasil	LIMA, José Inácio de Abreu e.	Compêndio da História do Brasil	184?	-Material duro -cor escura -Não apresenta informações	-Não há mapas	
Universal	CALOGERAS, João Batista	História da Idade Média	1859	-Material duro -Cor clara Não apresenta informações	-Não há mapas	
Geral	Anônimo	História Contemporânea: Desde de 1815 até 1865	1866	-Material duro -Cor escura -Não apresenta	-Não há mapas	

¹²³ Em relação às capas dos livros, alguns livros passaram por processo de restauração, o que resultou na alteração da capa, outros estão deteriorados pela ação do tempo e alguns não apresentam a capa original. Portanto, a análise das capas foi realizada de acordo com aquilo que era visível e possível de ser analisado.

				informações na capa e contracapa, mas apresenta "no meio"		
Brasil	PINTO, Alfredo Moreira.	Epítome de História do Brasil	1892	-Material duro -Cor escura -Apresenta título, autor, edição, editora e ano de publicação	-Não há mapas	
Brasil	FREIRE, Felisbello.	História do Brasil	1896	-Material duro -Cor escura -Não apresenta informações	-Não há mapas	
Brasil	GALANTI, Raphael M.	Compêndio da História do Brasil	1896	-Material duro -Cor escura com detalhes em marrom de tonalidades mais claras -Não apresenta informações	- Não há mapas	
Brasil	MASCARENHAS, Annibal	Curso de História do Brasil	1898	-Material duro -Cor -Não apresenta informações	-Não há mapas	

Em geral, os livros do século XIX que foram analisados seguem um padrão de capa, eram publicados no Rio de Janeiro e/ou São Paulo, com editoras comuns, distribuídos pelas mesmas livrarias. Alguns livros vinham de fora do país (principalmente de Paris). Chama a atenção o fato de a maioria dos livros não apresentar qualquer tipo de informação na capa, tendo em vista que, nos dias atuais, a capa é um dos principais elementos identificadores daquilo que o livro pretende representar, além de conter as informações sobre o conteúdo a ser apresentado, facilitando, assim, o livro como um produto mercadológico e que necessita seguir determinados padrões de consumo. Os livros de História Universal estão divididos em categorias de conteúdo de acordo com a cronologia histórica (exemplo: História Antiga, Medieval, Moderna e contemporânea, um ou dois livros da mesma coleção para cada

período histórico). Não era comum que os livros desse período apresentassem mapas, provavelmente em função dos altos custos gráficos de produção. O livro de Annibal Mascarenhas apresenta algumas peculiaridades em relação aos demais livros do período analisado. É um livro sobre História do Brasil, mas que aborda Períodos Pré-Históricos, noções de Antropologia, de Paleoethnologia, de Geologia, sobre a evolução da civilização humana e evolução da vida (em seus aspectos nutritivo, sensitivo, afetivo, social e intelectual), sobre a estrutura geológica, do meio físico do Brasil e sobre a Pré-história brasileira, o que denota um tom abrangente ao conteúdo abordado.

Imagens relacionadas:

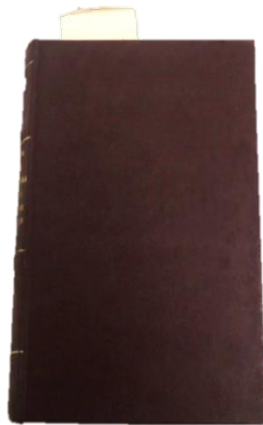


Figura 1 Livro: História Contemporânea: desde de 1815 até 1865 (Anônimo 1866)

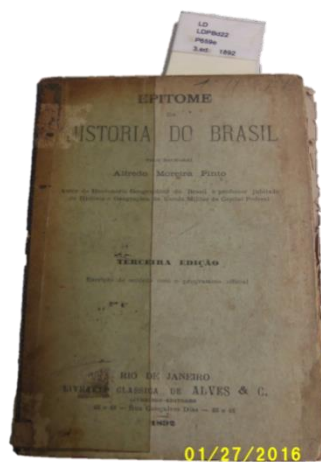


Figura 2 História do Brasil - Alfredo M. Pinto 1892

Tabela com a descrição dos livros entre 1900 e 1919

Categoria de Conteúdo Histórico	Autor	Título	Ano	Capa	Tipologia dos Mapas	Características dos mapas
Brasil	GALANTI, Raphael Maria	Compendio da História do Brazil	1902	-Material duro -Cor escura -Não apresenta informações	-Não há mapas	-Não há mapas
Brasil	PEIXOTO, Afranio	Minha Terra e Minha gente	1916	-Material duro -Cor clara -Traz o mapa da América do Sul monocromático com destaque para o Brasil nas cores da bandeira nacional -Apresenta título, autor, editora, edição e ano de publicação	-Divisão política -Localização e fronteiras -Relevo do solo -Hidrografia	-Monocromáticos -Coloridos -Topônimos -Título -Alguns mapas apresentam escala, meridianos e paralelos
Brasil	POMBO, Rocha	História do Brazil	1918	-Material duro -Cor clara -Apresenta título, autor, editora e ano de publicação -Traz em cores os brasões da Coroa Portuguesa, do Brasil Império e da República (Estados Unidos do Brasil)	-Mapas de época -Divisão política -Localização e fronteiras -Guerras e conflitos -Hidrografia -Relevo	-Monocromáticos -Coloridos -Topônimos -Alguns mapas apresentam legenda e escala -Alguns mapas época apresentam os meridianos e paralelos -Todos os mapas de época apresentam a rosa dos ventos
Brasil	GALANTI, Raphael Maria	História do Brasil	1911	-Material duro -Cor verde -Traz título, autor, edição editora, ano de publicação -Pequena	-Apresenta uma planta do Rio Grande do Sul - posições das tropas beligerantes antes da vitória	-Monocromático -Título -Legenda -Escala

				imagem do globo terrestre monocromática	alcançada no dia 1º de abril de 1776	
Civilização	BENEVIDES, José E. C. de Sá	História da Civilização	1912	-Material duro -Cor escura -Não apresenta informações	-Não há mapas	
Brasil	GALANTI, Raphael Maria	Breve História do Brasil	1913	-Material duro -Cor clara -Apresenta título, autor, editora, ano de publicação e uma pequena imagem do globo terrestre	-Não há mapas	
Brasil	GALANTI, Raphael Maria	Licções de História do Brasil	1913	-Material duro -Cor clara -Apresenta título, autor, edição, editora, ano de publicação e símbolo da editora	-Não há mapas	
Brasil	BENEVIDES, José E. C. de Sá	Resumo de História do Brasil	1913	-Material duro -Cor clara -Apresenta título, autor, edição, editora, ano de publicação e símbolo da editora	-Não há mapas	
Civilização	SEIGNOBOS, Cohen	Compendio da História da Civilização	1914	-Material duro -Cor verde -Detalhes em alto relevo -Apresenta título, autor e editora	-Não há mapas	
Brasil	COUTTO, Pedro	Pontos de História do Brasil	1918	-Não apresenta capa original	-Não há mapas	
Universal	FTD	História Universal	1919	-Não apresenta capa original	- Não há mapas	
Brasil	LACERDA, Joaquim Maria de	Pequena História do Brasil	1919	-Não apresenta capa original	-Não há mapas	

Entre as décadas de 1900 e 1920, era comum que os mapas presentes nos livros apresentassem a divisão política, localização e fronteiras, relevo, hidrografia, os topônimos, os títulos e temas dos mapas. Alguns mapas começam a apresentar escala, legenda, vegetação da região representada. A maioria dos mapas apresenta cor monocromática. Os livros de 1916, de Afrânio Peixoto, e de 1918, de Rocha Pombo, são exceções em relação aos livros do mesmo período em função de apresentarem uma grande quantidade de mapas coloridos. O livro de Peixoto expõe informações como o cálculo da área territorial e de população do Brasil comparando com os EUA e com a Europa e gráfico de relevo.

Imagens relacionadas:

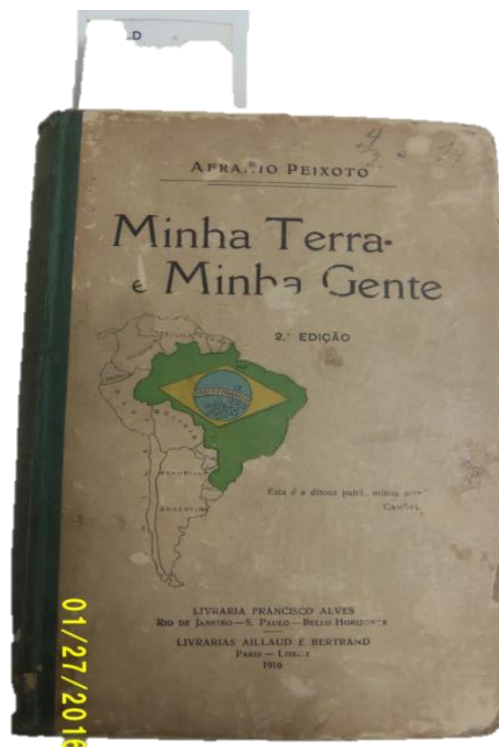


Figura 3 Minha Terra e Minha Gente – Afrânio Peixoto 1916

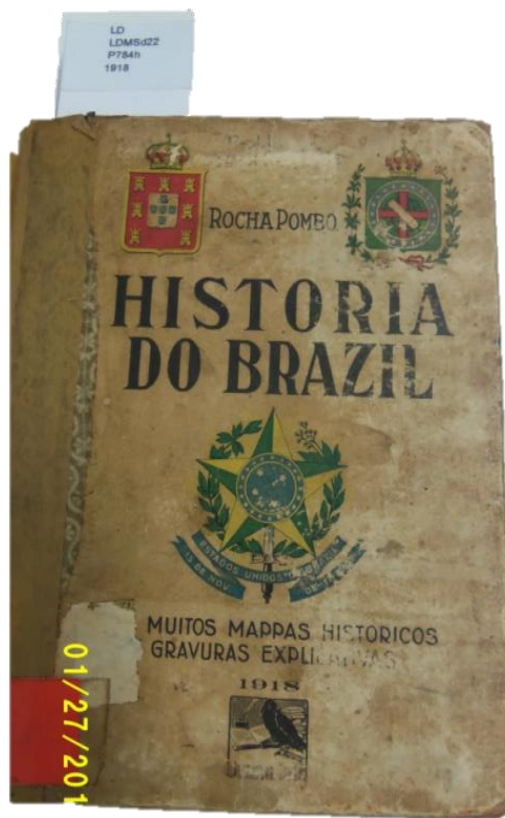


Figura 4 História do Brasil- Rocha Pombo
1918

Tabela com a descrição dos livros entre 1920 e 1939

Categoria de Conteúdo Histórico	Autor	Título	Ano	Capa	Tipologia dos Mapas	Características dos mapas
Brasil	MACEDO, Joaquim Manoel de.	Lições de História do Brasil	1922	-Material duro -Cor clara -Apresenta título, autor, editora e símbolo da editora	-Não há mapas	
Universal	FTD	História Universal	1923	- Material duro -Cor escura -Não apresenta informações	-Mapa de época -Divisão política -Localização e fronteiras -Relevo -Hidrografia -Rotas de viagem -Impérios	-Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Nome do autor - Alguns mapas apresentam escala e legenda

					-Guerras -Conteúdo religioso	
Civilização	RUCH, Gastão	História Geral da Civilização	1927	-Material duro -Cor escura -Não apresenta informações	-Divisão Política -Localização e fronteiras -Guerras e conquistas -Impérios -Hidrografia	-Monocromáticos - Título Legenda - Alguns mapas apresentam legenda e escala
Universal	BOTELHO, José Nicolau Raposo	Compendio de História Universal	1929	-Material duro -Cor escura -Não apresenta informações	-Não há mapas	
Brasil	DUQUE-ESTRADA, Osório	Noções de História do Brasil	1933	-Não apresenta capa original	-Divisão política -Localização e fronteiras -Rotas de viagem -Relevo -Hidrografia	-Monocromáticos -Coloridos - Topônimos - Alguns apresentam legenda, escala, meridianos e paralelos
Brasil	BRANCO, Rio	História do Brasil	1930	-Material duro -Cor escura -Não apresenta informações na capa, mas no "meio" do livro	-Não há mapas	
Brasil	RIBEIRO, João	História do Brasil	1935	-Material duro -Cor clara -Apresenta título, autor e editora	-Não há mapas	
Civilização	SERRANO, Jonathas	História da Civilização	1935	-Material duro -Colorida em azul e cinza -Apresenta título, autor, editora e símbolo da editora	-Mapas de época -Divisão política -Localização e fronteiras -Conflitos -Rotas de viagem	- Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Pouca representação de meridianos, paralelos e escala

					-Hidrografia	
Civilização	SCHENELLER, Max Pe.	Epítome de História da Civilização - para o 1º seriado	1936	-Material duro -Cor clara e traços coloridos -Apresenta título, autor, editora e símbolo da editora	-Não há mapas	
Civilização	SCHENELLER, Max Pe.	Epítome de História da Civilização - para o 4º seriado	1934	-Material duro -Cor verde claro -Apresenta título, autor, editora, ano de publicação e símbolo da editora	-Divisão política -Localização e fronteiras -Relevo -Hidrografia -Expedições -Guerras e batalhas -Domínios -Reduções Jesuíticas	- Monocromáticos -Títulos - Topônimos - Alguns mapas apresentam meridianos, paralelos e legendas
Civilização	BADARÓ, J. Duarte	História da Civilização	1934	-Material duro -Cor verde claro -Apresenta título, autor, editora, ano e imagens	-Não há mapas	
Civilização	SCHENELLER, Max Pe.	Epítome de História da Civilização - para o 3º seriado	1933	-Material duro -Cor verde clara com detalhes em vermelho -Apresenta imagens -Traz título, autor, editora, símbolo da editora e ano de publicação	-Não há mapas	
Civilização	CESARINO JÚNIOR, Antonio Ferreira.	História da Civilização - para o 5º ano	1937	-Material duro -Cor verde -Não apresenta informações	-Divisão política -Localização e fronteiras -Relevo -Hidrografia -Tratados e alianças	-Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Alguns mapas apresentam os meridianos e paralelos, escalas e

					-Campanhas militares -Conflitos	legendas, autores dos mapas
Civilização	MAGALHÃES, Basílio de.	História da Civilização para a 1ª série ginásial	1939	-Material duro -Cor clara com imagens coloridas -Apresenta título, autor e editora	-Divisão política -Localização e fronteiras -Noções geográficas e etnográficas -Guerras -Relevo -Hidrografia	-Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Alguns mapas apresentam meridianos e paralelos, escalas e legendas

Entre as décadas de 1920 e 1940, as características anteriores são mantidas, escala e legenda começam a aparecer com maior frequência assim como os nomes e indicações dos autores dos mapas, como é possível observar no livro de Cesarino Jr., de 1937, no qual predominam os mapas elaborados por Paulo Padilha. O livro de Jonathas Serrano, de 1935, traz um índice e a autoria dos mapas no sumário (“Litoral brasileiro segundo o mapa de Waldseemüller; A Primeira Viagem de Vasco da Gama segundo Ravenstein; derrota da esquadra de Martim Afonso do Rio de Janeiro a Cananeia; distribuição das Donatárias e mapa dos Estados Unidos”). Os meridianos e paralelos se tornam mais evidentes a partir da década de 1930. A rosa dos ventos, que aparece nos mapas de época, começa a aparecer nos mapas vetorizados. As rotas de viagem começam a ser observadas, o que pode nos levar a estabelecer uma relação com o surgimento da Geografia Histórica, na primeira metade do século XX, inspirada na influência de La Blache e caracterizada por temas que buscavam evidenciar a organização do espaço.

Entre as décadas de 1910 e 1940, muitos dos mapas representados trazem grandes distorções dos continentes e algumas imprecisões de fronteiras. Também chama a atenção o livro da FTD, de 1923, sobre História Universal, que apresenta mapas com o conteúdo religioso (há, por exemplo, o “Mappa para a história da formação do povo de Deus; o Mappa para a história dos primeiros tempos do mundo”, esse último aborda

o mito da criação presente na bíblia, no livro do Gêneses, quando Deus teria criado Adão e Eva, o dilúvio, a partir da história da Arca de Noé).

Imagens relacionadas:



Figura 5 Mapa para a História dos primeiros tempos do mundo - FDT 1923

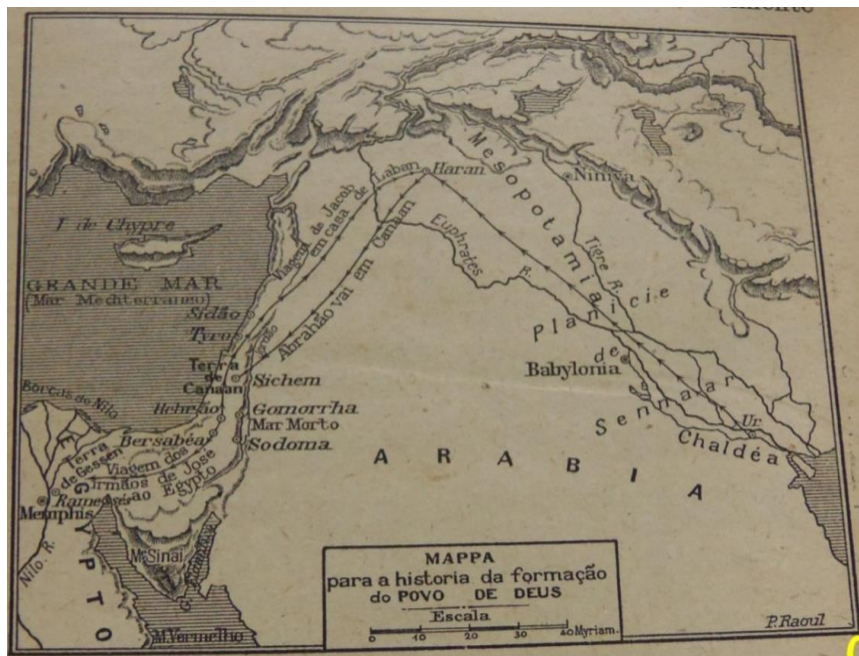


Figura 6 Mapa para a História da formação do povo de Deus - FDT 1923

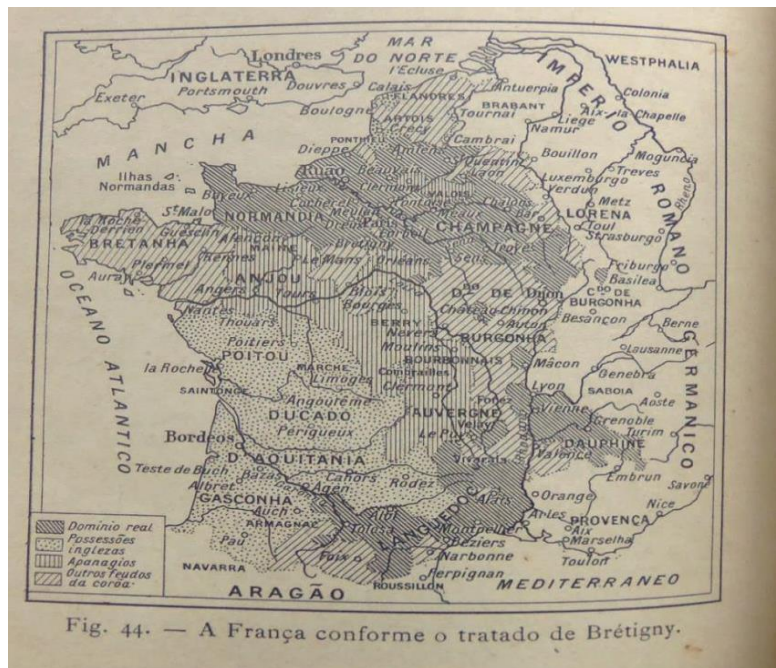


Figura 7 Mapa da França conforme o Tratado de Brétigny -Gastão Ruch 1927

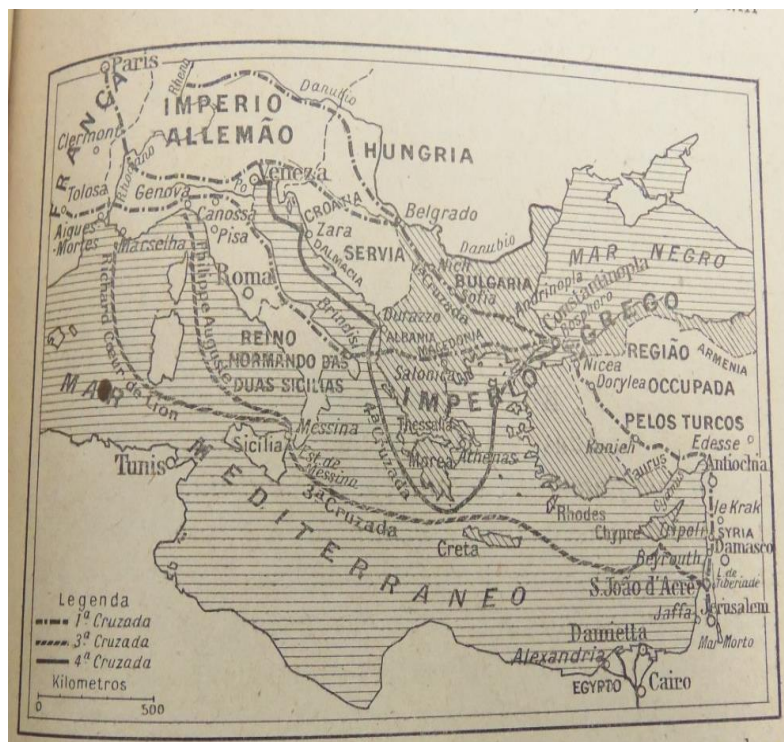


Figura 8 Mapa das Cruzadas - Gastão Ruch 1927

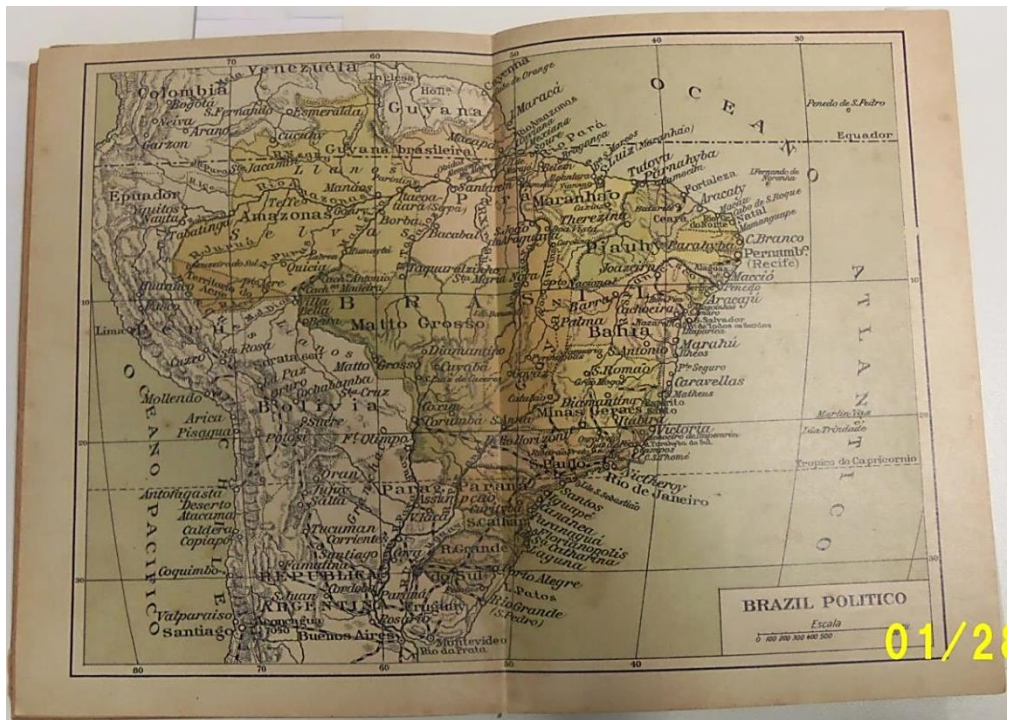


Figura 9 Mapa Político do Brasil - Duque-Estrada 1933

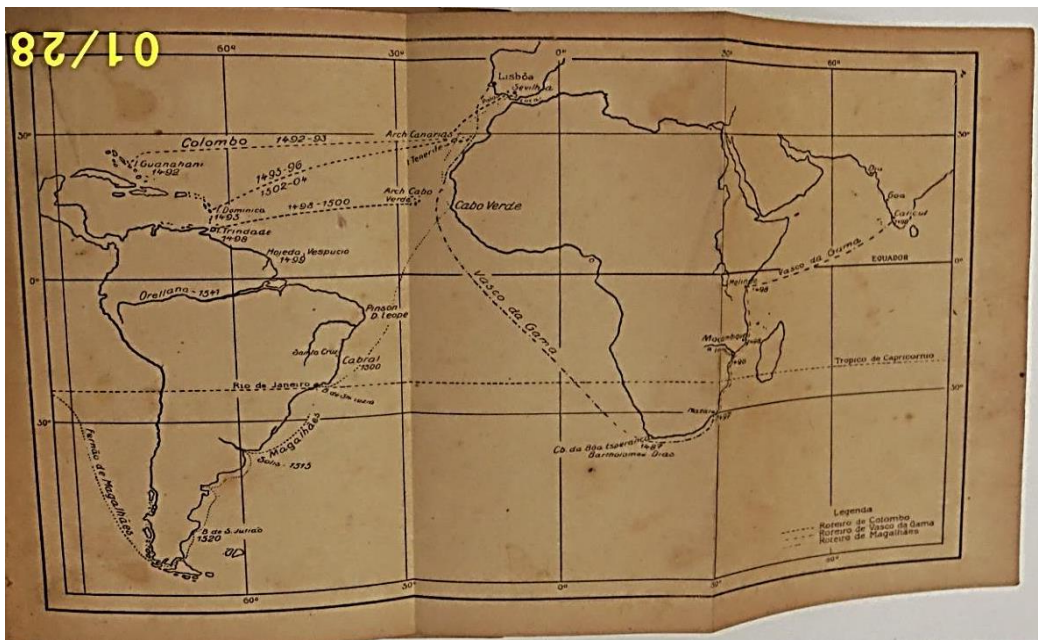


Figura 10 Rotas das grandes navegações - Duque-Estrada 1933

1933

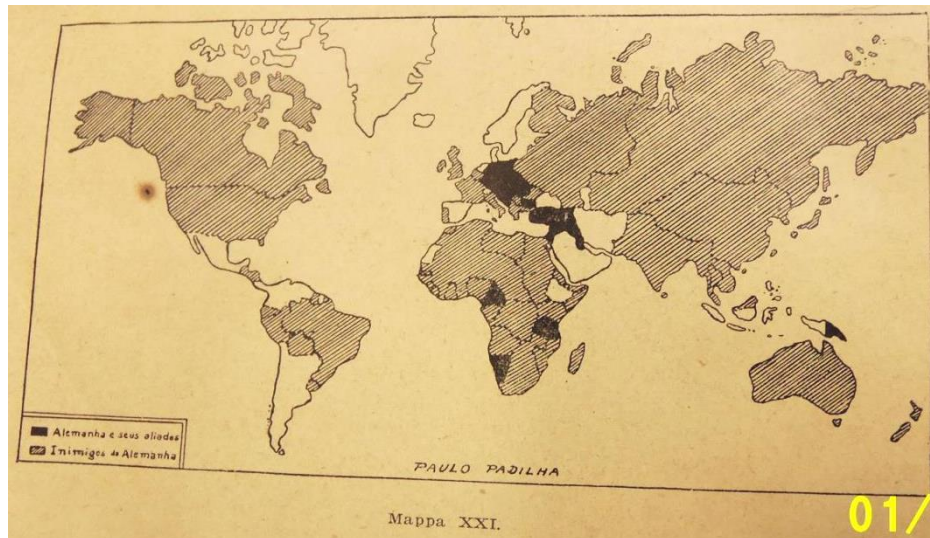


Figura 13 Mapa em contexto de Guerra – Cesarino Jr. 1937

Tabela com a descrição dos livros entre 1940 e 1959

Categoria de Conteúdo Histórico	Autor	Título	Ano	Capa	Tipologia dos Mapas	Características dos mapas
Civilização	CESARINO JÚNIOR, Antônio Ferreira; SOUSA, Alcino Muniz de.	História da Civilização - 1º ano.	1941	<ul style="list-style-type: none"> - Material duro - Cor escura - Não há imagens, título ou qualquer informação 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão política - Localização e fronteira - Relevo - Hidrografia - Guerras - Rotas de Comércio - Colônias - Impérios 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Meridianos e paralelos -Escala e legendas
Civilização	SILVA, Joaquim	História da Civilização - para o 2º ano ginásial	1940	<ul style="list-style-type: none"> - Material duro - Cor verde - Apresenta 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão política - Localização e fronteira - Relevo 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Alguns mapas

				título, autor, edição e editora	<ul style="list-style-type: none"> - Hidrografia - Colônias - Rotas de viagem - Impérios 	apresentam meridianos e paralelos, escala, o autor dos mapas
Brasil	POMBO, Rocha	História do Brasil - curso fundamental	1941	<ul style="list-style-type: none"> - Material duro - Cor clara - Traz as bandeiras do Brasil (Império e República) e um brasão português coloridos - Apresenta título, autor, editora e símbolo da editora 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas de época - Divisão política - Localização e fronteira - Relevo - Hidrografia - Guerras e conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> - Monocromáticos -Títulos - Topônimos - Há uma grande quantidade de mapas de época, que apresentam escala, rosa dos ventos, legendas
Civilização	CALMON, Pedro	História da Civilização - primeira série	1942	<ul style="list-style-type: none"> - Material duro - Cor clara com detalhes em verde - Apresenta título, autor, editora e símbolo da editora 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão Política -Localização e fronteiras - Relevo - Hidrografia - Mapas de países tributários 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos - Títulos - Topônimos
Brasil	FLEIUSS, Max	Apostilas de História do Brasil	1940	<ul style="list-style-type: none"> - Material duro - Colorida - Apresenta título, autor, editora e símbolo da editora 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão política - Localização e fronteiras - Rotas de viagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Monocromáticos - Títulos - Poucos topônimos
Brasil	POMBO, Rocha	História do Brasil - para o ensino elementar	1943	<ul style="list-style-type: none"> - Material duro - Cor verde - Apresenta título, autor e editora 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas de época -Divisão política - Localização e fronteiras - Relevo - Hidrografia - Plantas de Recife - Conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos -Coloridos - Títulos - Topônimos - Mapas de época com escala, legenda. rosa dos ventos

Brasil	MAGALHÃES, Basílio	História administrativa e econômica do Brasil	1951	- Material duro - Cor verde clara - Apresenta título, autor, editora e volume	- Não há mapas	
Geral	Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional e Estudos Pedagógicos	História Geral: Antiguidade	1956	-Material duro - Colorida - Traz imagens, título, autor, editora e volume	- Divisão política - Localização e fronteiras	- Mapas coloridos - Títulos - Topônimos
Geral	BATALHA, José A.	História Geral - Terceira série ginásial	1955	- Sem capa original	- Divisão política - Localização e fronteiras - Impérios - Guerras e conquistas - Rotas de comércio e de invasões - Relevo - Hidrografia	-Monocromáticos - Título - Topônimos - Apresentam legenda

Entre as décadas de 1940 e 1960, é possível observar que há um significativo aumento da quantidade de mapas presentes nos livros, características como o relevo vão se tornando menos evidentes. Tipologias como as de Impérios, colônias se tornam mais frequentes assim como as rotas de comércio e o mapa que apresenta os países tributários, evidenciam a questão econômica, que ao longo desse período estava bastante presente nos debates historiográficos.

Imagens relacionadas:

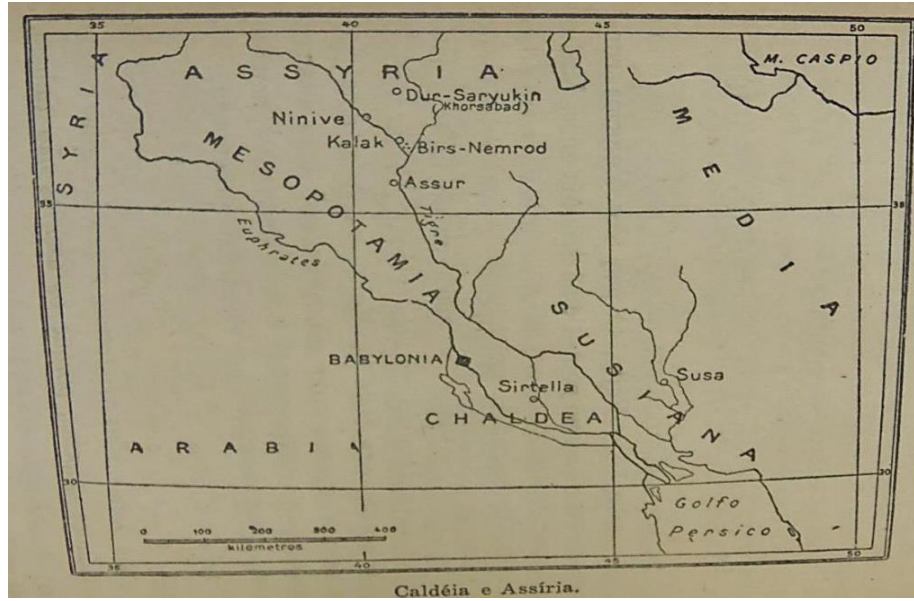


Figura 14 Mapa da Caldeia e Assíria – Cesarino Jr. e Sousa 1941



Figura 15 Mapa das colônias Carolíngias - Cesarino Jr. e Sousa 1941

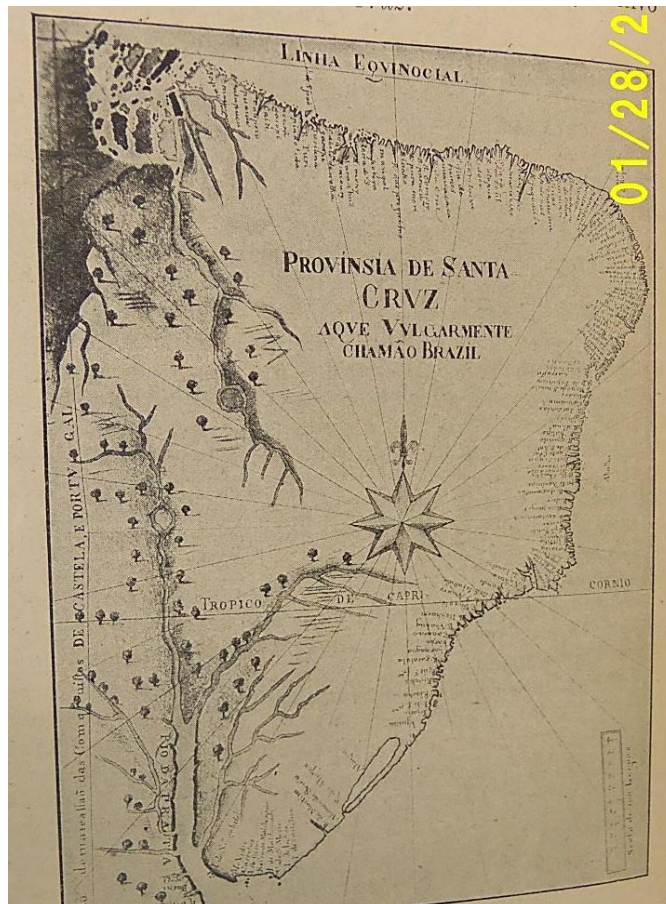


Figura 16 Mapa de época do Brasil Colonial - Rocha Pombo 1941

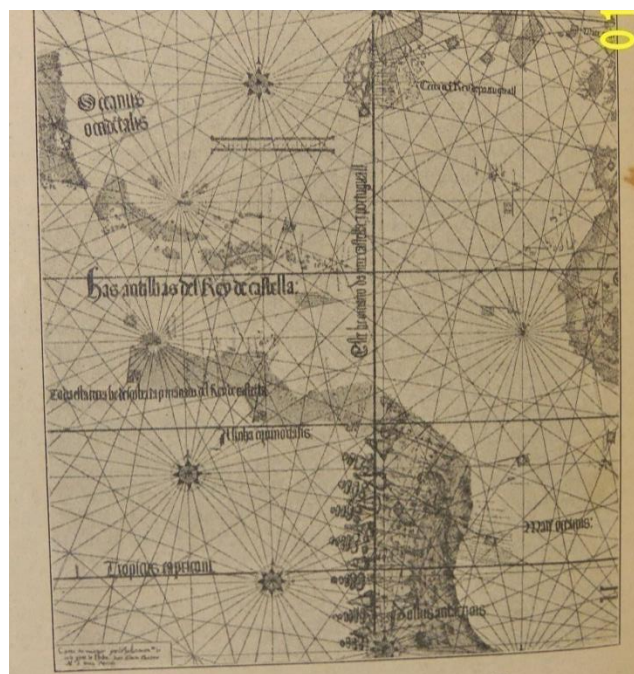


Figura 17 Mapa de época com Tratado de Tordesilhas - Rocha Pombo 1941

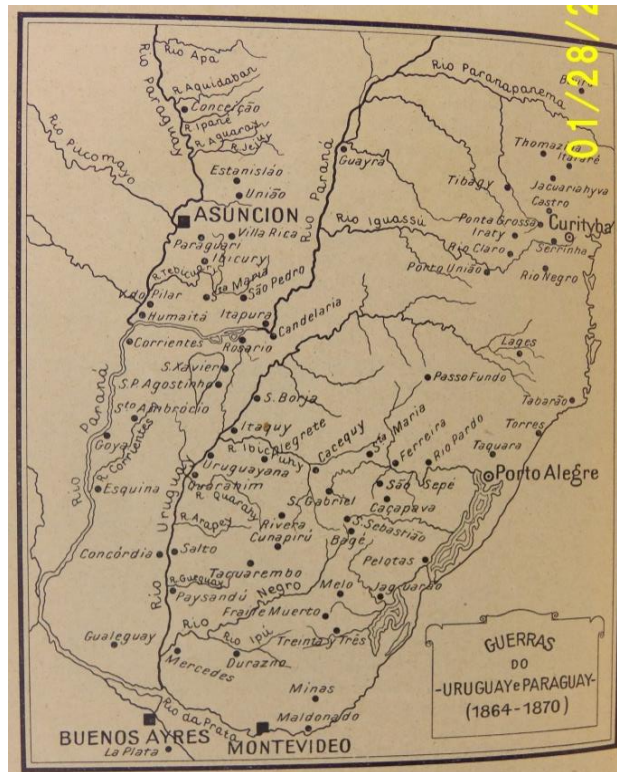


Figura 18 Mapa de guerras do Uruguai e Paraguai - Rocha Pombo 1941

Tabela com a descrição dos livros entre 1960 e 1979

Categoria de Conteúdo Histórico	Autor	Título	Ano	Capa	Tipologia dos Mapas	Características dos mapas
Brasil	RAMOS, Duílio.	História da Civilização Brasileira	1961	<ul style="list-style-type: none"> - Material mole - Imagens coloridas - Apresenta título, autor e edição 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão política - Localização e fronteiras - Colonização - Rotas de navegação - Velho mundo - Povoamento do Brasil - Expansão geográfica - Guerras e revoltas - Hidrografia e rotas por rios 	<ul style="list-style-type: none"> - Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Legenda - Identificação do autor dos mapas

					<ul style="list-style-type: none"> -Distribuição dos povos indígenas ao longo do território -Distribuição das culturas trazidas para o Brasil 	
Brasil	BANDCCHI, Brasil.	História do Brasil	1969	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole - Imagem do quadro de Vitor Meireles "<i>Primeira Missa no Brasil</i>" - Apresenta título, autor e editora 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas de época - Divisão política - Localização e fronteiras - Hidrografia 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos - Títulos - Topônimos
Geral	HERMIDA, Antônio José Borges.	Compêndio de História Geral	1966	<ul style="list-style-type: none"> - Não apresenta capa original 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão política -Localização e fronteiras -Império Maia -Civilizações 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Apresentam meridianos e paralelos - Legendas - Escala
Brasil	GOMES, Paulo Miranda; MOURA, Nelson de; GONZÁLEZ, Alaíde Inah.	História Geral da Civilização Brasileira - 2º grau, Concursos, vestibulares	1976	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Imagens históricas coloridas -Apresenta título e autores 	<ul style="list-style-type: none"> -Mapas de época -Divisão Política -Localização e fronteiras -Tratados -Guerras -Rotas de comércio e navegação -Economia -Grupos indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Legendas
Geral	MUSSUMECI	História Geral Terceira série	1960	<ul style="list-style-type: none"> - Material duro - Colorida -Apresenta muitas imagens de personagens históricos 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão política - Localização e fronteiras -Relevo -Hidrografia - Guerras 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta um mini Atlas Histórico todo colorido - Há antes do atlas, textos informativos que explicam cada

				- Traz título, autor, editora, série para a qual se destina	- Rotas	mapa - Títulos Topônimos - Legendas
Geral	MATTA, Ari	Curso Básico de História Geral	1960	- Material mole - Cor Clara - Apresenta título, autor e editora	- Divisão política - Localização e fronteiras - Guerras e conquistas - Rotas de viagens	- Monocromáticos - Títulos - Topônimos
Brasil	GOMES, Paulo Miranda; GOMES, Vera Lúcia Barbosa	História Geral - 1º grau (7ª e 8ª séries)	1979	- Material mole - Cor clara - Apresenta o título e uma ampulheta coloridos, autor	- Divisão política - Localização e fronteiras - Guerras - Descolonização da África	- Monocromáticos - Títulos - Topônimos

Os mapas feitos a partir da década de 1960 já têm características diferenciadas das contidas nos mapas das décadas anteriores. Além de serem cada vez mais policromáticos, os desenhos técnicos se tornam mais elaborados, a hidrografia e o relevo ainda são mantidos em alguns mapas. A década de 1970 apresenta mapas policromáticos com a hidrografia com foco para os oceanos. Há um aumento da qualidade das imagens dos mapas, porém há uma mudança nas informações, não apresentam muitos detalhes topográficos (relevo, cadeias montanhosas). A quantidade de informações em um mesmo mapa começa a diminuir e aumenta o número de mapas presentes nos livros, dividindo as diversas tipologias.

A noção de proporção entre o tamanho dos territórios fica mais evidente. Como exemplo, podemos observar os mapas presentes no livro de Hermida (1966), no qual mapas de antigas civilizações (Egito, Mesopotâmia, Persa) são colocados dentro do mapa do território brasileiro ou dos nossos estados, com o objetivo de comparar os limites territoriais das civilizações citadas em relação aos do Brasil.

Imagens relacionadas:



Figura 19 O Império Persa - Hermida 1966



Figura 20 Egito Antigo - Hermida 1966



Figura 21 Mesopotâmia - Hermida 1966

Tabela com a descrição dos livros entre 1980 e 1999

Categoria de Conteúdo Histórico	Autor	Título	Ano	Capa	Tipologia dos Mapas	Características dos mapas
Geral	PEDRO, Antônio; CÁCERES, Florival.	História Geral	1982	-Material mole -Traz paisagens e imagens históricas coloridas -Apresenta título, autores e editora.	-Divisão política -Localização e fronteiras -Expansão marítima -Impérios -Populações -Conflitos -Rotas comerciais -Unificação Italiana e Alemã -Divisão da	-Monocromáticos - Títulos - Topônimos - Legendas

					<p>Europa na época da Reforma Protestante</p> <ul style="list-style-type: none"> -Mercantilismo e feitorias -Independências da América -Países liberais e conservadores 	
Geral	PEDRO, Antônio	História Antiga e Medieval	1985	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Imagens históricas e coloridas -Apresenta título, autor e editora 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão política - Localização e fronteiras -Colonização e expansão territorial -Impérios e reinos -Rotas comerciais -Região de atividades agrícolas na Índia -Hidrografia -Relevo (bem representado) - Região de escravos na Fenícia -Representação arquitetônica (Muralha da China) -Povoações -Batalhas - Plantas de cidades 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos -Títulos explicativos abaixo dos mapas - Legenda -Topônimos
Brasil	DANTAS, José	História do Brasil: das origens aos dias atuais	1989	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Apresenta a imagem colorida "O lavrador de café", de 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão política -Localização e fronteiras -Correntes de povoamento -Assentamentos humanos no Brasil -Caminhos do massacre dos índios na colônia 	<ul style="list-style-type: none"> -Título -Legenda - Topônimos -Mapas em duas ou três cores

				<p>Cândido Portinari</p> <p>-Traz título, autor e editora</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Ocupação da Amazônia -Rotas comerciais -Conquistas -Expedições e expansões -Reinos e impérios -Revoltas e rebeliões -Tráfico de escravos -Assuntos econômicos -Emigração -Ferrovias -Ditaduras na América Latina 	
Brasil	<p>KOSHIBA, Luiz;</p> <p>PEREIRA, Denise ManziFrayze.</p>	História do Brasil	1987	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Colorida -Traz Imagens e objetos históricos -Apresenta título, autores e editora 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão política -Localização e fronteiras -Rotas de comércio e viagens -Impérios e reinos -Expansão territorial -Conflitos -Hidrografia -Mapas econômicos (Extração de pau-brasil, cana de açúcar, pecuária, drogas do sertão, mineração, café, borracha) -Rotas do tráfico negreiro -Áreas de escravidão indígena -Bandeirismo de apresamento 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos -Títulos -Topônimos -Legendas

					<ul style="list-style-type: none"> -Movimentos e revoltas da República Velha -Divisão colonial dos continentes no início do século XX 	
Brasil	PILETTI, Nelson	História do Brasil: da pré-história do Brasil aos dias atuais	1991	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Colorida -Traz a imagem de um índio tocando um instrumento musical -Apresenta título, nome do autor e editora 	<ul style="list-style-type: none"> -Mapas de época -Divisão política -Localização e fronteiras -Migrações -Rotas comerciais -Expansões e conquistas -Navegação -Localização dos grupos indígenas de acordo com a língua -Região de origem dos escravos brasileiros -Mapas religiosos indicando ciclos missionários 	<ul style="list-style-type: none"> -Mapas coloridos e em duas ou três cores - Títulos - Indicações de localização a partir de polígonos ao invés dos topônimos
Geral	VICENTINO, Cláudio	Historia Geral: idade média, moderna e contemporânea - incluindo pré-história, Grécia e Roma	1993	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Apresenta imagens coloridas -Traz título, autor e edição 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão política -Localização e fronteiras -Guerras, conquistas e invasões -Rotas comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> -Monocromáticos - Títulos - Topônimos
Geral e Brasil	PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de.	Toda a História: história geral e história do Brasil	1995	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Imagens históricas coloridas -Apresenta título, autores e editora 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão política -Localização e fronteiras - Guerras -Expedições -Povoamento -Economia (Tráfico negreiro) -Indígenas do 	<ul style="list-style-type: none"> -Atlas Histórico colorido -Títulos - Topônimos - Legendas

					Brasil na época do descobrimento e atualmente	
Brasil	FERREIRA, Olavo Leonel	História do Brasil	1996	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Cor clara -Traz imagens históricas -Apresenta título, autor e editora 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão política -Localização e fronteiras -Rotas comerciais -Guerras -Expansão territorial -Explorações marítimas -Povos indígenas -terras indígenas na atualidade -Rotas do tráfico negreiro -Estradas e povoamento 	<ul style="list-style-type: none"> -Mapas coloridos -Títulos - Topônimos - Legendas
Brasil	PILETTI, Nelson	História do Brasil	1997	<ul style="list-style-type: none"> -Material mole -Mapas de época -Imagens da flora brasileira -Apresenta título, autor e edição 	<ul style="list-style-type: none"> -Mapa de época -Divisão política -Localização e fronteiras -Guerras e revoltas -Migrações -Rotas comerciais -Navegações -Exploração de pau-brasil -Áreas de plantação de cana de açúcar -Vegetação nativa -Missões religiosas -Fortes militares -tratados e limites -Regiões de origem dos escravos 	<ul style="list-style-type: none"> -Mapas coloridos -Títulos - Topônimos - Legendas

					-Expansão do catolicismo -Mapa da pobreza em São Paulo	
Brasil	MEIRA, Carlos Antônio.	Brasil: recuperando nossa história	1998	-Material mole -Imagem histórica -Apresenta título, autor, edição	-Mapas de época -Divisão política -Localização e fronteiras -Tratados -Guerras -Migrações -Expansão territorial -Tráfico de Escravos -Expansão do café e das ferrovias -	-Mini Atlas Histórico colorido -Títulos - Topônimos - Legendas

Entre 1980 e 1990, os mapas são representados de modo bastante variado. São mapas impressos, policromáticos, apresentam hidrografia e possuem as mais variadas temáticas. É possível notar como algumas representações passam a fazer parte da Cartografia elaborada. A própria produção de mapas é a realização do espaço tal como entendido e percebido pelo homem. Porém, com o passar das décadas, além das representações naturais, ou daquilo que é próprio à natureza, as tipologias abordadas passaram a expor, cada vez mais, alterações humanas realizadas na paisagem ao longo do tempo e em diversos espaços, tais como monumentos, como a Muralha da China, no livro de Antônio Pedro (1985), há um aumento da representação de estradas e ferrovias, das modificações na paisagem por meio da implantação da agricultura e das questões sociais a partir da concepção espacial, tendo em vista a noção de distribuição de renda, como podemos observar em um mapa no livro de Nelson Piletti (1997), representando as áreas de pobreza em São Paulo. Esses temas também estavam diretamente relacionados às transformações pelas quais estavam passando as ciências sociais na segunda metade do século XX.

Para então melhor esclarecer as informações que aparecem ao longo das décadas, principalmente no que diz respeito aos aspectos temáticos, e em função da variedade de temáticas observada ao longo das décadas de 1980 e 1990, foi feita uma tabela. A mesma tem como objetivo apresentar três informações básicas que puderam ser concluídas após as análises. A primeira é a tipologia, ou seja, o tipo de mapa apresentado baseado em seu tema, que se divide em seis categorias: *Guerra, Divisão política, Rotas, Economia, Geografia e Religião*. A segunda informação diz respeito ao contexto abordado nos mapas, que são os mais variados e onde se buscou representar os que aparecem de forma mais expressiva em termos quantitativos. E por último, o intervalo de décadas nas quais as tipologias e os contextos costumam aparecer. Segue a tabela:

TIPOLOGIA GERAL	CONTEXTO	PERÍODO (por décadas)
Guerra	Conquista	1910-1990
	Expansão	
	Invasões	
Divisão Política	Localização	1910-1990
	Fronteiras	
	Tratados	
Rotas	Navegação	1910-1990
	Viagens	
	Expedições	
	Correntes migratórias	
	Países tributários	1940
	Ligações econômicas	1970-1990
	Rotas comerciais	1940-1990

Economia	Tráfico negreiro	1980-1990
	Pecuária	1980-1990
	Mineração	1980-1990
	Exploração de Pau-Brasil, áreas de plantação de cana de açúcar, algodão e comercialização	1980-1990
	Expansão do café e das ferrovias	1980-1990
	Agricultura	1980-1990
	Exportação	1980-1990
	Mapa da pobreza em São Paulo	1990
	Geografia	Distribuição geográfica dos povos indígenas
Região de origem dos escravos		
Povoamento do Brasil		
Descolonização		1970
Áreas de colonização		1960-1990
Relevo		1910-1990
Hidrografia		1910-1990
Localização dos grupos indígenas de acordo com a língua		1990
Vegetação nativa		
Religião	Reforma Protestante	1980
	Missões religiosas	1990
	Expansão do catolicismo	

A partir dessas informações pode-se afirmar que a diferença na construção do mapa implica em diferença de leitura histórica. Há uma perceptível e significativa mudança da forma pela qual os mapas são abordados nos livros didáticos de história. Há, de fato, mudanças sobre a própria forma de concepção do livro didático, que passa a recorrer cada vez mais aos aspectos que legitimam sua circulação, como os programas oficiais, as exigências das editoras, tendo em vista que o livro didático é um produto mercadológico de expressiva fabricação e circulação.

As informações que foram apresentadas nesse capítulo nos permite realizar uma série de percepções sobre as características técnicas comuns aos mapas de acordo com as décadas. Um aspecto que cabe destacar é a classificação dos mapas. Para a análise realizada, as classificações se dividem em duas: a de mapas vetorizados e a de mapas de época. Os primeiros são mapas feitos com o objetivo de representar o conhecimento histórico e foram produzidos em um contexto diferente ao fato abordado. Os segundos são mapas que foram produzidos no mesmo contexto dos fatos relatados e, por isso, precisam de uma leitura específica, tendo em vista que esses mapas são frutos de relações de poder que envolvem seus próprios contextos de produção.

Cabe ressaltar as mudanças na tipologia e no contexto abordado de acordo com o recorte temporal realizado. Entre as décadas de 1910 e 1960, as tipologias que predominaram nos mapas foram a da Guerra, a da Divisão política e rotas (de viagem, comerciais, expedições). As duas primeiras tipologias estão diretamente relacionadas, pois de acordo com os contextos apresentados nas abordagens sobre as guerras (Conquistas, expansões e invasões de territórios) faz-se necessário o estabelecimento de uma divisão política (as localizações, fronteiras dos territórios, tratados firmados) para dar legitimidade à formação dos Estados, às suas fronteiras, o que também é um modo de legitimar o poder dos mesmos.

A década de 1950 aparece como um período de transição em relação às mudanças no modo de produção e representação dos mapas, como por exemplo, as modificações visuais, no que diz respeito às cores dos mapas que começam a ter uma maior variação, que aparece em uma maior quantidade de livros didáticos. A década de 1960, além de impulsionar as mudanças nos aspectos visuais traz mudanças na tipologia e no contexto dos mapas. Permanecem as representações sobre a guerra, a divisão política, as rotas, aspectos geográficos com contextos variados (tais como os

apresentados na tabela), porém, além de características sobre o povoamento do território brasileiro, um aspecto que chama a atenção é a inclusão de mapas que abordam o contexto indígena, como a distribuição geográfica desses povos e a representação das regiões de origem das culturas negras na África que vieram para o Brasil e ao tráfico de escravos. A partir de então, as décadas seguintes enfatizam cada vez mais esses contextos. A década de 1970, além de abordar os contextos anteriores, traz uma maior ênfase para a questão econômica. Tornam-se comuns mapas que tratam aspectos da economia local.

A partir da década de 1950 mudanças podem ser observadas nas discussões históricas e geográficas. Houve o estabelecimento de uma Geografia humana reforçando o estudo dos agrupamentos humanos e seus estabelecimentos no planeta. Na historiografia, como exposto no primeiro capítulo, de acordo com Duby, a partir da década de 1960 a ruralidade assumiu um lugar de objeto de estudo, apresentava-se o problema da relação entre a cidade e o campo, a arqueologia trouxe a preocupação com uma cultura material. Era necessário aos países da África negra superar o subdesenvolvimento, os sobressaltos causados pela descolonização. E tendo em vista a necessidade de ajudar os países do terceiro mundo, os cientistas sociais buscaram melhor compreender o histórico das etapas do crescimento econômico europeu e problematizar a relação estabelecida com a colonização.

Cabe lembrar, também, que o movimento de renovação da Geografia na década de 1970 teve suas raízes na perspectiva progressista e foi ao encontro da História e da Economia, pois resgatava a ideia de região como um produto histórico e a importância de sua valorização. A Geografia inovada trouxe uma perspectiva crítica de denúncia das realidades sociais e espaciais descrevendo as injustiças sociais, as desigualdades e contradições, tornando o discurso um meio de ação política, fazendo do espaço geográfico o seu objeto de estudo, com base em uma dimensão social. Essas mudanças na História, na Geografia estão refletidas nos mapas analisados, como se pode observar, em função do aumento das tipologias dos mapas e, principalmente, das que dizem respeito às áreas de ocupação indígenas e às regiões de origem dos escravos.

Os anos de 1980 e 1990 são marcados por uma série de mudanças no contexto dos mapas. Essas décadas incorporam todas as tipologias anteriores, mas trazem uma pluralidade de novos contextos. Intensificam-se mapas de tipologia econômica (tais

como tráfico negreiro, pecuária, agricultura, entre outros) e geográfica (região de origem dos escravos, distribuição dos grupos indígenas de acordo com a língua, vegetação nativa). Há ainda, apesar de não ter uma apresentação muito expressiva em termos quantitativos, a tipologia religiosa, que aborda a expansão do catolicismo e as missões religiosas¹²⁴.

Os mapas de época começam a aparecer a partir da década de 1910 e se intensificam na segunda metade da década de 1930. Mas em geral, há uma grande predominância dos mapas vetorizados. Um dos aspectos comuns às duas classificações diz respeito a uma falta de análise e problematização do mapa no que se refere aos seus aspectos qualitativos. A maioria dos mapas representados não apresenta texto explicativo que enfatize seu contexto de produção, objetivo de produção, autor do mapa.

Em função do que foi exposto, verifica-se que há um aumento da variedade das tipologias e dos contextos apresentados, nos mapas dos livros analisados, com o passar das décadas. É possível observar que até a década de 1960 havia representação do relevo e da hidrografia de forma mais detalhada do que nos mapas das décadas seguintes. Os contextos apresentados nos mapas passaram por um aumento em sua variedade ao mesmo tempo em que há um aumento no número de mapas. É possível observar que ao invés de as informações estarem expostas todas em um mesmo mapa, elas foram divididas em mapas diferentes, como por exemplo, um mapa que foca apenas nos aspectos geográficos (como a vegetação) ou nos aspectos econômicos (como o tráfico negreiro), na medida em que as tecnologias de edição e impressão dos livros também se desenvolveram. Faz-se necessário ressaltar que até a década de 1960 os mapas não apresentavam tipologias e contextos muito variados. Desse modo, com o aumento do número de informações a serem apresentadas há uma necessidade de pluralizar a tipologia e os contextos dos mapas. Fato que também está relacionado às transformações pelas quais passavam a História e a Geografia entre as décadas de 1960 e 1990.

Dentre as várias tipologias encontradas nos mapas e expostas na tabela, uma foi escolhida para ser problematizada: a que diz respeito aos índios, ou povos nativos do

¹²⁴ O livro de número 3, da editora FTD, datado de 1923, traz vários aspectos que enfatizam a religião católica, mas pode-se considerar esse livro uma exceção, tendo em vista que os demais livros analisados, do mesmo período, não trazem a tipologia religiosa.

Brasil, tendo em vista que esses temas só começaram a aparecer nos mapas presentes nos livros didáticos a partir da década de 1960 e estão relacionados aos debates acadêmicos da segunda metade do século XX.

No primeiro capítulo vimos que a História e outras ciências sociais começaram a passar por um processo de transformação. Enquanto a Geografia se encontrava em crise, o estruturalismo e a pesquisa etnográfica na França lançavam desafios aos antropólogos, motivados pelo contexto da descolonização, o que acabou por atrair os historiadores. Há um caminho que leva à História das Mentalidades, que não se limita a falar sobre os fatores materiais, mas sim, a buscar a atmosfera do mental, os pensamentos individuais, a busca pelo indivíduo se torna mais intensa no sentido de estudar um personagem para entender a sociedade de sua época, entender o particular para ter pistas sobre o coletivo. A partir da década de 1960 há um grande interesse pela história das maneiras de viver. Há um retorno aos fatos, à narrativa, aos aspectos políticos que dominam as sociedades. Havia a necessidade de compreender como as imagens são construídas, como são expostas, como se modificam. O testemunho passou a ser imprescindível objeto de investigação.

Essas mudanças na historiografia francesa influenciavam diretamente a produção da História nas universidades brasileiras. Com a descolonização de países do continente Africano, por exemplo, as fronteiras dos países começaram a se consolidar de fato e o estabelecimento de novos territórios e fronteiras melhor delimitados possibilitou, também, o deslocamento das análises que estavam além dos aspectos físicos dos territórios. E ao longo da segunda metade do século XX, essa mudança foi refletida no mercado dos livros de história, inclusive do livro didático, na medida em que podemos observar a variedade de tipologias e contextos dos mapas que começam a surgir nesse período. Só que a mudança não se deu de forma aprofundada. Temos tipologias que começam a expor a perspectiva indígena e da escravidão nos mapas dos livros didáticos, que eram assuntos que começaram a ter uma grande visibilidade nos debates acadêmicos, mas que não foram tratados com a mesma profundidade pela qual esses temas eram trabalhados na universidade. O que se percebe é o fato de que indícios dos debates e transformações pelos quais a História e o conjunto influente das demais ciências humanas passavam após a década de 1960 esteve presente nos mapas dos livros didáticos, mesmo que superficialmente.

A Cartografia é uma linguagem que expressa e transmite a compreensão da realidade que é percebida pelo homem e a necessidade que o mesmo tem de registrar e comunicar suas observações e reflexões. Para entender e dominar o território que o cerca, faz-se necessária ao homem a compreensão das transformações em determinados espaços ao longo do tempo e, desse modo, algumas temáticas estão presentes na Cartografia em diferentes recortes temporais e, na maioria das vezes, enfatizando e buscando as mais diversas respostas. A questão indígena não é inaugurada nos mapas presentes nos livros didáticos a partir da década de 1960. Como vimos no segundo capítulo, entre as temáticas de grande importância na Cartografia no Brasil entre os séculos XVII e XIX está a Cartografia de representação da conquista de quilombos e de aldeias indígenas. Mas a produção cartográfica do século XIX não apresentava ainda o conhecimento de todas as partes do território brasileiro, que passaria ainda por uma série de modificações e as representações que são interessantes aos livros didáticos, também são frutos de debates no momento histórico de produção do próprio livro. Desse modo, no capítulo seguinte, será feita uma breve análise sobre a forma pela qual a temática indígena está apresentada nos mapas presentes nos livros didáticos na segunda metade do século XX.

Capítulo 4 Análise dos mapas com temáticas indígenas

Para a realização dessa análise serão utilizados alguns dos livros publicados entre as décadas de 1960 e 1990. Esse recorte busca a compreensão do modo pelo qual a História foi contada na Cartografia presente nos livros didáticos, a partir de uma temática específica, a representação das populações nativas que habitavam a América. Dentre tantas possibilidades, esse assunto foi escolhido em função do modo como eles foram sendo expostos. Um fato que chamou a atenção foi o de que, nos livros analisados, as representações sobre os autóctones que habitavam a América só começaram a aparecer nos mapas a partir da década de 1960 e se tornaram mais frequentes, entre as décadas de 1970 e 1990. Desse modo, buscou-se compreender as variáveis envolvidas na representação cartográfica dos índios que habitavam a América antes, durante e depois da colonização europeia e, a partir de então, de que modo é possível perceber as mudanças no debate historiográfico sendo refletidas nos mapas dos livros didáticos.

A escolha de um tema específico nos ajudará a ter uma compreensão global da produção e da linguagem Cartográfica e a representação de suas variações ao longo do tempo. Além da análise da cartografia, intentou-se verificar de que forma o autor do livro expõe um contexto escrito e se o mesmo auxilia na compreensão do mapa¹²⁵. A seguir, seguem os estudos dos nove livros escolhidos.

¹²⁵ Não foram utilizados para a análise os mapas que apresentam os aldeamentos jesuítas, que eram lugares utilizados para a catequização dos índios, e os mapas que trazem a representação do surgimento do homem americano, com as rotas e teorias que apontam possíveis caminhos percorridos pelos grupos humanos até a efetiva ocupação da América. Os mapas escolhidos estão diretamente ligados às representações sociais, culturais, políticas, econômicas e espaciais dos povos nativos.

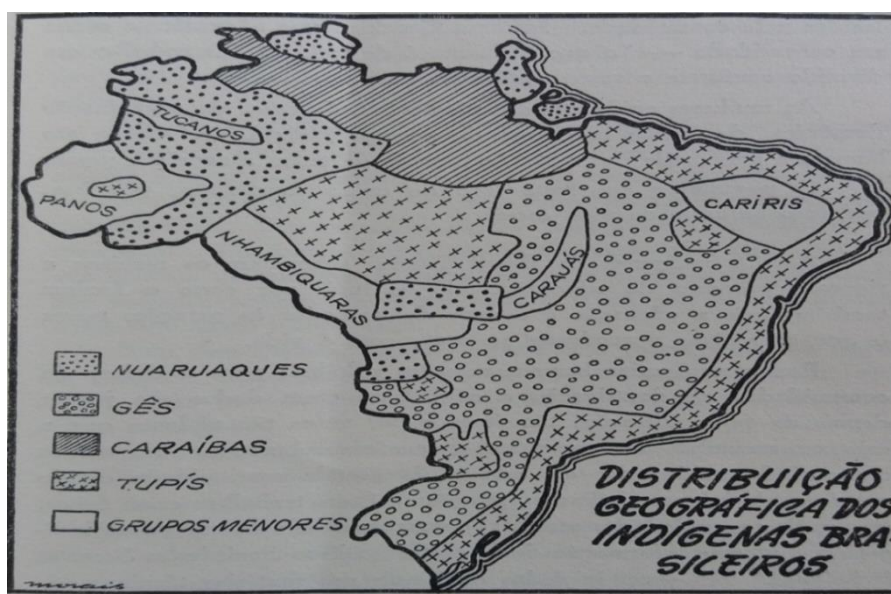


Figura 22 Distribuição geográfica dos indígenas brasileiros

A figura 22 está presente no livro *“História da Civilização Brasileira”*, de Duílio Ramos, 1961. É possível observar que o mapa é feito a partir do uso de polígonos e hachuras para representar a informação, é monocromático. O autor aponta a existência de vários grupos étnicos, mas destaca apenas quatro e indica a localização que ocupavam em território brasileiro no período colonial: os Nuaruaques, os Gês, os Caraíbas, os Tupis e grupos menores, que não foram especificados. As fronteiras entre as tribos são delimitadas.

Há no livro, uma sucinta explanação das características dos nativos fundamentada nas informações descritas pelos cronistas que passaram pela América Colonial. Os índios são caracterizados como selvagens, de cultura pobre, considerados incapazes de acomodarem-se às novas técnicas econômicas e ao novo regime social e moral (imposto pelos europeus). O autor salienta algumas das características culturais dos nativos, destacando a tribo dos tupis, da qual foi possível a obtenção de uma maior quantidade de informações, em função de terem sido alvo do primeiro contato com os europeus. As particularidades mencionadas enfatizam a consciência coletivista dos índios, a essência nômade, os hábitos e as atribuições diferentes para homens e mulheres. As crenças eram disseminadas a partir da religião assim como a educação

baseava-se na manutenção da tradição. O autor do livro também traz informações sobre grupos que existiam na década de 1660 e do possível desaparecimento completo “destes selvagens” da terra até o final do século XX.¹²⁶



Figura 23 Novo e antigo império Maia

A figura 23 foi retirada do livro “Compêndio de História Geral”, de Antônio José Borges Hermida, de 1966. O mapa é monocromático, feito a partir de polígonos e hachuras para transmitir a informação. Há uma representação do Novo e do Antigo Império Maia. O autor menciona um estudo sobre a origem do indígena americano, descreve características e costumes dos autóctones, realça que os Maias eram apelidados de “Gregos do Novo Mundo”, mas que se encontravam em decadência quando da chegada dos europeus.

¹²⁶ RAMOS, Duílio. História da civilização brasileira. São Paulo: Saraiva, 1961.

Os livros analisados na década de 1960 indicam a persistência de uma interpretação que aponta os nativos como selvagens e de cultura pobre. Com a exceção do Império Maia, que, apesar de também ser subjugado, era considerado correspondente aos gregos na Europa. A espacialidade das tribos indígenas do período colonial está representada no mapa do Brasil que traz os limites atuais do território.

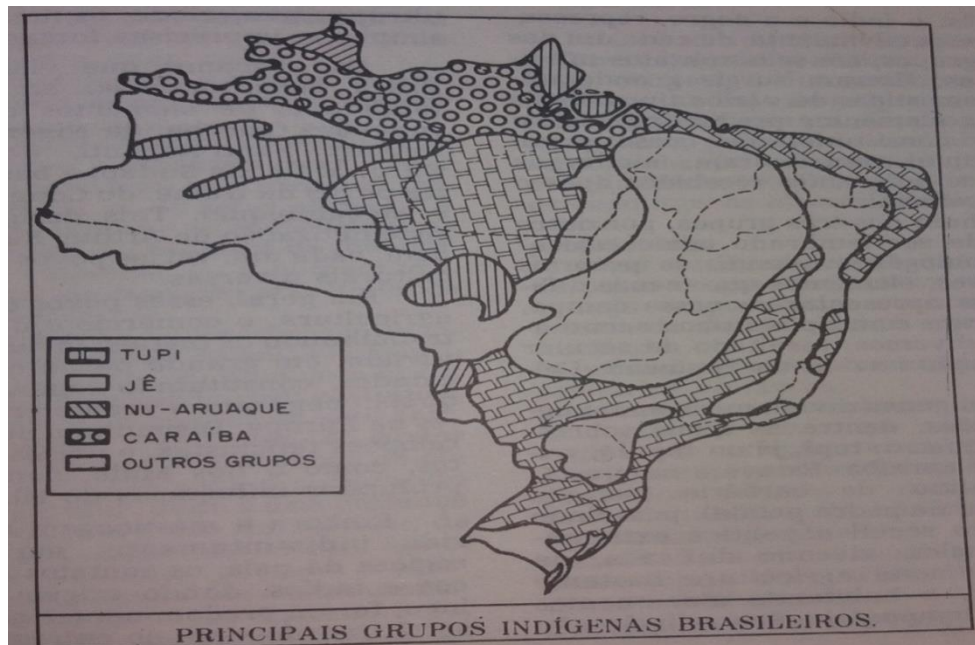


Figura 24 Principais grupos indígenas brasileiros

naturais”.¹²⁷ A influência cultural herdada dos nativos é apresentada como um conjunto de características relevantes na nossa cultura, que engloba a língua, o folclore, o hábito de banhos frequentes, a alimentação, os utensílios domésticos, entre outros.

Os mapas dos livros analisados indicam a persistência da representação das quatro tribos coloniais da década anterior e a espacialidade continua configurada no mapa do Brasil, que traz os limites atuais do território. Mas há maior ênfase nos limites intercalados dos grupos indígenas, ou seja, ocorre uma alteração na concepção de fronteiras. O reconhecimento da influência da herança cultural dos nativos é explícito. Entretanto, ainda perdura a perspectiva de que os índios viviam em estágio de barbárie, com simples organização social. Na década de 1970, começa a aparecer outro tipo de mapa, o que trata do Bandeirismo de apresamento, que, a partir de então, começa a constar com maior regularidade nas décadas seguintes.

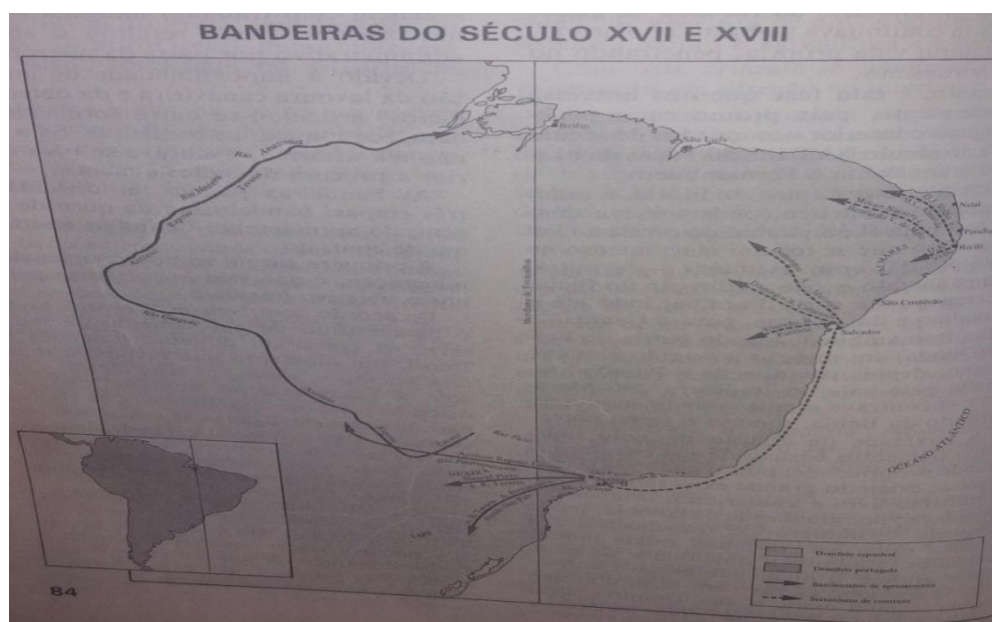


Figura 26 Bandeiras do século XVII e XVIII - Bandeirismo de apresamento

¹²⁷GOMES, Paulo Miranda; MOURA, Nelson de; GONZÁLEZ, Alaíde Inah. História Geral da Civilização Brasileira. 2º Grau – Concursos Vestibulares. 3. ed. rev., atual. Belo Horizonte: Editora Lê, 1976.

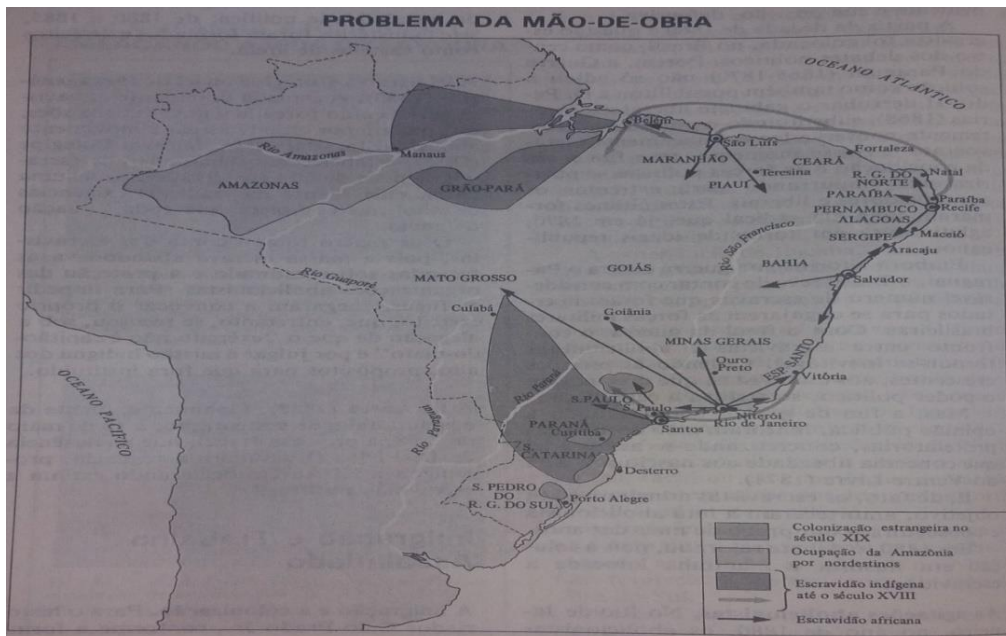


Figura 27 Mão de obra e áreas de escravidão indígena até o século XVIII

As figuras acima estão no livro “História do Brasil”, de Koshiba e Pereira, de 1987. O Mapa 26, feito a partir de linhas, traz as rotas das Bandeiras nos séculos XVII e XVIII registrando, também, o Bandeirismo de Apresamento. O mapa 27, elaborado com linhas e polígonos, evidencia um contexto econômico relacionado ao problema da mão de obra e áreas de escravidão indígena até o século XVIII. O autor do livro não faz muitas referências às características culturais e à organização dos povos indígenas, a abordagem sobre eles ocorre dentro de um contexto que remete ao trabalho escravo na época da colonização.

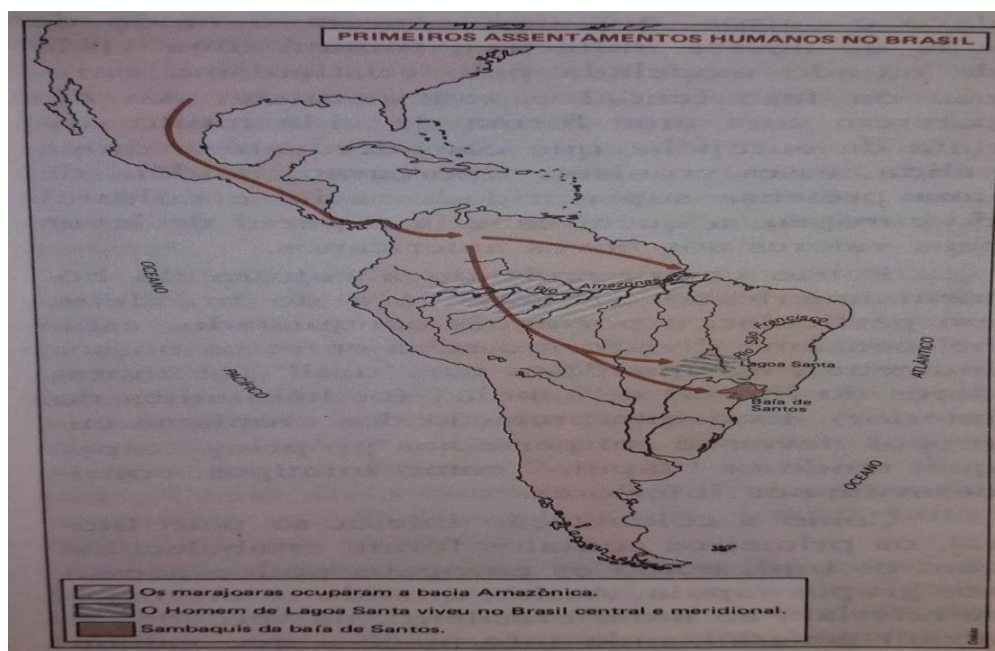


Figura 28 Primeiros assentamentos humanos no Brasil

A figura 28 está representada no livro “História do Brasil: das origens aos dias atuais”, de José Dantas, de 1989.¹²⁸ O mapa 28 é feito a partir de linhas, polígonos, pouca variação de cor. Assinala a ocupação dos primeiros assentamentos humanos no Brasil que teriam chegado a partir de correntes migratórias vindas da América do Norte (Teoria do Estreito de Bering). Há um destaque para três grupos: os Marajoaras, que teriam ocupado a Bacia Amazônica; o Homem de Lagoa Santa, cuja representação aparece no Brasil Central e Meridional, e os Sambaquis, que ocupavam a Baía de Santos.

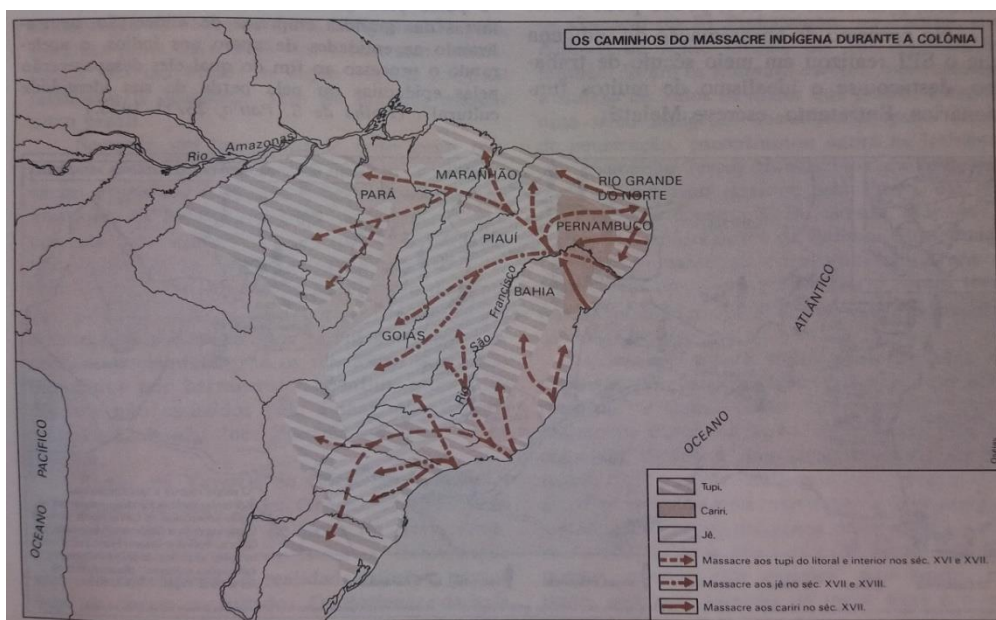


Figura 29 Os caminhos do massacre indígena durante a colônia

Na figura 29, o mapa é constituído por linhas e polígonos que indicam as rotas do massacre indígena no período colonial destacando alguns dos grupos atingidos (Tupis, Cariris e Jês) e os séculos dos ataques. Há pouca variação de cor.

¹²⁸ As figuras 25, 26 e 27 fazem parte do mesmo livro – DANTAS, José. História do Brasil: das origens aos dias atuais. São Paulo: Moderna, 1989.

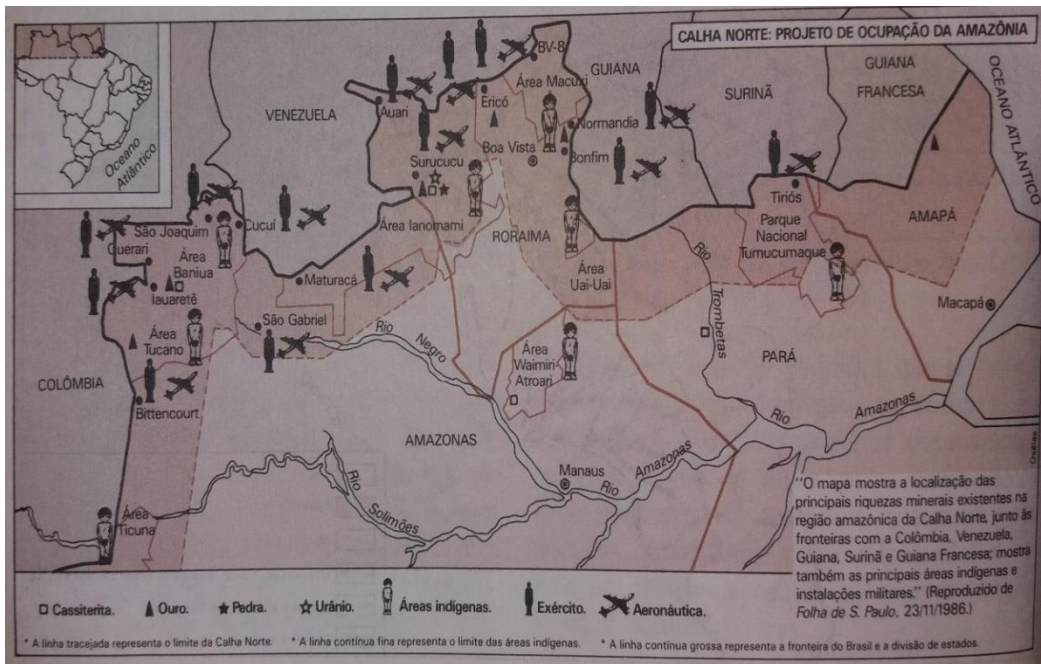


Figura 30 Projeto de ocupação da Amazônia com áreas indígenas representadas

Na figura 30, o mapa foi elaborado a partir de pontos e polígonos, pouca variação de cor, expõe o projeto de ocupação da Amazônia e indica a localização das principais riquezas minerais existentes na região, alguns dos países que fazem fronteira com o Brasil, os fortes militares e as áreas indígenas. É possível constatar a redução das áreas ocupadas pelos nativos, principalmente em contraste ao período colonial, tendo em vista que a representação é de um projeto da segunda metade do século XX.

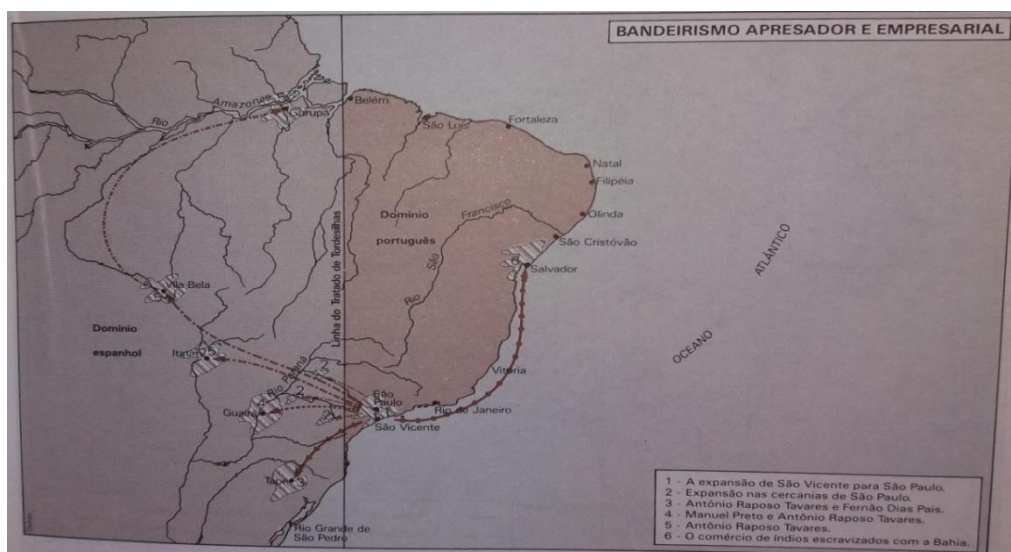


Figura 31 Bandeirismo de apresamento e empresarial

A figura 31 exibe um mapa produzido com linhas, pontos e polígonos, realçando a expansão do Bandeirismo apesador e empresarial e o comércio de índios escravizados na Bahia. Mostra que a captura dos índios não se restringiu à região Sul e Sudeste, mas percorreu também áreas da região Amazônica.

Os textos presentes nesse livro evidenciam as características dos povos nativos e desaprovam a visão que os europeus conceberam da cultura dos índios. As críticas feitas pelo autor se estendem a vários setores: a falta de pesquisas e financiamentos governamentais para o estudo do modo de vida dos índios brasileiros antes da chegada dos europeus; aos europeus que associaram as milenares práticas indígenas (poligamia, antropofagia, crenças em forças mágicas) à falta de civilização; ao etnocentrismo e ao preconceito. As práticas mais conhecidas são principalmente em relação aos tupis. Há uma caracterização da estrutura social, econômica e religiosa. As tribos eram formadas por aldeias, o coletivo predominava sobre o individual, a divisão do trabalho era feita em função do sexo e da idade. O canibalismo é visto, pelo autor do texto, como práticas da cultura tribal, conforme declaram os estudos etnográficos.

A escravização dos nativos a partir da implantação das lavouras de cana de açúcar e tabaco, as doenças trazidas pelos europeus e a superioridade bélica dos mesmos, são, segundo o autor, as causas da dizimação dos povos autóctones, que não estavam organizados o suficiente para lidar com tais conjunturas. Há um pequeno trecho que fala sobre os índios no período imperial e como a Lei de Terras, de 1850, os prejudicou. O autor traz a informação das principais instituições que trabalham com os povos indígenas na década de 1980 (Serviço de Proteção ao Índio – SPI – criado em 1910; a FUNAI, criada em 1967; a UNI – União das Nações Indígenas; Projeto Rondon). Problemas vividos pelos índios na década de 1980 e o descaso do governo também são assuntos trabalhados no livro.

Nos anos 80 do séc. XX, os mapas passam a indicar grupos que habitaram o Brasil antes da chegada dos europeus e que ainda não tinham aparecido nos outros livros analisados – os Marajoaras, os Sambaquis e o Homem de Lagoa Santa). Mantém três dos quatro grupos apresentados anteriormente (Tupis, Cariris e Jês). A representação espacial das tribos se torna menos restrita ao território brasileiro. Os massacres, dizimações e escravização dos povos indígenas são mais expostos. A

questão econômica incluindo os mapas que abordam o contexto indígena começa a se destacar assim como os mapas que trazem o Bandeirismo de Apresamento.

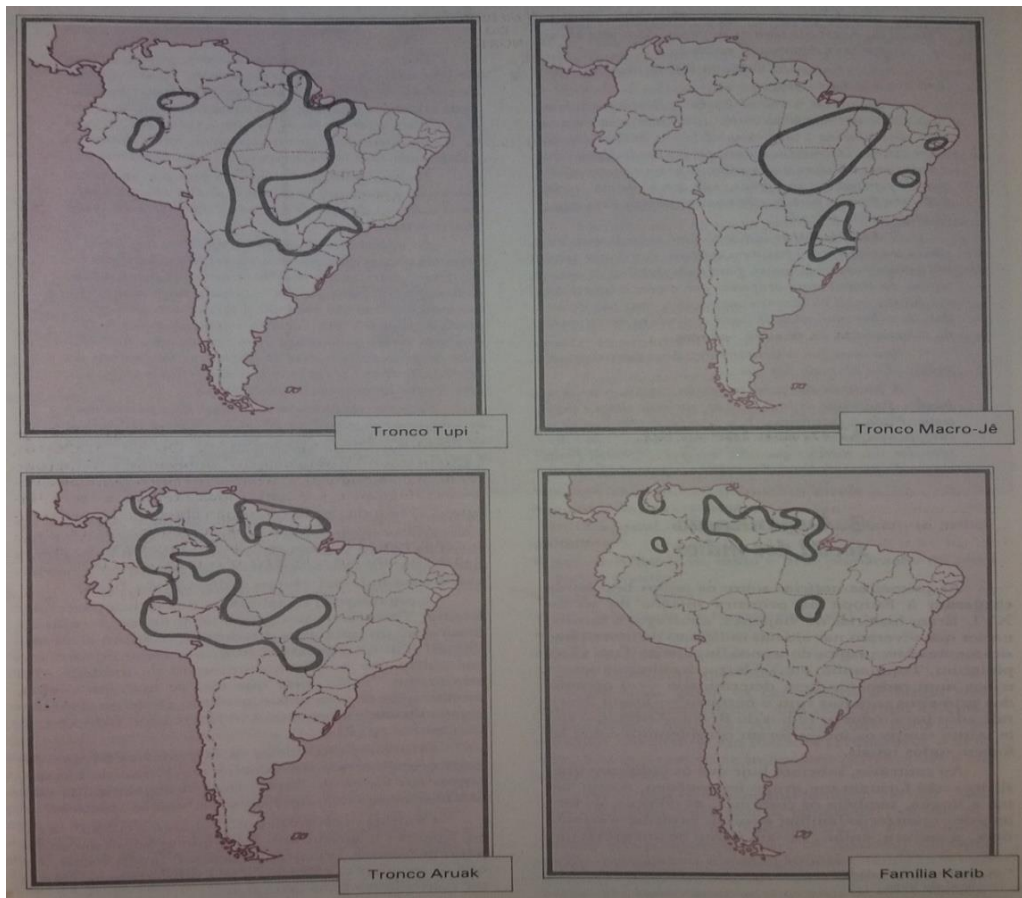


Figura 32 Mapas com os principais grupos indígenas do Brasil

A figura 32 está representada no livro “História do Brasil”, de Nelson Piletti, de 1991. Os mapas foram feitos a partir de polígonos, em três cores, representando grupos indígenas do Brasil (Tupis, Macro-jê, Aruak, Karib), classificados de acordo com a língua, agrupados em famílias e estas em troncos e com a distribuição das tribos fora dos limites do território brasileiro.

O autor dedica um capítulo do livro para falar sobre as características dos grupos indígenas realçando a necessidade de buscar uma compreensão sobre a versão oficial dos fatos (vista a partir do olhar do europeu) e a "versão real", que incluiria a visão dos índios, os quais estavam começando a narrar sua própria perspectiva dos acontecimentos. Piletti contrapõe a ideia que os europeus conceberam, de que os nativos formavam um grupo homogêneo, com base no debate historiográfico da época de

publicação do livro. Várias características dos grupos nativos são apontadas: a organização social em forma de tribo; a “associação” por meio da língua; os mesmos costumes, ligados por um forte sentimento de unidade.

A maioria dos grupos era nômade. Uns praticavam a coleta, a caça, a pesca e outros, a agricultura. Esses últimos eram mais sedentários, o que permitia maior dedicação à atividades como a fabricação de tecidos e de cerâmicas. A posse de terra e os frutos do trabalho eram coletivos, já os instrumentos de trabalho eram individuais. A divisão do trabalho era baseada no sexo e na idade. Havia variação na forma dos casamentos (uns permitiam a poligamia, outros o casamento grupal). O autor coloca que havia uma relação muito forte entre o índio e a natureza. Os conhecimentos mais comuns eram sobre a astronomia, a ecologia, venenos de pesca, venenos de caça, tapiragem, borracha.

A arte indígena podia ser observada a partir da fabricação de objetos úteis no dia a dia da comunidade, praticavam a pintura, a arte plumária, produziam cânticos, danças ligados aos rituais e festas. O livro apresenta um texto que traz a mitologia indígena e a visão dos nativos sobre o surgimento do homem branco. Há um relato sobre o fim do mundo indígena sob os efeitos da civilização e como estava a situação dos índios no início da década de 1990.

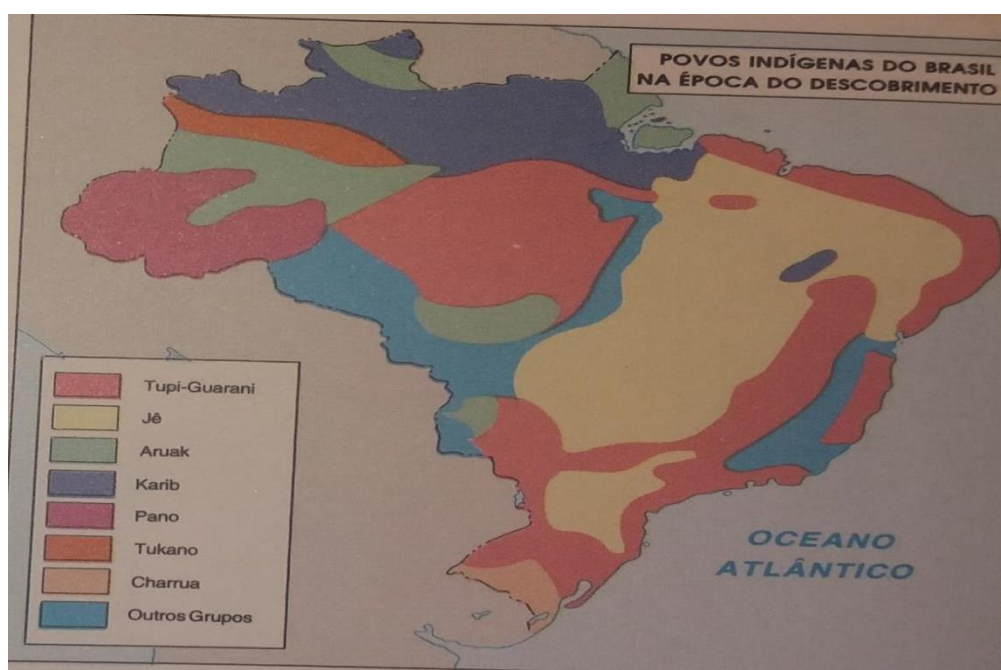


Figura 33 Povos indígenas do Brasil na época do descobrimento

A figura acima está representada em um atlas no final do livro “Toda a História”, de Piletti e Arruda, de 1995 ¹²⁹ O mapa é elaborado a partir de polígonos e de uma gama de cores para diferenciar as informações, apresenta a distribuição territorial dos povos indígenas na época da chegada dos portugueses. A variedade de tribos representada aumentou significativamente em relação aos mapas dos livros anteriores. Além dos grupos já citados, há mais três grupos (Pano, Tukano e Charrua). Os limites territoriais de cada grupo estão intercalados.



Figura 34 Povos indígenas no Brasil atual

O mapa da figura 34 demonstra as tribos indígenas que ocupavam o território brasileiro na década de 1990, foi produzido a partir de polígonos e cores. Uma maior variedade de grupos é representada assim como suas denominações e a quantidade de indivíduos. Há uma especificação na legenda do mapa (Tronco: Tupi e Jê; Grupo: Karib, Aruak, Tukano, Pano, Bororo, Yanomami – este último sendo o mais numeroso, com nove mil indivíduos). Diferentemente do mapa 31, que preencheu todo o território com os grupos indígenas, evidenciando que havia uma intensa ocupação dos mesmos em várias regiões, na década de 1990 havia apenas pequenas povoações, dissipadas pelo país.

¹²⁹ As figuras 33 e 34 estão representadas no mesmo livro- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. Toda a História. História Geral e do Brasil. São Paulo: editora Ática, 1995.

No que diz respeito às Bandeiras, um dos objetivos para a sua organização foi a captura dos índios para escravizá-los. A dizimação dos nativos não significou ausência de resistência. Apesar de serem numericamente superiores aos europeus, estes últimos os derrotaram por terem superioridade bélica (armas de fogo) e pelas doenças que traziam (varíola, gripe, entre outras) das quais os índios morriam aos milhares.

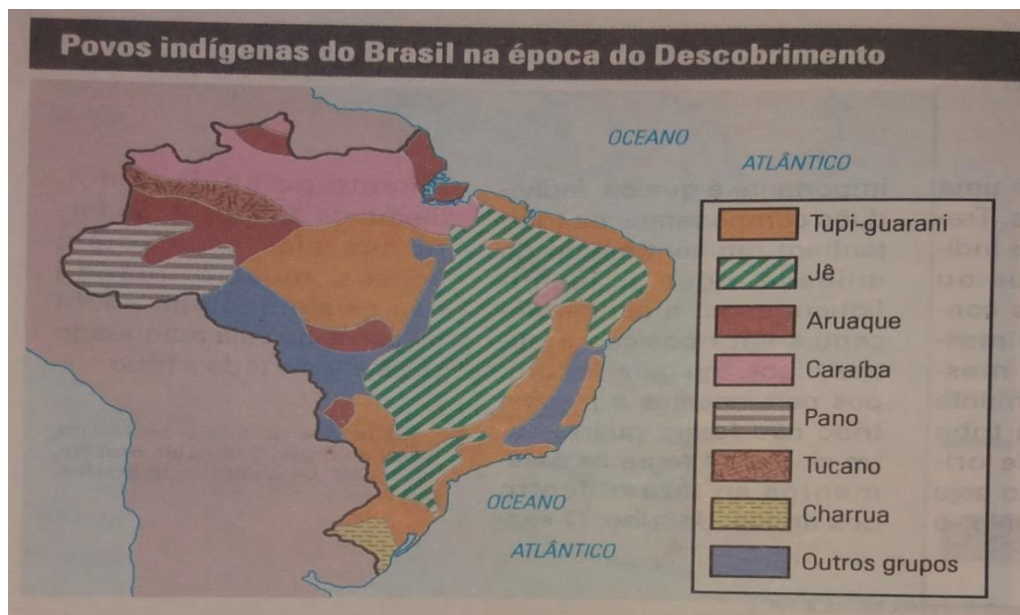


Figura 36 Povo indígenas do Brasil na época do descobrimento

A figura acima está representada no livro “História do Brasil”, de Olavo Leonel Ferreira, de 1996.¹³⁰ O mapa foi elaborado a partir de polígonos e de variadas cores para representar as informações. Apresenta a localização de algumas tribos na época da chegada dos europeus. As fronteiras e limites dos grupos estão intercalados. É possível observar uma intensa presença dos grupos indígenas por todo o território brasileiro.

¹³⁰ As figuras 34 e 35 estão representadas no mesmo livro.

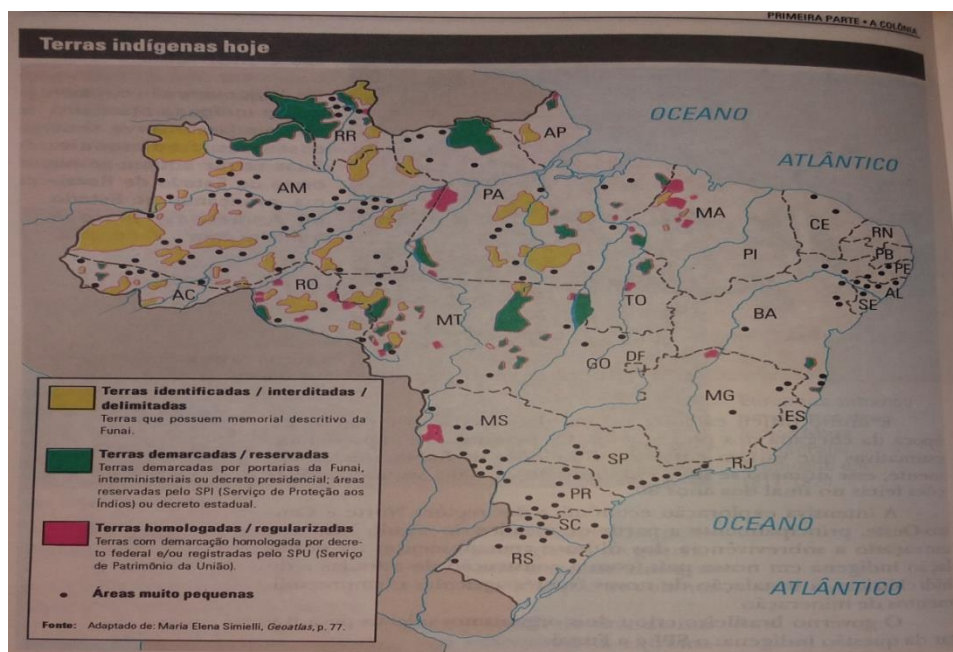


Figura 37 Terras indígenas hoje

Em contraposição ao anterior, o mapa 37 foi produzido a partir de pontos, polígonos e uma gama de cores para representar a informação, indica a redução das áreas ocupadas pelos povos indígenas na década de 1990. O mapa traz uma legenda especificando as terras que são identificadas, interditas ou delimitadas e que possuem memorial descritivo da Funai; as que são demarcadas por portarias da Funai, interministeriais ou decreto presidencial, as áreas de reserva pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou decreto estadual; as que são homologadas ou regularizadas por decreto federal ou pelo Serviço de Patrimônio da União.

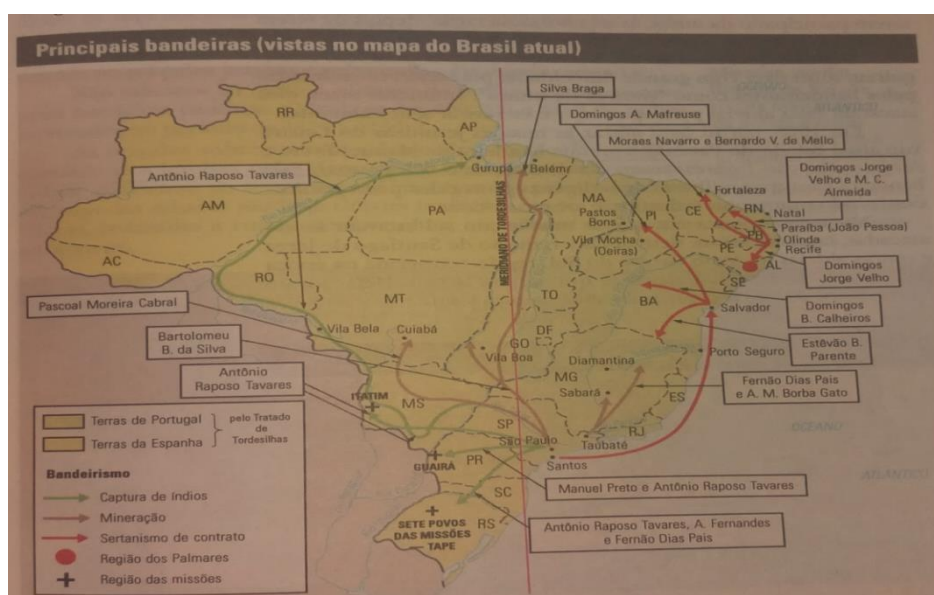


Figura 38 Principais bandeiras (capturas de índios)

O mapa 38 foi elaborado com pontos, linhas e poucas cores para representar a informação. Indica as principais bandeiras, incluindo as de apresamento, e as rotas de capturas dos índios, vistas a partir do mapa com as delimitações territoriais/estaduais do Brasil atual.

A década de 1990 apresenta várias inovações no que diz respeito à representação dos mapas. As informações aparecem de forma mais detalhada, há um significativo aperfeiçoamento na exibição gráfica. A ocupação dos nativos é representada a partir da classificação linguística, o que torna perceptível que não havia homogeneidade dos grupos. Os livros começam a expor mapas que comparam a ocupação dos povos indígenas na época da colonização e na década de 1990, o que nos possibilita observar que há uma drástica diminuição das tribos. Há um aumento significativo do número de grupos representados, novos aparecem, tais como os Panos, Tukanos e Charrua. Porém, é perceptível a disparidade no que diz respeito à dimensão do território que os autóctones ocupavam em todo país, antes da colonização, e o que restou a eles ocupar no século XX.

O que foi exposto indica que as áreas indígenas identificadas, interditadas, demarcadas, delimitadas e áreas de reserva passam a fazer parte do cenário dos mapas, demonstrando uma preocupação maior em evidenciar o contexto no qual vivem os povos indígenas para o debate da época. As tribos que mais aparecem nos mapas dos livros analisados são: Os Tupis, os Nuaruaques (Nu-aruaques ou Aruaques), os Jês (Gês) e os Caraíbas (Karaíbas), classificados de acordo com a língua. Esse tipo de classificação é de grande importância para compreendermos a interação cultural entre os índios e os europeus. A linguagem é a porta de entrada da cultura, por meio dela os indivíduos, num sentimento de pertencimento, se reconhecem e assumem a condição de grupo. Desse modo, a maioria dos grupos é classificada através das práticas e, principalmente, da linguagem comum.

Além de os mapas abordarem a distribuição das tribos através da linguagem, outro conteúdo de destaque diz respeito ao Bandeirismo de Apresamento, tema bastante frequente nas décadas de 1980 e 1990. Essas décadas também evidenciam uma História Econômica, que pode estar diretamente relacionada a esses mapas, tendo em vista que o

apresamento dos índios pelos Bandeirantes, dentre vários objetivos, estava, também, ligado às questões econômicas ¹³¹.

Assim como a cultura, a noção de espaço e tempo não é estática e homogênea, mas nos mapas há uma projeção do Brasil atual para representar a territorialização das diversas tribos, estabelecendo fronteiras, e sem levar em conta a dinamização vivida pelos nativos. Muitos autóctones que habitavam o Brasil também faziam parte de territórios de outros países, mas essa informação não é recorrente nos mapas. Pelo contrário, costumam apresentar os grupos como “brasileiros”, mesmo no período colonial, o que gera anacronismo em função de a maior parte deles já existirem antes mesmo da formação do Brasil e de não se restringirem ao nosso território. Ao interpretar o passado, o homem acaba criando uma nova interpretação do mesmo. O anacronismo é um dos grandes responsáveis por essas atitudes. Ele consiste em utilizar ideias e conceitos de uma época para analisar os fatos de outro tempo. Porém, nesse sentido, o anacronismo também se torna uma ferramenta importante para a compreensão histórica e para a construção historiográfica, no sentido de entender a época e o agente que o pratica, é uma forma de representação eficaz, tendo em vista que o livro didático é consumido por não indígenas.

Essa representação dos grupos através de polígonos, que são formas muito utilizadas para demarcação de limites e fronteiras, aparece como uma constante nos mapas e indica que há uma imposição de práticas e valores dos não índios, da noção de propriedade e da necessidade de uma divisão política (que está presente na grande maioria de todos os mapas analisados). A percepção de espaço territorial dos não índios, que é projetada nos mapas, não corresponde à dos grupos indígenas, tendo em vista que a maioria dos nativos que habitava o Brasil era nômade. Dentro dos polígonos é possível observar as tribos que tinham maior contato com os europeus, o que significa que os índios que viviam isolados acabaram não sendo representados nos limites territoriais. Os mapas também não enfatizam a noção de migração e a dinâmica dos indígenas dentro de um contexto cultural específico e desconsideram a perspectiva temporal, no que diz respeito às mudanças pelas quais passaram.

¹³¹ Na segunda metade do século XVII, houve uma crise no suprimento de escravos que vinham da África, em função do contexto da União Ibérica (1580-1640), o que trouxe a necessidade de capturar os índios, que eram mão de obra barata, além de serem úteis para que os portugueses pudessem encontrar as minas de metais e pedras preciosas.

O fato de as representações dos povos indígenas serem mais trabalhadas reflete o debate historiográfico, que dialoga cada vez mais com a antropologia, que atesta e trabalha de forma bastante intensa para compreender a cultura desses povos. É notável o aumento do número de mapas nos livros para representar e legitimar as informações históricas, em função, também, dos avanços tecnológicos, como o acesso e o barateamento dos custos de produção, que possibilitaram a impressão de mapas mais sofisticados. Porém, cabe ressaltar, que apesar da proliferação dos mapas, não há nos livros nenhuma indicação ou referência a uma alfabetização cartográfica, ou seja, ao modo de como a pessoa que está lendo o livro, deve ler a linguagem do mapa para poder compreender e interpretar as informações que estão sendo transmitidas.

Outro aspecto que cabe ressaltar é o que diz respeito aos discursos que são apresentados sobre as características dos nativos. Eles deixam de ser chamados de selvagens, um maior número de informações sobre a cultura desses povos começa a aparecer, mas não há um aprofundamento nas exposições. Os discursos são modificados, mas as formas de representação não. As informações que aparecem nos mapas são apresentadas de modo superficial.

As conclusões que podem ser elucidadas, em função do que foi observado, consistem em perceber que há um desenvolvimento das técnicas de edição, facilitando a exposição das informações; o acesso à tecnologia e aos equipamentos de sensoriamento remoto facilitam a representação mais realista do território nos dias de hoje, as fronteiras aparecem cada vez mais definidas, proporcionais. Porém, o anacronismo é o apresamento de representação que os povos indígenas sofrem nos mapas, no sentido de que os mapas expostos projetam as concepções de espaço do nosso tempo, sem levar em consideração as grandes alterações da região. Desse modo, a História precisaria estar conectada de modo mais efetivo à Geografia em relação à percepção sobre as mudanças espaciais, abordando um contexto que problematize as transformações que levaram à alteração da concepção do espaço, do território, da região.

Considerações finais

Com base em tudo o que foi exposto, não podemos afirmar que a História e a Geografia se separaram de fato. É notório que houve um distanciamento dos assuntos diretamente relacionados à Geografia nos debates historiográficos. Entretanto, assim como a história, a Geografia passou por uma série de mudanças que fez com que suas discussões passassem por uma intensa transformação e os assuntos que passaram a preocupar os Geógrafos também estão sendo debatidos pelos historiadores e demais cientistas sociais. Além disso, em relação ao âmbito escolar, a História passou a utilizar cada vez mais e de forma mais complexa e elaborada, a presença de mapas nos livros didáticos. Apesar de os mapas não serem instrumentos exclusivos da Ciência Geográfica, ao longo do século XX a explicação geográfica continuou a ser um papel fundamental desempenhado pela linguagem cartográfica em Geografia. Essa última evidencia seu papel como consumidora de mapas na medida em que os signos presentes nos mapas muitas vezes recebem uma significação de acordo com aquilo que mais agrada aos geógrafos, no que diz respeito à representação do espaço como fruto de um produto social.

Esses fatos nos levam a pensar que no âmbito escolar, a partir da cartografia presente nos livros didáticos, a aproximação entre História e Geografia é evidente em função de a História buscar tentar utilizar os mapas com o objetivo de expor uma maior ênfase ao contexto físico e espacial como um complemento fundamental da perspectiva temporal, da narrativa e dos acontecimentos, embora ainda haja uma grande carência de profundidade, de discussão e problematização daquilo que está sendo representado nos mapas. Hoje em dia, é difícil imaginar um livro didático de História que não apresenta uma quantidade expressiva de mapas com as mais diversas tipologias, em função da própria demanda do tempo presente e da necessidade de se compreender a realidade humana nos seus mais complexos aspectos, pois as imagens são textos que contribuem significativamente para a compreensão e orientação dos homens, no tempo e no espaço, o que pode nos levar a afirmar que os mapas têm ganhando um ambiente de maior aproveitamento na representação realizada.

Dessa maneira, se o espaço é um dos conceitos primordiais da Geografia, o contato que a História traz com os mapas vai além dos aspectos técnicos da cartografia ou da simples representação de uma imagem. A linguagem cartográfica está associada intimamente à noção de espaço abordada pela Geografia. Sendo assim, a representação dos mapas nos livros didáticos de História mostra que, apesar do distanciamento entre as duas disciplinas no âmbito acadêmico, no que diz respeito aos debates historiográficos, no âmbito escolar, a utilização de mapas que abordam uma problematização da região a partir de perspectivas geográficas, se torna fundamental como um complemento para a noção temporal elucidada pelos estudos históricos, além de ser uma característica bastante presente na Cartografia analisada.

Observar os mapas e suas descrições nos permite perceber que há uma modificação na representação, ou seja, os mapas estão cada vez mais elaborados porque é necessário expor a complexidade do discurso que se modifica de acordo com as mudanças e perspectivas do olhar do historiador, que problematiza a informação representada de acordo com as indagações as quais necessita responder no tempo presente. Cabe ressaltar que as mudanças na historiografia também foram refletidas nos mapas dos livros didáticos, tal como a perspectiva indígena, fruto dos debates que se tornam cada vez mais frequentes entre a História e a Antropologia. Porém, apesar de abordar cada vez mais o contexto dos povos nativos, assim como as várias tipologias que surgem a partir da década de 1980, o que claramente é uma inovação das temáticas dos mapas, a apresentação ocorre de maneira bastante superficial, focada em uma discussão que coloca os índios, na maioria das vezes, em uma posição de inferioridade em relação aos não índios.

Desse modo, podemos observar que o conhecimento histórico está representado na Cartografia presente nos livros didáticos, é possível evidenciar o desenvolvimento da historiografia, porém, de maneira superficial, sem a profundidade estabelecida nos debates acadêmicos. A Cartografia aproxima a História da Geografia, mas as temáticas abordadas nos mapas apontam, também, a interdisciplinaridade que a primeira estabelece com as demais ciências sociais, principalmente com a Antropologia. Sendo assim, é possível concluir, que os acontecimentos, os fatos levam todas as ciências à cooperação na medida em que todas são conduzidas pelos fios de uma mesma teia.

Fontes

Fontes do século XIX

Anônimo. História contemporânea: desde de 1815 até 1865. Rio de Janeiro: Garnier Editor, 1866.

CALOGERAS, João Baptista. História da idade média. Rio de Janeiro: Garnier Editor, 1859.

FREIRE, Felisbello. História do Brasil. São Paulo: Livraria Clássica de Alves, 1896.

GALANTI, Raphael M. Compêndio de História do Brazil. São Paulo: Typographia da Industrial, 1896. v. 1.

LIMA, José Inácio de Abreu e. Compêndio da história do Brasil. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, [184-].

MASCARENHAS. Annibal. Curso de história do Brasil. Rio de Janeiro: Casa Garraux e Charles Hildebrand Livreiros, 1898.

PINTO, Alfredo Moreira. Epitome da história do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e Companhia, 1892.

Fontes de 1900 a 1919

BENEVIDES, José E. C. de Sá. História da civilização. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.

BENEVIDES, José E. C. de Sá. Resumo de história do Brazil. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

COUTTO, Pedro. Pontos de história do Brasil. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1918.

GALANTI, Raphael Maria. Breve história do Brazil. São Paulo: Duprat & Companhia.; 1913.

GALANTI, Raphael Maria. Compendio da História do Brazil. São Paulo: Duprat, 1902. v. 2.

GALANTI, Raphael Maria. História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Duprat & Companhia., 1911. Tomo III.

GALANTI, Raphael Maria. Licções de história do Brasil. 5. ed. São Paulo: Duprat & Companhia, 1913.

HISTORIA universal. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1919.

LACERDA, Joaquim Maria de. Pequena história do Brazil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.

PEIXOTO, Afranio. Minha terra e minha gente. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Paris: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1916.

POMBO, Rocha. História do Brazil. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

SEIGNOBOS, Cohen. Compendio da história da civilização. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

Fontes de 1920 a 1939

BADARÓ, J. Duarte. História da Civilização. São Paulo: Livraria Teixeira. 1934.

BOTELHO, José Nicolau Raposo. Compêndio de história Universal. Lisboa: Livraria Editora, 1929.

BRANCO, Rio. História do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia São Benedicto, 1930.

CESARINO JUNIOR, Antônio Ferreira. História da civilização - para o 5º Ano. São Paulo: Saraiva & Companhia, 1937.

DUQUE-ESTRADA, Osório. Noções de História do Brasil. 8. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933.

HISTÓRIA universal. Rio de Janeiro. Livraria Paulo de Azevedo, 1923.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Lições de História do Brasil. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.

MAGALHÃES, Basílio de. História da Civilização para a 1ª série ginásial. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1939.

RIBEIRO, João. História do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

RUCH, Gastão. História geral da civilização. Rio de Janeiro: F. Bruguier & Cia Editores, 1927.

SCHNELLER, Max Pe. Epitome de historia da civilização - para o 4º ano seriado. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934. (Coleção S. J.).

SCHNELLER, Max Pe. S. J. Epitome de historia da civilização - para o 1º ano seriado. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

SCHNELLER, Max Pe. S. J. Epitome de Historia da civilização - para o 3º ano seriado. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933. (Coleção S. J.).

SERRANO, Jonathas. História da civilização. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Companhia., 1935.

Fontes de 1940 a 1959

BATALHA, José. A. História Geral. Terceira Série Ginásial. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

CALMON, Pedro. História da civilização - primeira série. São Paulo: Saraiva & Cia, 1942. (Coleção biblioteca básica brasileira).

CESARINO JUNIOR, Antônio Ferreira; SOUSA; Alcino Muniz de. História da Civilização – 1º ano. São Paulo: Saraiva & Companhia, 1941.

FLEIUSS, Max. Apostilas de história do Brasil. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

MAGALHÃES, Basílio de. História administrativa e econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1951.

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. “História geral: antiguidade”. Rio de Janeiro, 1956. v. 1

POMBO, Rocha. História do Brasil - curso fundamental. São Paulo: Companhia Melhoramento de São Paulo, 1941.

POMBO, Rocha. História do Brasil: para ensino elementar. 22. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1943.

SILVA, Joaquim. História da civilização para o 2º ano ginásial. 19. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

Fontes de 1960 a 1979

BANDECCHI, Brasil. História do Brasil. São Paulo: Editora Didática Irradiante S. A, 1969.

GOMES, Paulo Miranda; GOMES, Vera Lúcia Barbosa. História geral. 1º grau: 7º e 8º. séries. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Lê, 1979.

GOMES, Paulo Miranda; MOURA, Nelson de; GONZÁLEZ, Alaíde Inah. História Geral da Civilização Brasileira. 2º Grau – Concursos Vestibulares. 3. ed. rev., atual. Belo Horizonte: Editora Lê, 1976.

HERMIDA, Antônio José Borges. Compêndio de História Geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

MATTA, Ari. Curso básico de história geral. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

MUSSUMECI, História Geral. Terceira série - curso ginásial. 17. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1960.

RAMOS, Duílio. História da civilização brasileira. São Paulo: Saraiva, 1961.

Fontes de 1980 a 1999

DANTAS, José. História do Brasil: das origens aos dias atuais. São Paulo: Moderna, 1989.

FERREIRA, Olavo Leonel. História do Brasil. 18 ed. Editora Ática, 1996.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise ManziFrayze. Américas: uma introdução histórica. São Paulo: Editora Atual (Grupo Saraiva), 1992.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise ManziFrayze. História do Brasil. 5 ed. São Paulo: Atual, 1987.

MEIRA, Antônio Carlos. Brasil: recuperando a nossa história. São Paulo: FDT, 1998.

PEDRO, Antônio. História antiga e medieval. São Paulo: Moderna, 1985.

PEDRO, Antonio; CÁCERES, Florival. História geral. São Paulo: Moderna, 1982.

PILETTI, Nelson. História do Brasil: da pré-história do Brasil aos dias atuais. 13. ed. rev., atual. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A. Arruda. Toda a história: história geral e história do Brasil. 3. ed. São Paulo: Ática, **1995**.

PILLETTI, Nelson. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

VICENTINO, Cláudio. História geral: idade média, moderna e contemporânea incluindo pré-história, Grécia e Roma. 4. ed. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Natalia Dias; FARIA, Fabiana Silva Ribeiro. Tratamento cartográfico de mapas no processo de ensino-aprendizagem nos livros didáticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA E ENSINO EM GEOGRAFIA, 10., 2009, Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT4/tc4%20%2897%29.pdf>. Acesso em: 03. Maio. 2014.

- BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do Historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1976. 260 p
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. Unesp, 1997. 154 p. ISBN 85-7139-0013-4.
- CARR, Edward Hallett. **Que e historia?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 189 p ISBN 85-219-0171-2.
- CERTEAU, Michel. A escrita da História. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965.
- COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.
- COSTA, Antônio Gilberto. Dos roteiros de todos os sinais até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: _____ (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.
- DUBY, Georges. **A história contínua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 162 p
- EDNEY, Matthew H. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 30-50, jan./jun. 2007.
- FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, jan./jun. 2007.
- FONSECA, Fernanda Padovesi. A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da cartografia. 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GIL, Tiago Luís. Cartografia digital para historiadores: algumas noções básicas. In: Marilda Santana da Silva; Ana Célia Rodrigues. (Org.). **História, arquivos e mídias digitais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, v. 1, p. 94-114.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80, jan./jun. 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 366 p.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010. 239 p. ISBN 8530804473.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena história crítica. 21. ed. São Paulo: Anna Blume, 2007. 150 p. ISBN 8574193607.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de história. Aracaju: Editora UFS, 2011. 302 p. ISBN 978-85-7822-187-4

RODRIGUES, André Figueiredo. Os usos da cartografia histórica em livros didáticos. **Revista Navigator**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 7-23, 2006. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig4/art/N4_art1.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2014.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001. 194 p. ISBN 852300615.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2012. 285 p. (Coleção Milton Santos ; 2). ISBN 9788531407154.

Ao citar este documento, utilize:

SANTOS, Sarah Resende dos. A história através dos mapas: análise da cartografia presente em livros didáticos e o diálogo entre Geografia e História. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Declaração de autenticidade

Eu, _____, CPF n. ____ . ____ . ____ - ____, inscrito no Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB), declaro a autenticidade e veracidade do conteúdo desta dissertação intitulada “A história através dos mapas: análise da cartografia presente em livros didáticos e o diálogo entre Geografia e História”, por mim elaborada, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em História.

Declaro ainda estar ciente que, caso seja comprovado plágio, réplica ou compilação neste trabalho, o mesmo será desconsiderado pela coordenação do curso, acarretando na minha reprovação no mesmo.

Brasília, DF, _____ de _____ de 2016

Assinatura: _____